

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES

Mestrado Acadêmico em Administração

RODNEY LINCOLN DE MATOS

"OS (IN)VISÍVEIS..."

**Relações Sócioeducacionais de desigualdade sob a perspectiva do Estado
de Exceção**

Belo Horizonte

2024

RODNEY LINCOLN DE MATOS

"OS (IN)VISÍVEIS..."

Relações Socioeducacionais de desigualdade sob a perspectiva do Estado de
Exceção

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em Administração, do Centro Universitário Unihorizontes, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Pereira

Área de Concentração: Organização e Estratégia

Linha de Pesquisa: Relações de Poder e Dinâmica das Organizações

Temática: Gestão Pública e Sociedade

Belo Horizonte

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário
Bruno Tamiatt de Almeida CRB6 3082

M433i Matos, Rodney Lincoln de.
"Os (in)visíveis..." relações socioeducacionais de desigualdade sob a perspectiva do estado de exceção. Belo Horizonte: Centro Universitário Unihorizontes, 2024.
156 p.
Orientador: Dr. Jefferson Rodrigues Pereira
Dissertação (mestrado). Centro Universitário Unihorizontes. Programa de Pós-graduação em Administração.
1. Invisibilidade social - Desigualdade socioeducacional - Ocupação beta, Estado de exceção - Biopolítica
I. Rodney Lincoln de Matos II. Centro Universitário Unihorizontes – Programa de Pós-graduação em Administração. III. Título.


CDD: 658.37

Instituto Novos Horizontes de Ensino Superior e Pesquisa Ltda.
Centro Universitário Unihorizontes
Mestrado Acadêmico em Administração

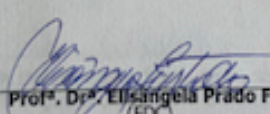
ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado Acadêmico em Administração do(a) Senhor(a) **Rodney Lincoln de Matos** REGISTRO Nº. **806** No dia **14/11/2024** às **14:30** horas, reuniu-se no Centro Universitário Unihorizontes, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Programa de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, para julgar o trabalho final intitulado **"OS INVISÍVEIS": relações socioeducacionais de desigualdade sob a perspectiva do Estado de Exceção**. Abrindo a sessão, o(a) Senhor(a) Presidente da Comissão, **Jefferson Rodrigues Pereira**, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares da apresentação do Trabalho Final, passou a palavra ao(à) candidato(a) para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Logo após a Comissão se reuniu sem a presença do(a) candidato(a) e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final: **APROVADO**.

O resultado final foi comunicado publicamente ao(à) candidato(a) pelo(a) Senhor(a) Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o(a) Senhor(a) Presidente encerrou a reunião e lavrou o(a) presente ATA, que foi assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

14/11/2024


Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Pereira
Centro Universitário Unihorizontes


Prof. Dr. Daniela Viegas
Centro Universitário Unihorizontes


Prof. Dr. Elisângela Prado Furtado
(FDC)

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE PORTUGUÊS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Declaro ter procedido à revisão da dissertação de mestrado intitulada

"OS (IN)VISÍVEIS..." Relações Socioeducacionais de desigualdade sob a perspectiva do Estado de Exceção

,
orientada pelo Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Pereira,

apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro Universitário Unihorizontes, de autoria de Rodney Lincoln de Matos

ITENS DA REVISÃO

- Correção gramatical e ortográfica
- Inteligibilidade do texto
- Adequação do vocabulário

Belo Horizonte, 9 de novembro de 2024


Eveline de Oliveira

Registro MEC LP-4044

AGRADECIMENTOS

Concluir este mestrado representa muito mais do que um marco acadêmico; é a realização de um sonho que carrego há anos e que só foi possível graças ao apoio e ao amor incondicional de pessoas extraordinárias que me acompanharam ao longo dessa caminhada.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Terezinha e Pitágoras, que sempre foram o exemplo vivo de dedicação, esforço e valores. Vocês me ensinaram que, com trabalho e persistência, qualquer meta pode ser alcançada. O amor e a sabedoria de vocês me guiaram em cada passo dessa trajetória, e sou eternamente grato por tudo que me proporcionaram.

Aos meus filhos, Lucas e Isabelle, que, com suas atitudes disciplinadas e focadas, me ensinaram mais do que qualquer livro. Mesmo que eu não seja tão disciplinado quanto vocês, minha admiração e orgulho por vocês me impulsionam a buscar sempre o melhor.

À minha esposa, Giovanna, com quem compartilho todos os meus sonhos e desafios. Sua paciência, companheirismo e fé inabalável em mim foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Nos momentos mais difíceis, sua ternura e amor me fizeram permanecer firme, me entusiasmaram e me deram força para continuar. Você é a base do meu equilíbrio, e este mestrado também é fruto do seu apoio constante.

Aos meus irmãos, Sheilla, Júnior e Ellen, sou grato por serem exatamente como são. Sheilla, seu amor incondicional sempre foi um apoio silencioso e essencial ao longo de toda essa jornada. Júnior e Ellen, cada um de vocês, com suas particularidades, também contribuiu para que eu me mantivesse focado e confiante. Ter vocês ao meu lado é uma benção que carrego com muita gratidão.

Aos meus colegas de mestrado, foi uma honra dividir esta jornada com vocês. Cada conversa, cada troca de ideias contribuíram de forma especial para o meu crescimento. Aos professores doutores que nos acompanharam com tanta dedicação, meus agradecimentos profundos pelo conhecimento compartilhado e pelo carinho com que nos conduziram durante todo o processo. Em especial, ao professor Doutor Jefferson Rodrigues Pereira que, com sua paciência e sabedoria, me orientou com maestria. Obrigado por acreditar em mim e por me guiar com tanto cuidado e atenção.

À Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, deixo meu reconhecimento pelo projeto Trilhas do Futuro Educadores, que tornou possível a realização desse sonho antigo. Sem essa oportunidade, talvez eu ainda estivesse distante de concretizar esse objetivo tão importante. Aos meus colegas da Escola Estadual Alfa, obrigado pelo apoio constante. Vocês foram fundamentais para que eu pudesse conciliar o mestrado com minhas responsabilidades diárias.

Um agradecimento especial à Ângela e à Érica, pela parceria e incentivo nos momentos em que precisei de apoio extra.

Este mestrado é fruto de um esforço coletivo, de amor, paciência e suporte. A todos vocês, meu mais sincero e profundo agradecimento. Cada um de vocês tem uma parte especial nesta conquista e, por isso, este momento também é de vocês.

RESUMO

Nesta pesquisa investigam-se as relações de poder e as dinâmicas sociais que influenciam os moradores de uma ocupação urbana e sua relação com a escola estadual que os atende . A escolha do tema reflete a necessidade de entender as complexas interações que perpetuam a invisibilidade social e a exclusão de grupos vulneráveis no contexto educacional.

O objetivo: analisar como a invisibilidade social dos moradores da ocupação afeta sua interação com a escola, perpetuando desigualdades socioeducacionais. O foco da pesquisa foram as experiências dos alunos, destacando o impacto da falta de direitos básicos e o abandono dessas comunidades pelo poder público. Além disso, busca propor estratégias de inclusão e diversidade no ambiente escolar, contribuindo para políticas públicas que valorizem comunidades marginalizadas e promovam uma educação mais inclusiva.

Referencial teórico: apoia-se em três pensadores: Michel Foucault, Giorgio Agamben e Max Weber. As ideias de Foucault sobre biopolítica ajudam a entender como o controle social se manifesta na invisibilidade dos moradores de ocupações. A teoria do estado de exceção de Agamben destaca a suspensão dos direitos básicos dessas populações , enquanto Weber contribui com a análise da burocracia que ignora as especificidades da comunidade.

Método: classificada como exploratória, descritiva e explicativa, a pesquisa se apoia em métodos qualitativos, como entrevistas e observações, para examinar os fatores socioeconômicos, culturais e históricos da ocupação. A flexibilidade metodológica permite adaptar o estudo às condições sociais e econômicas dos moradores, além de incluir a participação ativa da comunidade e dos profissionais da escola, o que enriquece a análise e empodera os participantes.

Resultados: a pesquisa revelou que a invisibilidade social afeta profundamente a relação dos moradores da ocupação com a escola, perpetuando a exclusão e a desigualdade. Os entrevistados relataram sentimentos de abandono e falta de reconhecimento, indicando que a escola, em vez de promover inclusão, pode reforçar as desigualdades sociais, como descrito por Bourdieu e Passeron. A burocracia educacional, conforme a análise weberiana, falha em considerar as particularidades da comunidade, enquanto a biopolítica de Foucault aponta que essa invisibilidade atua como forma de controle. O estado de exceção, segundo Agamben revela como os direitos básicos são sistematicamente negados aos moradores, agravando sua marginalização. Com base nos dados coletados, a pesquisa destaca a necessidade urgente de políticas públicas e práticas educacionais que promovam a inclusão, o reconhecimento da diversidade e a transformação da invisibilidade social em visibilidade e empoderamento. O estudo sugere que essas políticas são fundamentais para combater as desigualdades e criar um ambiente educacional mais justo.

Contribuições teórico-metodológicas e sociais:

este trabalho apresenta contribuições teóricas sobre a atuação do poder público em áreas de ocupação urbana, ampliando o entendimento das dinâmicas de exclusão e controle, ao mesmo tempo em que oferece reflexões sobre o aspecto gerencial das políticas públicas, destacando aquelas que promovam transformações sociais e a garantia de atendimento de direitos básicos.

Palavras-chave: Invisibilidade social, Desigualdade socioeducacional, Ocupação Beta, Estado de exceção, Biopolítica

ABSTRACT

This research investigates the power relations and social dynamics that influence the residents of the Ocupação Beta and their relationship with the Alfa State School. The choice of this theme reflects the need to understand the complex interactions that perpetuate social invisibility and the exclusion of vulnerable groups in the educational context.

Objective: To analyze how the social invisibility of Ocupação Beta residents affects their interaction with the school, perpetuating socio-educational inequalities. The research focuses on students' experiences, highlighting the impact of the lack of basic rights and public abandonment. It also aims to propose strategies for inclusion and diversity within the school environment, contributing to public policies that value marginalized communities and promote a more inclusive education.

Theoretical Framework: This study is based on three thinkers: Michel Foucault, Giorgio Agamben, and Max Weber. Foucault's ideas on biopolitics help to understand how social control manifests in the invisibility of residents. Agamben's theory of the "state of exception" highlights the suspension of basic rights for the occupants, while Weber contributes to the analysis of bureaucracy that ignores the community's specificities.

Methodology: Classified as exploratory, descriptive, and explanatory, this research relies on qualitative methods, such as interviews and observations, to examine the socioeconomic, cultural, and historical factors of Ocupação Beta. Methodological flexibility allows the study to adapt to the social and economic conditions of residents and includes active participation from the community and school professionals, enriching the analysis and empowering participants.

Results: The research revealed that social invisibility profoundly affects residents' relationship with the school, perpetuating exclusion and inequality. Interviewees reported feelings of abandonment and lack of recognition, indicating that the school, instead of promoting inclusion, may reinforce social inequalities, as described by Bourdieu and Passeron. According to Weberian analysis, educational bureaucracy fails to consider the community's particularities, while Foucault's biopolitics suggests that this invisibility acts as a form of control. Agamben's theory of the "state of exception" reveals how basic rights are systematically denied to residents, exacerbating their marginalization. Based on the collected data, the study highlights the urgent need for public policies and educational practices that promote inclusion, recognize diversity, and transform social invisibility into visibility and empowerment. The study suggests that these policies are fundamental to combating inequalities and creating a fairer educational environment.

Theoretical, Methodological, and Social Contributions: This work offers theoretical contributions by expanding the understanding of exclusion and control dynamics, while also providing insights into the management aspect of public policies, emphasizing those that promote social transformations and ensure basic rights are upheld.

Keywords: Social invisibility, Socio-educational inequality, Ocupação Beta, State of exception, Biopolitics

RESUMEN

Esta investigación explora las relaciones de poder y las dinámicas sociales que influyen en los residentes de la Ocupação Beta y su relación con la Escuela Estatal Alfa. La elección de este tema refleja la necesidad de comprender las interacciones complejas que perpetúan la invisibilidad social y la exclusión de grupos vulnerables en el contexto educativo.

Objetivo: Analizar cómo la invisibilidad social de los residentes de Ocupação Beta afecta su interacción con la escuela, perpetuando desigualdades socioeducativas. La investigación se enfoca en las experiencias de los estudiantes, destacando el impacto de la falta de derechos básicos y el abandono por parte del poder público. Además, busca proponer estrategias de inclusión y diversidad en el entorno escolar, contribuyendo a políticas públicas que valoren a las comunidades marginadas y promuevan una educación más inclusiva.

Marco Teórico: Este estudio se basa en tres pensadores: Michel Foucault, Giorgio Agamben y Max Weber. Las ideas de Foucault sobre la biopolítica ayudan a comprender cómo el control social se manifiesta en la invisibilidad de los residentes. La teoría del "estado de excepción" de Agamben destaca la suspensión de derechos básicos para los ocupantes, mientras que Weber contribuye con el análisis de la burocracia que ignora las especificidades de la comunidad.

Metodología: Clasificada como exploratoria, descriptiva y explicativa, esta investigación se apoya en métodos cualitativos, como entrevistas y observaciones, para examinar los factores socioeconómicos, culturales e históricos de Ocupação Beta. La flexibilidad metodológica permite adaptar el estudio a las condiciones sociales y económicas de los residentes, además de incluir la participación activa de la comunidad y de los profesionales de la escuela, lo que enriquece el análisis y empodera a los participantes.

Resultados: La investigación reveló que la invisibilidad social afecta profundamente la relación de los residentes con la escuela, perpetuando la exclusión y la desigualdad. Los entrevistados expresaron sentimientos de abandono y falta de reconocimiento, indicando que la escuela, en lugar de promover la inclusión, puede reforzar las desigualdades sociales, como describen Bourdieu y Passeron. La burocracia educativa, según el análisis weberiano, no considera las particularidades de la comunidad, mientras que la biopolítica de Foucault sugiere que esta invisibilidad actúa como forma de control. La teoría de Agamben sobre el "estado de excepción" revela cómo los derechos básicos son sistemáticamente negados a los residentes, agravando su marginación. Con base en los datos recopilados, el estudio destaca la necesidad urgente de políticas públicas y prácticas educativas que promuevan la inclusión, el reconocimiento de la diversidad y la transformación de la invisibilidad social en visibilidad y empoderamiento. El estudio sugiere que estas políticas son fundamentales para combatir las desigualdades y crear un entorno educativo más justo.

Contribuciones Teórico-Metodológicas y Sociales: Este trabajo presenta contribuciones teóricas que amplían la comprensión de las dinámicas de exclusión y control, al tiempo que ofrece reflexiones sobre el aspecto de gestión de políticas públicas, destacando aquellas que promuevan transformaciones sociales y garanticen el cumplimiento de derechos básicos.

Palabras clave: Invisibilidad social, Desigualdad socioeducativa, Ocupação Beta, Estado de excepción, Biopolítica

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACD: Análise Crítica do discurso

CEMIG: Centrais Elétricas de Minas Gerais

UFMG: Universidade do Estado de Minas Gerais

URBEL: Empresa de Urbanização de Belo Horizonte

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PEB: Professores de Educação Básica

EEB: Especialistas em Educação

ASB: Auxiliar de Serviços Básicos

BNCC: Base Nacional comum curricular

CRÁS: Centro de Referência de Assistência Social

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	10
1 INTRODUÇÃO.	14
1.1 Problema de pesquisa.....	17
1.1.2 Objetivo Geral.....	19
1.1.3 Objetivos específicos.....	19
1.4 Justificativa.....	20
1.4.1 Justificativa social.....	20
1.4.2 Justificativa acadêmica.....	20
1.4.3 Justificativa organizacional.....	21
1.5 Aderência à linha de pesquisa.....	22
1.5.1 Poder e exclusão.....	22
1.5.2 Dinâmica das relações e educação.....	22
1.5.3 Contribuições para o campo de estudo.....	23
2 AMBIÊNCIA.....	24
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	32
3.1 Biopolítica de Michel Foucault.....	36
3.1.2 A governamentalidade e o controle da vida.....	38
3.1.3 Biopolítica e educação.....	41
3.1.4 Controle e invisibilidade.....	43
3.2 Estado de exceção e vidas nuas de Giorgio Agambem.....	44
3.2.1 O estado de exceção.....	46
3.2.2 Vidas nuas e a produção da exclusão.....	47
3.2.3 A educação como espaço de exclusão.....	48
3.2.4 A invisibilidade e o abandono social.....	50
3.3 Teoria da Administração Pública em Max Weber.....	51
3.3.1 Burocracia e racionalidade.....	53
3.3.2 Poder e administração.....	55
3.3.3 Racionalidade e práticas administrativas.....	56
3.3.4 A crítica à burocracia.....	58
3.4 Desigualdade educacional e desigualdade social.....	59
3.5 Exclusão social.....	62
3.6 Estudos sobre biopolítica, estado de exceção, administração pública, exclusão social e escola pública.....	64
4 PERCURSO METODOLÓGICO	
4.1 Classificação, tipo de pesquisa, abordagem e método de estudo.....	67
4.2 Em campo: o cotidiano da Ocupação Beta e os desafios da Escola Alfa.....	69
4.3 Unidades de observação e sujeitos de pesquisa.....	73

4.4	Coleta dos dados.....	74
4.5	Plano de análise dos dados.....	75
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS		
5.1	Palavras e caracteres: o peso das escolhas linguísticas.....	79
5.1.2	Parágrafos: estruturação do discurso.....	80
5.1.3	Frases: complexidade e fluidez argumentativa.....	80
5.1.4	Tempo de leitura e tempo de fala: acesso e exclusão social.....	81
5.2	Perfil dos entrevistados.....	81
5.3	Adentrando no estado de excessão.....	85
5.4	Analisando relatos dos moradores e profissionais da escola.....	97
5.5	Caminhos para inclusão e justiça social.....	103
5.6	Os efeitos da exclusão.....	106
5.7	O papel do Estado.....	111
5.8	Frases sobre a resiliência da comunidade.....	116
5.9	A importância da inclusão.....	119
5.10	Caminhos para a transformação.....	122
6	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	126
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
	REFERÊNCIAS.....	137

PRÓLOGO

Ao longo de minha trajetória acadêmica e profissional, presenciei, de perto, as inúmeras formas de desigualdade que permeiam a estrutura social e educacional do Brasil. Essas vivências não só moldaram minhas perspectivas pessoais, mas também foram fundamentais para impulsionar meu compromisso em aprofundar o entendimento dessas questões. Tendo crescido em uma família humilde, desde muito cedo tive de encarar as responsabilidades do mercado de trabalho para ajudar minha família, o que, muitas vezes, significava conciliar longas jornadas laborais com os estudos. Essa rotina precoce de trabalho, que, para muitos jovens de classes desfavorecidas, não é uma opção, mas uma necessidade, proporcionou-me uma visão crítica sobre as disparidades sociais. Conviver com as dificuldades de acesso e de permanência escolar e enfrentar os desafios do cotidiano de uma família de poucos recursos lançaram luz sobre as diversas barreiras que limitam a educação, especialmente para aqueles que, assim como eu, nasceram fora dos centros privilegiados.

Esta experiência inicial teve um papel formativo profundo, servindo como uma base sólida para minha atuação acadêmica e profissional. Inspirado pelo humanismo e pela convicção de que a educação é um dos mais essenciais pilares para a transformação social, ingressei na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde tive a oportunidade de expandir meus horizontes intelectuais e mergulhar nas complexidades das questões sociais que assolam o país. Durante a graduação em História, fui amplamente influenciado pela sociologia crítica e pelo marxismo, que passaram a orientar meu entendimento sobre a sociedade e, sobretudo, sobre as forças políticas e econômicas que sustentam a desigualdade estrutural. Foi um período de descobertas, de questionamentos intensos e de formação de uma postura analítica frente às relações de poder e às injustiças que, de forma cíclica, impactam mais diretamente aqueles que estão à margem.

No ambiente universitário, observei que muitos colegas que, como eu, vinham de contextos menos favorecidos, frequentemente se viam atraídos ou direcionados para cursos da área de humanidades, especialmente aqueles voltados à educação e às ciências sociais. A escolha desses cursos não é acidental; ela reflete, em parte, o acesso restrito a outras áreas mais custosas, tanto em termos financeiros quanto em exigências acadêmicas, que, historicamente, afastam jovens de classes trabalhadoras de carreiras como medicina, engenharia ou direito. No entanto, há aqui uma singularidade que considero valiosa: ninguém melhor para debater e entender a fundo as desigualdades sociais do que aqueles que as experienciam. Jovens provenientes de contextos economicamente desfavorecidos trazem para as áreas de humanas

uma perspectiva vívida, uma compreensão empírica das dificuldades enfrentadas pela população marginalizada e uma disposição para agir em prol de mudanças estruturais. Essa vivência proporciona não só um olhar humanizado sobre as questões sociais, mas uma urgência em torná-las visíveis e em propor soluções que façam sentido para aqueles que mais necessitam.

Ao longo dos anos, atuei em diversas escolas localizadas em áreas periféricas, tendo contato direto com comunidades desfavorecidas e com estudantes que, diariamente, enfrentam condições de vida adversas. Essas experiências consolidaram em mim um profundo respeito por aqueles que resistem às condições de vulnerabilidade e ainda se esforçam para alcançar a educação como uma via de transformação. Em cada uma dessas escolas, pude testemunhar a realidade das comunidades marginalizadas, a luta constante por um mínimo de dignidade e a falta crônica de recursos materiais e humanos que caracteriza o ambiente escolar em regiões periféricas. Ali encontrei alunos que chegavam à escola sem as condições básicas para a aprendizagem, desde a alimentação deficiente até o material escolar escasso, o que torna o processo educacional extremamente desafiador e, muitas vezes, desmotivador para eles. Em meio a esses desafios, tornou-se ainda mais evidente para mim que a educação precisa ser repensada e que as políticas públicas devem priorizar, com urgência, a igualdade de acesso e a melhoria nas condições de ensino para que esses jovens tenham uma chance real de desenvolvimento e autonomia.

Nesse contexto, surgiu a motivação para a realização desta pesquisa, que se propõe a ir além da análise superficial das desigualdades e adentrar na complexa intersecção entre as condições socioeconômicas, as políticas educacionais e os mecanismos de exclusão que, de forma invisível, determinam as oportunidades e as limitações dos indivíduos desde o início de sua trajetória escolar. Este projeto está fundamentado não só em minhas experiências pessoais e profissionais, mas também nas influências intelectuais que moldaram meu percurso acadêmico, e, com ele, buscou-se entender as raízes e as consequências das desigualdades sociais, sobretudo dentro do sistema educacional. A intenção foi, portanto, não apenas examinar as causas estruturais deste fenômeno, mas, sobretudo, propor alternativas e soluções que possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Em vez de apenas abordar as questões de forma teórica, parti das vozes daqueles que vivem a desigualdade em seu cotidiano e, a partir dessa perspectiva, construí um arcabouço analítico que abarca tanto as dimensões macroestruturais quanto as experiências individuais.

Por meio deste estudo, almejo dar voz aos que são frequentemente silenciados e negligenciados, promovendo uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder que perpetuam a

marginalização e a exclusão social. Para isso, foram investigadas as formas pelas quais o sistema educacional pode tanto reforçar as desigualdades quanto, se bem orientado, oferecer caminhos para o empoderamento e a emancipação. Somente por meio do entendimento profundo das raízes da desigualdade pode-se almejar um futuro verdadeiramente equitativo e inclusivo para todos os membros de nossa sociedade. Afinal, compreender o sofrimento daqueles que estão à margem não é apenas uma necessidade intelectual, mas um compromisso ético. A transformação social, para ser autêntica e eficaz, deve partir do entendimento das condições reais de vida de todos os membros da sociedade, de modo que as propostas de mudança considerem as necessidades e as potencialidades de quem, até agora, teve sua história ignorada.

1 INTRODUÇÃO

A invisibilidade social, especialmente em comunidades como a Ocupação Beta, localizada na periferia de Santa Luzia, município pertencente à Região Metropolitana de Belo Horizonte, MG, representa uma das manifestações mais perversas da desigualdade e do abandono que caracterizam o contexto urbano brasileiro. A realidade desses moradores revela-se como um fenômeno profundamente atrelado à supressão de direitos básicos e à desatenção deliberada do poder público, resultando em um modelo de governança que opta pela exclusão ao invés da integração. No caso específico da Ocupação Beta, a invisibilidade social se manifesta em uma exclusão multifacetada, pois não apenas falta o reconhecimento formal das necessidades dos moradores, mas também se impõe uma estrutura de controle que busca dissuadir a fixação dos “invasores” no local. Esse fenômeno, marcado por políticas públicas omissas e repressoras, visa obstruir a regularização dos direitos daqueles que se encontram em áreas marginalizadas, afetando sua dignidade e corroendo os direitos humanos mais fundamentais.

O conceito de invisibilidade social, longe de ser um mero acaso, representa uma estratégia de controle. Agamben (2015) explora essa ideia ao observar que “o estado de exceção se tornou uma norma” (p. 14), em sociedades contemporâneas, conceito que se aplica nitidamente ao caso de comunidades como a Ocupação Beta, onde a exceção se torna regra. Nesses contextos, segundo o mesmo autor, o poder soberano se apropria de mecanismos para suspender os direitos dos cidadãos, ignorando as necessidades de quem habita as áreas mais vulneráveis. Dessa maneira, essa condição de invisibilidade torna-se uma forma de exercer controle, convertendo os cidadãos em sujeitos destituídos de dignidade e desprovidos de um status político que assegure sua inclusão. A condição de estado de exceção não apenas marginaliza os indivíduos, mas os transforma em agentes invisíveis, habitantes de uma “terra de ninguém” onde o Estado parece ausente, mas, na realidade, controla a dinâmica de acesso e permanência.

Nesse contexto, a relação entre a Ocupação Beta e a Escola Estadual Alfa, situada em Santa Luzia, MG, adquire papel crucial na compreensão das dinâmicas de exclusão e invisibilidade que permeiam o ambiente social e educacional dessas comunidades. A educação, direito fundamental previsto pela Constituição e um dos alicerces centrais para a promoção da igualdade, assume uma posição ambígua, em que, muitas vezes, se configura como uma arena de reprodução da desigualdade. Bourdieu e Passeron (1977)

analisam a educação como um espaço que não só forma, mas reproduz as desigualdades sociais, estabelecendo uma estrutura que, ao invés de mitigar as diferenças, tende a acentuá-las. A relação entre práticas escolares e políticas públicas ineficazes torna-se clara quando se observa que, ao ignorarem as especificidades das comunidades, as escolas acabam reforçando a invisibilidade dos alunos, perpetuando um ciclo de exclusão. Em um ambiente que não reconhece as identidades e as demandas desses jovens, a escola se torna um reflexo do sistema de exclusão, no qual o aluno marginalizado, como o oriundo da Ocupação Beta, é desconsiderado como sujeito pleno de direitos.

A invisibilidade social, assim, deixa de ser um fenômeno isolado e se transforma em uma peça de um quebra-cabeça maior de abandono sistemático e deslegitimação. Souza (2006) afirma que “o abandono por parte do Estado é uma forma de supressão dos direitos básicos, que atinge desproporcionalmente os grupos mais vulneráveis” (p. 35). Esse abandono se materializa de inúmeras formas, especialmente na ausência de serviços essenciais como saúde, saneamento, segurança e, principalmente, educação de qualidade. A falta de políticas públicas eficazes para as áreas mais carentes não só marginaliza essas comunidades, mas as coloca em um estado constante de vulnerabilidade, no qual sua dignidade é comprometida e sua condição humana, negada. A ausência do Estado ou a omissão de políticas públicas adequadas têm efeitos profundos; os indivíduos e as comunidades que vivem nessas condições enfrentam uma realidade em que as oportunidades são escassas, a assistência social é inexistente e a educação, precária.

A biopolítica, como proposta por Foucault (2008), oferece uma estrutura teórica fundamental para entender a forma como o poder estatal gerencia, regula e, muitas vezes, limita a vida dos indivíduos, especialmente daqueles que vivem em situações de vulnerabilidade. Este autor argumenta que “a biopolítica implica um controle sobre a vida dos indivíduos, regulando suas condições de existência e oportunidades” (p. 137). Ao observar o caso da Ocupação Beta, é possível perceber como essa gestão do espaço e da vida dos moradores é marcada pela ausência de garantias e pela negação de direitos básicos, resultando em uma estratégia de deslegitimação que coloca esses indivíduos em um limbo entre o legal e o ilegal, o legítimo e o ilegítimo. O desprezo pelas reivindicações dos moradores é parte de um plano biopolítico que estabelece quais vidas são dignas de proteção e quais podem ser negligenciadas, expondo um cenário em que a soberania estatal decide quem merece e quem não merece assistência.

Além disso, a teoria da administração pública de Max Weber contribui para a compreensão da burocracia estatal e do funcionamento das instituições, que frequentemente atuam de modo a perpetuar essa invisibilidade. Weber (2004) observa que “a administração moderna é caracterizada por uma estrutura racional, baseada em regras, que busca a eficiência” (p. 120). No entanto, essa busca por eficiência, longe de ser universal e benéfica para todos, resulta, muitas vezes, em processos que ignoram as particularidades das realidades sociais locais, marginalizando ainda mais as comunidades vulneráveis. A burocracia estatal, em vez de ser um mecanismo de inclusão, se transforma em uma estrutura de exclusão, intensificando a invisibilidade de moradores de ocupações como a Beta. O excesso de formalidades, os processos burocráticos lentos e a ineficiência estrutural acabam criando barreiras quase intransponíveis para aqueles que buscam o reconhecimento de seus direitos e a garantia de serviços essenciais.

Outro fator que contribui para a invisibilidade social é a narrativa construída pelo próprio poder público e pela sociedade, que frequentemente associam moradores de ocupações a práticas ilegais e à degradação urbana. Essa construção é, em grande medida, responsável por estigmatizar a luta dessas comunidades por reconhecimento e dignidade. Silva (2019) enfatiza que “a construção da imagem do morador de ocupação como 'invasor' serve para deslegitimar suas reivindicações e justificar a ausência de políticas públicas adequadas” (p. 54). Essa narrativa, fundamentada em preconceitos e estigmas, perpetua a imagem do morador de ocupação como um indivíduo sem direitos, legitimando a falta de ação do Estado e reforçando a ideia de que essas comunidades representam uma ameaça à ordem urbana. Dessa forma, a invisibilidade social em áreas de ocupação é sustentada por uma rede de exclusão que envolve tanto a ausência de políticas públicas quanto o discurso estigmatizante que visa desumanizar e deslegitimar a luta por direitos básicos.

A invisibilidade social, no caso da Ocupação Beta, é, portanto, um fenômeno intencional, construído por meio de estratégias que buscam desencorajar a permanência dos moradores e dificultar o acesso aos direitos. A falta de serviços básicos, a ausência de uma política educacional inclusiva e a criminalização da luta por dignidade e reconhecimento são os pilares dessa estratégia. A educação, que deveria ser um dos principais mecanismos de inclusão social, precisa ser repensada nesse contexto, de modo a não apenas promover o acesso, mas construir um ambiente escolar que valorize e

respeite as identidades dos alunos marginalizados, reconhecendo suas experiências e dificuldades.

Para investigar essas questões, adotou-se a metodologia de análise do discurso, com base nas diretrizes de Fairclough, visando desvendar as narrativas e as práticas sociais que perpetuam a marginalização e a invisibilidade dos moradores da Ocupação Beta. Para atingir esse objetivo, exploraram-se as interconexões entre invisibilidade social, supressão de direitos e abandono do poder público, com foco nas relações entre os moradores da ocupação e a Escola Estadual Alfa. Por meio da análise do discurso, buscou-se identificar narrativas que reforçam a exclusão e investigar como práticas pedagógicas e políticas públicas podem (ou não) atender às demandas desses indivíduos, contribuindo para a invisibilidade ou para uma educação emancipadora. Pretendeu-se, ainda, desenvolver alternativas para que o sistema educacional reconheça a singularidade das experiências desses moradores, abrindo espaço para uma educação que promova uma inclusão verdadeira e respeitosa. Essa análise crítica permitiu vislumbrar intervenções e estratégias que possam transformar a realidade desses grupos, avançando para uma sociedade mais justa e igualitária.

1.1 Problema de pesquisa

A invisibilidade social dos moradores da Ocupação Beta, situada na periferia do município de Santa Luzia, MG, é um fenômeno que se entrelaça com a supressão de direitos básicos e o abandono sistemático promovido pelo poder público. Essa invisibilidade não se limita à ausência de reconhecimento social, mas se manifesta em práticas institucionais que, muitas vezes, excluem essas comunidades do acesso a serviços essenciais, como educação, saúde e moradia digna. Como salienta Agamben (2015), "o estado de exceção se tornou a norma" (p. 14) na administração pública contemporânea, refletindo a forma como os direitos dos cidadãos são frequentemente suspensos em nome da segurança e do controle social. Nesse contexto, a pergunta que direcionou a realização deste estudo foi a seguinte: como a invisibilidade social dos moradores da Ocupação Beta afeta sua relação com a Escola Estadual Alfa e quais são as implicações dessa dinâmica para o processo educacional?

Para compreender a relevância desse problema de pesquisa, é necessário considerar o impacto da invisibilidade social na formação identitária dos indivíduos que habitam a Ocupação Beta. A educação, direito fundamental e instrumento de

transformação social, muitas vezes é vista como um espaço no qual as desigualdades se perpetuam, em vez de serem desafiadas. Assim, os alunos da Ocupação Beta, ao ingressarem na Escola Estadual Alfa, se deparam com um ambiente que pode reforçar suas condições de invisibilidade e exclusão.

A ausência de políticas públicas adequadas e a falta de reconhecimento das especificidades da comunidade também têm repercussões significativas na qualidade da educação oferecida aos alunos dessa escola. Como observam Souza (2006) e Silva (2019), "o abandono do Estado em relação a essas comunidades resulta na negação de direitos básicos e na construção de um ambiente educacional que não atende às suas necessidades" (p. 35; p. 54).

Ademais, a teoria da administração pública de Max Weber oferece uma perspectiva importante para analisar as estruturas burocráticas que, muitas vezes, contribuem para a invisibilidade social dos moradores da Ocupação Beta. Weber (2004) argumenta que "a administração pública moderna, ao operar com base em regras e procedimentos, pode desconsiderar as singularidades dos contextos sociais que atende" (p. 120). Essa característica da burocracia pode resultar em uma abordagem padronizada e ineficaz que ignora as realidades vividas pelos alunos e suas famílias, contribuindo ainda mais para a marginalização.

A biopolítica de Michel Foucault, por sua vez, ilumina como as práticas de controle social e a regulação da vida dos indivíduos são implementadas pelo Estado, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Foucault (2008) argumenta que "o poder biopolítico atua sobre a vida, buscando regulamentar e controlar as populações de maneiras que, muitas vezes, perpetuam a exclusão e a invisibilidade" (p. 137). Nesse sentido, a invisibilidade social dos moradores da Ocupação Beta pode ser vista como uma forma de controle social que busca deslegitimar suas reivindicações e silenciar suas vozes.

Diante desse quadro, o problema de pesquisa se colocou como a necessidade urgente de investigar. A pesquisa se propôs a analisar as experiências dos alunos, suas relações com a escola e a forma como a invisibilidade social e a supressão de direitos básicos moldam suas identidades e oportunidades de vida. Além disso, buscou-se compreender como as políticas públicas e as práticas educacionais podem ser transformadas para promover a inclusão e o reconhecimento da diversidade, desafiando a lógica da invisibilidade e do abandono que perpetua a desigualdade.

Assim, ao investigar esse problema, com este estudo pretendeu-se contribuir para um debate mais amplo sobre as relações socioeducacionais de desigualdade, a construção de políticas públicas que respeitem a singularidade das comunidades marginalizadas e a promoção de uma educação que valorize a diversidade e a dignidade de todos os indivíduos. A esperança é que, ao trazer à luz as vozes e as experiências dos moradores da Ocupação Beta, colabore-se para a construção de um futuro mais inclusivo e justo, no qual a invisibilidade social não seja mais uma condição inevitável, mas sim um fenômeno que pode ser desafiado e transformado.

1.1.2 Objetivo geral

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar a relação entre a invisibilidade social dos moradores da Ocupação Beta e sua interação com a Escola Estadual Alfa, buscando compreender como essa dinâmica influencia o processo educacional e perpetua desigualdades socioeducacionais. Para isso, investigaram-se as experiências vividas pelos alunos da ocupação, as implicações da supressão de direitos básicos e do abandono por parte do poder público, bem como pensaram-se estratégias que possam promover a inclusão e o reconhecimento da diversidade no ambiente escolar. Dessa forma, buscou-se contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que respeitem e valorizem as especificidades das comunidades marginalizadas, visando transformar a educação em um espaço de inclusão e promoção de direitos para todos os indivíduos.

1.1.3 Objetivos específicos

Especificamente, os objetivos que nortearam a realização desta pesquisa foram os seguintes:

- a) investigar as experiências dos moradores da Ocupação Beta em relação ao acesso e à qualidade da educação oferecida pela Escola Estadual Alfa, identificando as barreiras que contribuem para a invisibilidade social e a exclusão educacional;
- b) analisar as políticas públicas e as práticas educativas que perpetuam a marginalização dos estudantes provenientes da Ocupação Beta, com foco na forma como essas políticas refletem a dinâmica do estado de exceção e a biopolítica, conforme discutido por Agamben e Foucault;

c) identificar e mapear as estratégias de resistência e empoderamento utilizadas pelos moradores da Ocupação Beta para reivindicar seus direitos educacionais, propondo alternativas que possam ser integradas ao contexto escolar, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa.

1.4 Justificativa

A realização deste estudo justifica-se sob diferentes aspectos, como o social, o acadêmico e o organizacional, cada um deles refletindo a urgência e a relevância da pesquisa em que se buscou explorar as complexas relações socioeducacionais entre a comunidade da Ocupação Beta e a Escola Estadual Alfa, em Santa Luzia, MG.

1.4.1 Justificativa social

A invisibilidade social de comunidades como a Ocupação Beta é um fenômeno amplamente discutido na literatura sociológica e se torna particularmente relevante quando se analisa o contexto educacional. Segundo Souza (2006, p. 35), "a exclusão social se manifesta na negação de acesso igualitário a oportunidades e recursos", um reflexo da marginalização de grupos, como os sem-teto e os moradores de ocupações urbanas. Essa invisibilidade é frequentemente reforçada por práticas de abandono e descaso do poder público que, ao não garantir-lhes direitos básicos, torna esses indivíduos "invisíveis" na esfera social.

A desarticulação entre as políticas públicas e as necessidades reais das comunidades marginalizadas revela uma ausência de representatividade e participação social, conforme argumenta Silva (2018, p. 47), quando afirma que "os habitantes das ocupações urbanas são frequentemente despojados de sua dignidade e silenciados nas decisões que afetam suas vidas". Neste estudo, portanto, se propôs iluminar as experiências de vida e as dificuldades enfrentadas por esses indivíduos que, muitas vezes, são esquecidos pelo Estado e pela sociedade em geral. A pesquisa é essencial para dar voz a essas comunidades e para entender como a educação pode ser um instrumento de transformação social, contribuindo para a luta por direitos e inclusão.

1.4.2 Justificativa acadêmica

No âmbito acadêmico, a pesquisa insere-se em um campo de estudos que abrange a Teoria da Administração Pública, a biopolítica e o Estado de exceção, conforme analisado por autores como Max Weber, Michel Foucault e Giorgio Agamben. A obra de Weber (1947, p. 326) enfatiza que "o Estado é uma entidade que detém o monopólio da força legítima" e essa concepção é fundamental para entender como as políticas públicas influenciam a vida das comunidades marginalizadas. O conceito de burocracia weberiana é vital para a análise das relações de poder e controle que moldam o acesso à educação e a serviços públicos, e pode explicar a ineficiência das políticas de inclusão educacional para populações em situação de vulnerabilidade.

Por outro lado, a abordagem de Foucault (2008, p. 140) sobre a biopolítica revela como o controle sobre a vida das populações pode se manifestar no contexto educacional, refletindo desigualdades estruturais. O que Foucault (2008) chama de "governamentalidade" pode ser observado nas práticas pedagógicas que, muitas vezes, não levam em consideração as realidades sociais dos alunos, perpetuando um ciclo de exclusão. Assim, o presente trabalho não apenas contribui para o entendimento dessas teorias, mas também as aplica em um estudo de caso específico, avançando o conhecimento sobre a dinâmica entre educação e exclusão social.

1.4.3 Justificativa organizacional

A análise das relações entre a Ocupação Beta e a Escola Estadual Alfa também apresenta uma justificativa organizacional significativa. A compreensão das barreiras enfrentadas por esses estudantes pode informar políticas educacionais mais inclusivas e eficazes. Segundo Dussel (2007, p. 65), "uma educação inclusiva não é apenas um direito, mas uma condição para a construção de uma sociedade justa e equitativa". Para que isso ocorra, é imprescindível que as instituições educacionais se adaptem para atender às necessidades dos alunos que vêm de contextos marginalizados, promovendo um ambiente que favoreça a inclusão.

Além disso, a implementação de práticas pedagógicas que reconheçam as especificidades e a cultura local dos moradores da Ocupação Beta pode contribuir para uma maior adesão e participação dos alunos nas atividades escolares. De acordo com Freire (1996, p. 74), "a educação deve ser um ato de amor, e amor é uma condição para a verdadeira educação", ressaltando a importância de um ambiente educativo acolhedor e

respeitoso. Assim, este estudo pode contribuir para o desenvolvimento de práticas educativas que não apenas reconheçam, mas também valorizem as experiências dos moradores da Ocupação Beta, ajudando a transformar a realidade educacional na região.

1.5 Aderência à linha de pesquisa

A presente pesquisa se insere na linha de pesquisa Relações de poder e dinâmica das relações, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Unihorizontes,, ao investigar como as estruturas de poder e as dinâmicas sociais influenciam a realidade dos moradores da Ocupação Beta e sua relação com a Escola Estadual Alfa. Essa adesão é justificada pela necessidade de compreender as complexas interações que perpetuam a invisibilidade social e a exclusão de grupos vulneráveis no contexto educacional.

1.5.1 Poder e exclusão

O conceito de poder, conforme discutido por Foucault (1980), é um elemento central para entender as relações sociais, pois ele permeia todos os aspectos da vida social e molda as interações entre os indivíduos e as instituições. A invisibilidade social dos moradores da Ocupação Beta pode ser vista como resultado da dinâmica de poder que opera para manter certas populações à margem da sociedade. Agamben (2004) descreve como o estado de exceção permite a marginalização de grupos, despojando-os de direitos básicos e tornando-os o que ele conceitua como "vidas nuas". Essa dinâmica de poder é relevante para entender como a escola, como instituição pública, pode ser um espaço tanto de inclusão quanto de exclusão.

1.5.2 Dinâmica das relações e educação

A relação entre as comunidades e as instituições educacionais é mediada por dinâmicas de poder que influenciam a experiência escolar dos alunos. Max Weber (1947) enfatiza que as instituições públicas, como a escola, desempenham papel fundamental na regulação das relações sociais e na administração dos direitos dos cidadãos. Nesse sentido, a análise das práticas administrativas e pedagógicas da Escola Estadual Alfa em relação aos alunos da Ocupação Beta revela como as políticas educacionais podem

reforçar ou desafiar a invisibilidade social. A dinâmica das relações, portanto, não se limita a um aspecto relacional, mas abrange também as implicações estruturais e institucionais que moldam a experiência dos alunos.

1.5.3 Contribuições para o campo de estudo

Ao situar esta pesquisa na linha de pesquisa Relações de poder e dinâmica das relações, busca-se contribuir para uma compreensão mais profunda das interações entre as instituições e as comunidades marginalizadas. A investigação permitiu explorar como as relações de poder se manifestam no contexto escolar, influenciando as oportunidades de aprendizagem e a inclusão social dos alunos. Assim, espera-se que seus resultados possam auxiliar a prática educacional e a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às realidades das comunidades em situação de vulnerabilidade.

Em suma, o presente estudo se alinha com a linha de pesquisa mencionada, ao proporcionar uma análise crítica das interações entre os moradores da Ocupação Beta e a Escola Estadual Alfa, buscando iluminar as estruturas de poder que perpetuam a exclusão social, contribuindo para um entendimento mais abrangente das dinâmicas sociais que moldam a educação em contextos de vulnerabilidade.

2 AMBIÊNCIA

A Ocupação Beta, situada na divisa entre os municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia, na região central do estado de Minas Gerais, emergiu em um contexto histórico complexo e repleto de demandas sociais e políticas não atendidas. O assentamento nasceu durante as jornadas de julho de 2013, período que ficou marcado por uma série de manifestações em todo o Brasil, motivadas por insatisfações populares que variaram desde o aumento das tarifas de transporte público até a indignação generalizada com a precariedade dos serviços básicos ofertados à população (Rolnik, 2015). Nesse cenário, a Ocupação Beta simboliza um grito por moradia digna, expondo a negligência do poder público frente à crise habitacional que, apesar de décadas de agravamento, segue sem solução ou resposta adequada. Ao optarem por ocupar a área, os moradores demonstraram a urgência de reivindicar seus direitos e de pressionar por soluções concretas para a questão habitacional, que permanece sem um planejamento adequado (Rolnik, 2015, p. 37). A Ocupação Beta, assim como as demais ocupações da região conhecida como Gama, representa uma alternativa para milhares de famílias que, diante do descaso e da falta de moradias acessíveis, não viram outra solução senão a ocupação de terras abandonadas.

Logo após o surgimento da ocupação, a Empresa de Urbanização de Belo Horizonte (Urbel) procedeu ao cadastramento das famílias que já habitavam o território, em um esforço inicial de organização. No entanto, essa ação não foi suficiente para conter o crescimento exponencial da ocupação, uma vez que as condições de vulnerabilidade habitacional continuaram a empurrar novas famílias para a área. Segundo da líder comunitária Santos, que também foi entrevistada, estima-se que hoje a ocupação abriga mais de 4.500 famílias, o que a torna uma das regiões mais densamente povoadas e complexas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em termos de demanda por infraestrutura e serviços urbanos. A incapacidade das políticas públicas de fornecer soluções habitacionais dignas reflete a ausência de um planejamento urbano efetivo e inclusivo que leve em consideração as necessidades dos grupos mais vulneráveis. Como aponta Maricato (2011), a falta de investimentos em políticas habitacionais de longo prazo agrava o problema da moradia nas grandes cidades brasileiras, criando bolsões de pobreza e intensificando as desigualdades sociais (Maricato, 2011, p. 45).

A região da Gama, que abrange um território situado ao norte da cidade de Belo Horizonte, próximo à divisa com Santa Luzia, constitui a última grande área de expansão urbana da capital e tem um importante corredor ecológico. Esse território passou a ser ocupado, a partir de 2010, por, aproximadamente, cinco mil famílias que, por ausência de alternativas de moradia formal, deram origem às ocupações Beta, Esperança, Helena Greco e Rosa Leão. O crescimento dessas ocupações acentua um quadro de vulnerabilidade socioambiental que desafia a gestão pública, pois exige intervenções que conciliem desenvolvimento urbano com a preservação do ecossistema local. A condição de vida nesses assentamentos revela o descaso do Estado e ilustra como o processo de urbanização se realiza de maneira desigual e excludente. De acordo com Maricato (2011), o processo de urbanização no Brasil é marcado pela ausência de políticas públicas inclusivas, o que contribui para o surgimento de áreas irregulares e a ocupação desordenada de terrenos (p. 62).

No âmbito internacional, a ocupação Gama foi destacada, pela Conferência Habitat III, Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, ocorreu em Quito, Equador, de 17 a 20 de outubro de 2016 como um exemplo emblemático de conflito fundiário urbano, o que evidencia sua relevância como área que demanda tanto ações emergenciais quanto pesquisas aprofundadas para se compreender e propor soluções sustentáveis. Embora alguns avanços tenham sido registrados, após ter sido reconhecida como área de interesse social e sua inclusão no Plano Diretor de Belo Horizonte, os desafios persistem. A precariedade das condições de vida, a falta de infraestrutura básica e os conflitos relacionados à posse de terra continuam sendo obstáculos significativos para a população local.

Dessa forma, o caso da ocupação Gama se destaca pela complexidade dos problemas que representa e pela necessidade de uma intervenção coordenada e multidisciplinar. Para que se alcance um futuro mais justo e equitativo para essa população, é imprescindível uma compreensão mais profunda das especificidades locais, o que permitirá a criação de políticas públicas que atendam de maneira eficaz às demandas da comunidade.

A ausência de infraestrutura básica e a crescente demanda por serviços públicos naquela região compõem um desafio socioambiental de grande proporção. Essas carências impactam diretamente a qualidade de vida dos moradores e exigem políticas públicas integradas que, além de fornecerem serviços públicos adequados, considerem

também as particularidades ambientais e sociais da região. A infraestrutura precária na ocupação reflete na falta de saneamento básico, de água tratada, de pavimentação e de transporte público. Apesar de a energia elétrica ter sido recentemente instalada pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), a ausência de outros serviços essenciais continua a afetar de forma grave a rotina dos moradores. Como observa Maricato (2011), a falta de acesso a serviços urbanos básicos nas periferias urbanas é uma manifestação do abandono estatal, que contribui para a perpetuação de um ciclo de exclusão social (p. 48).

Em termos de educação, o cenário para os moradores da Ocupação Beta é igualmente desafiador. A relação entre a comunidade e a Escola Estadual Alfa, localizada no bairro Baronesa, em Santa Luzia, ilustra as dificuldades enfrentadas por crianças e adolescentes que residem na ocupação. Esta escola é a instituição educacional mais próxima e acessível para os jovens da região, mas a distância física e as barreiras socioeconômicas tornam o acesso à educação um desafio diário. Para esses alunos, o caminho até a escola, frequentemente, implica caminhar longos trechos por ruas não pavimentadas, expostos a condições climáticas adversas e enfrentando o isolamento geográfico que separa a ocupação dos bairros vizinhos. Conforme observa Caldeira (2000), esse isolamento e a precariedade da infraestrutura reforçam a exclusão social e dificultam a integração dos moradores de ocupações aos serviços públicos (p. 139).

Dentro do ambiente escolar, os desafios são amplificados. Embora a escola represente um espaço de oportunidades, muitos alunos da Ocupação Beta vivenciam uma realidade que, em vez de incluí-los, frequentemente reproduz as desigualdades estruturais presentes em suas vidas cotidianas. Segundo Bourdieu e Passeron (1977), as instituições educacionais funcionam como espaços de reprodução das hierarquias sociais, o que significa que, ao invés de atuarem como mecanismos de transformação, acabam perpetuando as condições de exclusão social que marcam a experiência dos alunos mais vulneráveis. Os estudantes moradores da Ocupação Beta enfrentam essa exclusão de diversas formas, seja pela falta de recursos materiais que possam apoiar suas necessidades, seja pela ausência de compreensão sobre as particularidades de suas trajetórias de vida fora do ambiente escolar. Esses fatores, somados, criam um ambiente no qual a educação, que deveria ser um direito inclusivo e universal, se torna mais um reflexo das desigualdades presentes na sociedade.

Além disso, a própria organização curricular e os métodos pedagógicos, muitas vezes, não levam em conta as realidades socioeconômicas e culturais dos alunos de

ocupações como a Beta. A exclusão educacional é ainda mais agravada pela falta de investimento em programas que busquem promover a inclusão dos alunos de áreas marginalizadas. Conforme Silva (2019) destaca, a escola, ao ignorar as especificidades desses estudantes, acaba reforçando estereótipos e reproduzindo as desigualdades sociais que deveriam ser combatidas (p. 54). A exclusão escolar, nesse sentido, não é apenas uma questão de infraestrutura, mas também da falta de compreensão sobre a importância de adaptar o ensino para que ele se torne verdadeiramente inclusivo e respeitoso das experiências dos alunos.

A complexidade da situação vivida pelos moradores da Ocupação Beta reflete o cenário mais amplo de desigualdade que permeia as periferias urbanas brasileiras. Para enfrentar esses desafios, é essencial que se desenvolvam políticas públicas que, além de oferecerem infraestrutura, busquem promover a inclusão social e combater as raízes da exclusão.

Nas tabelas 1 e 2 encontram-se os dados sobre os números de matrículas, turnos e turmas bem como sua distribuição por turmas/turnos da Escola Alfa no ano de 2024.

Tabela 1

Turmas existentes, número de alunos e quantidade de turnos da escola pesquisada

Item	Quantidade
Número de matrículas	1.071
Número de turmas	35
Número de turnos	3

Tabela 2

Distribuição de turmas por turno

Turno	Número de turmas	Distribuição de turmas por série
Manhã	15	3 turmas de 8º ano, 4 turmas de 9º ano, 3 turmas de 1º ano, 3 turmas de 2º ano, 2 turmas de 3º ano
Tarde	14	4 turmas de 6º ano, 4 turmas de 7º ano, 1 turma de 8º ano, 1 turma de 1º ano inicial, 1 turma de 2º ano inicial, 1 turma de 3º

		ano inicial, 1 turma de 4º ano inicial, 1 turma de 5º ano inicial
Noite	6	1 turma de 1º ano médio regular, 1 turma de 2º ano médio regular, 1 turma de 3º ano médio regular, 1 turma de EJA (7º ano), 1 turma de EJA (9º ano), 1 turma de EJA (2º ano médio)

Embora, atualmente, mais de 4.500 famílias residam na Ocupação Beta, a área continua ausente dos planos formais de urbanização e desenvolvimento dos municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia. Esse quadro de exclusão manifesta-se na falta de políticas públicas integradas, as quais poderiam proporcionar acesso a serviços essenciais, como saneamento, saúde, segurança e, especialmente, educação. Segundo Holston (2008), a omissão do poder público em regiões como essa perpetua um estado de marginalização, restringindo os direitos de cidadania e evidenciando a desigualdade estrutural que caracteriza as periferias urbanas no Brasil. A carência de uma urbanização planejada limita severamente o acesso dos moradores aos direitos básicos, colabora para que perdure um ciclo de exclusão que, na ausência de intervenção estatal, se torna uma realidade cotidiana para os habitantes da região (Holston, 2008, p. 215).

A invisibilidade social experimentada pelos moradores da Ocupação Beta contribui para que a comunidade permaneça à margem dos investimentos públicos. Essa exclusão do planejamento urbano é um fator determinante que aprofunda as desigualdades e limita a possibilidade de desenvolvimento socioeconômico para essas famílias. A falta de reconhecimento oficial priva os moradores de uma série de serviços e benefícios públicos, relegando-os a um cenário de extrema vulnerabilidade. Em regiões como essa, a ausência de infraestrutura adequada é evidente nas condições precárias de saneamento, na falta de pavimentação e na inexistência de transporte público regular. Conforme relata Maricato (2011), o padrão de urbanização excludente reforça uma segmentação espacial que reproduz, no espaço urbano, as desigualdades socioeconômicas existentes na sociedade (Maricato, 2011, p. 47).

No âmbito educacional, as limitações impostas pela exclusão urbana são especialmente notórias. A relação entre a Ocupação Beta e a Escola Estadual, que está localizada no bairro Baronesa, em Santa Luzia, revela a barreira imposta pela falta de

políticas de integração efetivas entre o sistema educacional e as comunidades periféricas. A ausência de transporte escolar e a precariedade das vias de acesso tornam o percurso até a escola um desafio diário para os alunos. Essa situação reflete o isolamento geográfico, que atua como uma barreira adicional ao acesso à educação de qualidade. De acordo com Caldeira (2000), esse isolamento reflete um tipo de "construção social de marginalização" que impede a plena integração dos moradores ao tecido urbano, contribuindo para uma sensação de exclusão e desamparo (Caldeira, 2000, p. 103).

Apesar das condições adversas, a educação continua sendo uma ferramenta poderosa de transformação e resistência para as populações marginalizadas. A escola, ainda que limitada em seus recursos e sem apoio suficiente, representa um espaço de oportunidades onde os jovens podem vislumbrar um caminho de inclusão social e pessoal. No entanto, para que essa possibilidade se concretize, é essencial que o poder público intervenha com políticas de suporte à educação em áreas marginalizadas. Isso implica a implementação de programas de regularização fundiária, o desenvolvimento de infraestrutura básica e a criação de políticas de inclusão que contemplem a especificidade das populações periféricas. Segundo Holston (2008), a cidadania deve ser universal e incluir todos os indivíduos, independentemente de sua posição socioeconômica ou localização geográfica; contudo, a ausência de políticas direcionadas para essas áreas revela uma cidadania incompleta e desigual (Holston, 2008, p. 139).

A Ocupação Beta, como um símbolo das lutas sociais iniciadas em 2013, também é um reflexo das profundas desigualdades urbanas no Brasil. As mobilizações de 2013 evidenciaram o quanto as demandas populares por moradia e melhores condições de vida continuam negligenciadas. Esse movimento social desvelou o abismo entre as necessidades da população e as ações efetivas do Estado, tornando evidente a necessidade de políticas de habitação que não apenas considerem o aspecto econômico, mas também promovam a dignidade e a cidadania para todos. Essa ocupação personifica a reivindicação por direitos e serve como um lembrete constante de que o poder público deve atuar de forma mais proativa na mitigação das desigualdades estruturais, principalmente nas regiões urbanas periféricas, onde as necessidades são mais urgentes e visíveis (Rolnik, 2015, p. 78).

Além das condições físicas adversas, o ambiente social dentro da escola estadual no bairro Baronesa reflete os desafios enfrentados pelos alunos provenientes da Ocupação Beta. A precariedade de recursos e a falta de investimentos em programas de apoio

dificultam o desenvolvimento de uma educação inclusiva que acolha as particularidades das vivências desses jovens. Muitos estudantes enfrentam barreiras emocionais e psicológicas oriundas das dificuldades sociais e da discriminação implícita que sofrem devido ao estigma associado à sua condição de moradores de uma ocupação. Dessa forma, a escola, embora seja um espaço potencial de transformação, acaba por perpetuar as desigualdades que deveriam ser combatidas.

A integração social dos moradores da Ocupação Beta, portanto, exige uma intervenção multifacetada que vá além da simples urbanização e da regularização fundiária. É necessário um esforço conjunto entre o poder público e a sociedade civil para desenvolver políticas públicas que atendam às necessidades específicas dessa população, como a implementação de programas educacionais que levem em conta as vulnerabilidades sociais enfrentadas pelos estudantes. As ações devem incluir, além da melhoria da infraestrutura educacional, o desenvolvimento de programas de assistência social, transporte escolar gratuito e a promoção de atividades extracurriculares que ajudem a fortalecer o vínculo dos jovens com a escola e a reduzir o estigma que enfrentam. Conforme afirma Holston (2008), somente por meio de políticas inclusivas e participativas é possível construir uma cidadania plena que permita que essas comunidades sejam reconhecidas como partes integrantes da sociedade (p. 87).

A luta dos moradores da Ocupação Beta por dignidade e reconhecimento é uma representação da luta por direitos de milhares de brasileiros que habitam áreas de ocupação em todo o país. Este fenômeno evidencia que, sem a inclusão formal dessas comunidades nos planos de desenvolvimento urbano, a cidadania se torna um privilégio limitado.

Dessa forma, a Ocupação Beta não é apenas um caso de moradia irregular, mas sim um testemunho da necessidade de reavaliar as políticas públicas e as práticas de inclusão, considerando que a verdadeira transformação social deve começar pelo reconhecimento e pela garantia dos direitos fundamentais para todas as pessoas. A sua inclusão nos planos de desenvolvimento dos municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia é um passo essencial para reduzir as desigualdades sociais que marcam o cotidiano da comunidade. Com a regularização fundiária e a implementação de infraestrutura básica, essas famílias podem alcançar uma qualidade de vida mais digna, permitindo-lhes romper o ciclo de marginalização que define sua realidade atual. Além disso, ao garantir que os jovens tenham acesso à educação de qualidade e a condições de estudos apropriadas, o

poder público promove uma sociedade mais justa e equitativa. Como argumenta Holston (2008), é fundamental que os governos reconheçam e atendam às demandas das populações marginalizadas, integrando-as ao espaço urbano formal e ao pleno exercício da cidadania (p. 110).

VIDA NA IZIDORA: HABITANTES HUMANOS E NÃO HUMANOS



Img. 1: Diagrama-mapa produzido pelo Indisciplinar em parceria com o Coletivo Margarida Alves para apresentação do caso Gama no Tribunal Internacional de Despejos em Quito (2016).

A foto abaixo apresenta uma visão panorâmica, porém parcial da ocupação.

Foto 1, vista panorâmica da ocupação Beta



Vista da ocupação a partir da casa de um dos participantes da pesquisa. Fonte do autor (2024)

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente referencial teórico está alicerçado nas contribuições de Michel Foucault, Giorgio Agamben e Max Weber, com a inclusão das reflexões de Zygmunt Bauman e Achille Mbembe, cujas obras possibilitaram uma análise profunda da invisibilidade social e das relações de poder que permeiam a vida dos moradores da Ocupação Beta e sua interação com a Escola Estadual Alfa.

Michel Foucault (1980) fornece um aporte teórico essencial para a compreensão das relações de poder, especialmente nas práticas institucionais e educacionais. Segundo este autor, o poder não se concentra exclusivamente em um polo, mas se dispersa em uma rede de relações que permeiam toda a sociedade (Foucault, 1980, p. 98). Essa abordagem permite uma análise crítica de como as instituições escolares podem tanto reproduzir quanto desafiar estruturas de exclusão social. Conforme argumenta, o poder não é uma substância ou uma posse, mas algo que se manifesta por meio de práticas discursivas e sociais, produzindo e reforçando normas que acabam por impactar diretamente os alunos de comunidades marginalizadas (Foucault, 1979). Essa perspectiva é útil para compreender como a escola, como instituição pública, pode se tornar um espaço de reprodução das desigualdades ou de resistência, dependendo das práticas adotadas.

Giorgio Agamben (2004) amplia essa análise ao desenvolver a ideia do estado de exceção, um conceito que explora como a suspensão de direitos se torna uma prática constante e rotineira nas sociedades contemporâneas, especialmente em contextos de marginalização. Para Agamben, a sociedade atual tende a transformar o estado de exceção em uma condição perene, em que a vida de determinados grupos – como os moradores da Ocupação Beta – é relegada a um estado de invisibilidade e desproteção, o que ele denomina "vida nua" (Agamben, 2004, p. 33). Nesse sentido, os indivíduos que habitam espaços marginalizados, como a Ocupação Beta, encontram-se à mercê das decisões do Estado, sem garantias de direitos fundamentais, uma situação que agrava a exclusão social e compromete suas possibilidades de participação plena na sociedade (Agamben, 2005). Essa perspectiva permite uma análise dos processos de exclusão que se manifestam de forma institucionalizada, impedindo que essas populações acessem direitos básicos, incluindo a educação.

Max Weber (1947), por sua vez, oferece uma abordagem crucial para entender o papel das instituições na vida social. Sua teoria sobre a burocracia e a racionalidade

administrativa permite observar como as estruturas escolares, como componentes de um sistema burocrático maior, podem, simultaneamente, promover e obstruir a inclusão social (p. 31). Este autor afirma que as instituições tendem a se moldar em uma racionalidade instrumental que valoriza a eficiência e o cumprimento de normas sobre o bem-estar dos indivíduos que atende, o que, em contextos de desigualdade, pode levar à perpetuação de barreiras ao acesso e à inclusão. Para os alunos da Ocupação Beta, a escola, embora teoricamente inclusiva, muitas vezes acaba por reproduzir práticas burocráticas que dificultam o acesso a uma educação plena e integrada.

Além desses três pensadores centrais, Zygmunt Bauman (2000) e Achille Mbembe (2003) oferecem perspectivas adicionais que enriquecem a análise. Bauman, ao tratar da modernidade líquida, destaca que as relações sociais se tornam cada vez mais efêmeras e que o Estado moderno tem dificuldades em fornecer segurança e estabilidade para seus cidadãos, especialmente os marginalizados (Bauman, 2000, p. 46). Essa fluidez reforça a precariedade da vida em ocupações, onde os moradores vivem à margem das proteções estatais e têm acesso limitado a direitos básicos. Em *Vidas descartáveis*, Bauman (2004) argumenta que as comunidades periféricas, como as ocupações urbanas, tornam-se áreas de exclusão social, onde os habitantes são considerados “indesejáveis” e tratados como resíduos pela sociedade, uma situação que aprofunda a sensação de invisibilidade e abandono.

Achille Mbembe (2003) contribui com o conceito de necropolítica, que examina como o poder moderno decide quem pode viver e quem deve ser deixado morrer. Esse conceito complementa a ideia de “vida nua” de Agamben e ajuda a entender o tipo de abandono e violência simbólica que recai sobre as comunidades marginalizadas. Para Mbembe, a necropolítica se manifesta nas práticas de exclusão e na omissão estatal em oferecer condições de vida dignas para todos os cidadãos, promovendo um regime no qual a vida de alguns grupos é sistematicamente menosprezada (Mbembe, 2003, p. 27).

Esse arcabouço teórico é particularmente relevante para analisar a situação dos moradores da Ocupação Beta que, por meio da omissão do poder público, acabam por se tornar sujeitos de uma “cidadania inacabada”.

No contexto educacional, as ideias de Foucault, Agamben e Mbembe sugerem que a escola pode operar como um dispositivo que reproduz as relações de poder e exclusão. O conceito de biopolítica de Foucault (1979) e o de necropolítica de Mbembe (2003) se mostram úteis para analisar como as instituições educacionais controlam e regulam os

corpos dos alunos, decidindo quem tem acesso a uma educação de qualidade e quem fica à margem. Conforme concluem Telles e Paiva (2019), em artigo sobre desigualdade e cidadania, as políticas educacionais e sociais precisam romper com o ciclo de reprodução da desigualdade, buscando atender às particularidades das populações marginalizadas (p. 88). Esse contexto reforça a necessidade de o Estado desenvolver estratégias e políticas públicas que considerem a realidade dos moradores de ocupações urbanas e promovam uma educação que seja verdadeiramente inclusiva.

Desse modo, a base teórica deste estudo reúne as ideias de Foucault, Agamben, Weber, Bauman e Mbembe para explorar como as dinâmicas de poder e a burocratização das instituições contribuem para a invisibilidade e a marginalização dos moradores da Ocupação Beta. Esses pensadores fornecem uma estrutura crítica para examinar o modo como o Estado lida com comunidades em situação de vulnerabilidade e, especificamente, o papel das instituições educacionais na reprodução ou na interrupção dessas dinâmicas. A partir dessa perspectiva, é possível investigar como a escola, ao interagir com a comunidade da Ocupação Beta, pode tanto reforçar quanto transformar as condições de exclusão que esses estudantes enfrentam diariamente. Como afirma Santos (2020), em estudo sobre educação e desigualdade, a escola tem o potencial de ser um espaço de resistência, desde que suas práticas pedagógicas estejam voltadas para a construção de uma cidadania plena e inclusiva (Santos, 2020, p. 102).

Essas reflexões, consolidadas no quadro teórico desta dissertação, visam lançar luz sobre as condições que perpetuam a invisibilidade social e seus impactos na educação em contextos de desigualdade. Essa abordagem oferece um caminho para compreender a experiência dos alunos da Ocupação Beta, ao mesmo tempo em que contribui para o debate sobre a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão e reconheçam as especificidades das populações marginalizadas.

A tabela abaixo apresenta os autores seminais utilizados na elaboração dessa dissertação.

Tabela 2

Autores seminais

Tema	Autor(es)	Conceito principal	Contribuição para o estudo
Estado de exceção	Giorgio Agamben	O estado de exceção representa a suspensão das leis normais, colocando certas	Permite analisar como grupos marginalizados, como os moradores de ocupações, são

		populações fora da proteção legal, levando-as à condição de "vidua" (<i>homo sacer</i>).	excluídos do amparo estatal, refletindo essa exclusão nas práticas escolares e educacionais.
Biopolítica	Michel Foucault	Biopolítica refere-se às técnicas e às estratégias pelas quais o Estado regula e controla a vida das populações, por meio de políticas de saúde, educação e normatização.	Ajuda a entender como a escola e o Estado regulam e controlam a vida dos alunos de comunidades vulneráveis, moldando subjetividades e limitando oportunidades educacionais e sociais.
Teoria da Administração Pública	Max Weber, Michael Crozier	A burocracia pública como estrutura organizacional racional-legal, com regras universais e previsíveis, mas que, muitas vezes, ignora particularidades sociais.	Aponta como a administração escolar, pautada em regras burocráticas, pode perpetuar a exclusão social ao aplicar normas de forma indiferente às desigualdades socioeconômicas locais.
Relações socioeducacionais	Pierre Bourdieu, Paulo Freire	A educação reproduz as desigualdades sociais, favorecendo classes mais altas e marginalizando aqueles em situações de vulnerabilidade.	Evidencia como a escola, em sua função pedagógica e social, tende a reforçar a estrutura de poder vigente, mantendo os grupos marginalizados em situações de desvantagem.
Exclusão social	Zygmunt Bauman, Achille Mbembe	A exclusão social acontece quando certos grupos são afastados do acesso a direitos básicos, como educação e saúde, permanecendo	Esclarece o papel da escola como espaço que pode reforçar a exclusão ou atuar como instrumento de inclusão, dependendo das políticas e práticas educacionais adotadas.

		em um estado de vulnerabilidade.	
--	--	----------------------------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

3.1 Biopolítica de Michel Foucault

A biopolítica, conceito central na obra de Michel Foucault, refere-se à maneira como o poder se exerce diretamente sobre a vida dos indivíduos e populações, o que representa uma transformação significativa no modo como o Estado se relaciona com os corpos e as vidas humanas. Segundo Foucault (1976), a biopolítica emerge no contexto das sociedades modernas, caracterizando-se pelo fato de que a gestão da vida passa a ser uma questão central para o poder estatal, que agora se preocupa em regular aspectos como saúde, sexualidade e reprodução da população (p. 137). Esse paradigma, ao transformar a vida em um campo de intervenção, ilustra como os corpos e as populações são moldados e administrados por políticas que buscam maximizar a saúde e a produtividade, revelando um poder que não é meramente repressivo, mas produtivo e normativo, moldando as vidas em níveis antes não alcançados.

A biopolítica, de acordo com Foucault, envolve a administração da vida humana, algo que o autor explora em *A história da sexualidade*. Nessa obra, Foucault (1976) afirma que, a partir do século XVIII, as sociedades ocidentais desenvolveram práticas e saberes voltados para a regulamentação da sexualidade e da saúde das populações, com o objetivo de garantir a ordem social e econômica (p. 103). Em vez de operar somente pela proibição, esse controle se concretiza por meio da normatização e da categorização, inserindo os indivíduos em um sistema de controle que visa otimizar a vida ao mesmo tempo em que padroniza comportamentos e valores. Esse processo contribuiu para a criação de uma "população produtiva", cujas normas, necessidades e saúde são continuamente monitoradas, redefinindo o que significa viver em uma sociedade controlada por mecanismos biopolíticos.

Ele também introduz a noção de "poder-saber", argumentando que conhecimento e poder são elementos indissociáveis na biopolítica. Foucault (1979) explica que o conhecimento, especialmente aquele sobre os corpos e as populações, é uma ferramenta essencial para o exercício do poder, de modo que instituições como escolas, hospitais e prisões desempenham papéis centrais na formação das subjetividades e na gestão das populações (p. 27). Dessa forma, a biopolítica não é apenas uma estratégia de controle,

mas também um modo de produção de conhecimento sobre a vida humana. O entrelaçamento entre saber e poder permite que práticas de governança penetrem em todos os aspectos da vida social, moldando subjetividades e criando uma "verdade" que passa a determinar comportamentos.

Sob uma perspectiva econômica, a biopolítica também se revela essencial para a governança moderna. Com o advento do capitalismo, o Estado começa a enxergar a saúde da população como um recurso econômico, promovendo políticas que assegurem a produtividade e a eficiência do trabalho. Para Foucault (2008), o corpo se torna um objeto de investimento estatal, sendo sua saúde e bem-estar administrados conforme o imperativo da maximização do capital e da força de trabalho (p. 48). Assim, a saúde deixa de ser vista como um bem humano universal e passa a ser valorizada na medida em que contribui para a produtividade econômica, o que cria uma divisão entre aqueles cuja saúde é vista como um investimento e aqueles que são negligenciados pelas políticas estatais. Nesse contexto, o poder biopolítico opera seletivamente, priorizando algumas vidas em detrimento de outras, conforme a lógica mercadológica.

A biopolítica também se relaciona diretamente com as desigualdades sociais, já que as políticas de saúde pública e os programas sociais tendem a reproduzir desigualdades preexistentes. Puar (2007) observa que populações marginalizadas, como os moradores da Ocupação Beta, frequentemente são excluídas de intervenções biopolíticas focadas na promoção da saúde e do bem-estar, sendo negligenciadas por não se encaixarem nos padrões e normas estabelecidos pelo Estado (p. 59). Isso demonstra como as práticas biopolíticas podem agravar a invisibilidade social dessas populações, perpetuando sua marginalização e expondo-as a situações de risco e abandono. Dean (2010) argumenta que essa marginalização biopolítica não é apenas uma questão de exclusão econômica, mas também uma questão política e simbólica, pois define quem merece a proteção do Estado e quem é relegado à condição de invisibilidade (p. 87).

A crítica de Foucault à biopolítica se estende ainda ao conceito de "vida nua" que Agamben (1998) desenvolve ao descrever a situação de indivíduos despojados de direitos e proteções legais, reduzidos a uma existência vulnerável diante do poder soberano (p. 6). Em contextos de exclusão social, como os enfrentados por comunidades marginalizadas, a condição de "vida nua" é visível; esses grupos são vistos como meros corpos à margem do sistema, sem o amparo de direitos fundamentais. Os moradores da Ocupação Beta, por

exemplo, exemplificam essa situação, na qual, devido à ausência de políticas inclusivas, vivem uma realidade de exclusão na qual seus direitos não são garantidos.

Além disso, a biopolítica, ao regular a vida e definir quem pertence ou não ao corpo social, revela as bases das políticas de inclusão e exclusão contemporâneas. Segundo Zygmunt Bauman (2000), a sociedade moderna se caracteriza por uma "liquidez" em que as fronteiras sociais tornam-se maleáveis, mas, paradoxalmente, mais rígidas para aqueles que vivem à margem (p. 18). Nesse contexto, os excluídos, como os habitantes da Ocupação Beta, encontram-se em uma zona de abandono, reforçando a necessidade de uma análise crítica dos mecanismos biopolíticos que mantêm a estrutura da desigualdade.

Por fim, a biopolítica, como estrutura analítica, possibilita uma compreensão aprofundada das dinâmicas de poder e controle que caracterizam a sociedade contemporânea, em que o Estado atua não apenas como regulador da vida, mas também como entidade que decide sobre as condições mínimas de existência. Como salienta Dean (2010), a análise biopolítica permite ver como as práticas de resistência de grupos marginalizados surgem em oposição a essa normatividade biopolítica, reivindicando direitos básicos e questionando os limites impostos pelo poder estatal (p. 87). Dessa forma, ao examinar a biopolítica tendo como cenário a Ocupação Beta, evidencia-se a luta dessas populações para conquistar visibilidade e justiça, expondo os limites e as possibilidades de contestação ao poder institucionalizado.

A abordagem de Foucault, complementada pelos conceitos de "vida nua" de Agamben e de exclusão social de Bauman, propõe um referencial teórico robusto para compreender as políticas de controle e as resistências que emergem em comunidades marginalizadas.

3.1.2 A governamentalidade e o controle da vida

A obra de Michel Foucault é fundamental para compreender as dinâmicas de poder e controle que permeiam as sociedades modernas, especialmente por meio do conceito de governamentalidade, o qual ele introduz como um modo inovador de exercero poder que vai além do controle repressivo direto. Conforme observa Foucault (1978), a governamentalidade é uma forma complexa de organização e administração da vida dos

indivíduos, na qual o poder se manifesta por meio de técnicas e estratégias específicas que visam à maximização do potencial humano e à regulação da população, transformando a vida em um objeto de gestão estatal (p. 98). Este conceito altera radicalmente as práticas de governança contemporânea, em que o controle sobre a vida ocupa lugar central, diferentemente das dinâmicas anteriores, que focavam na soberania e no direito de vida e morte exercido pelos monarcas.

Com o advento do Estado moderno, o foco das práticas de poder mudou substancialmente. Foucault (1991) argumenta que a governamentalidade representa a transição de um modelo de soberania absoluta, no qual o governante detinha poder sobre a vida e a morte de seus súditos, para um modelo no qual o Estado se concentra em otimizar a vida das populações, tornando-se o principal administrador de aspectos como saúde, educação e segurança (p. 103). Essa transformação reflete um interesse crescente do poder em manter e melhorar a vida dos cidadãos, evidenciado em práticas que regulam e normatizam os comportamentos, garantindo uma ordem social que se sustenta em dispositivos de controle indiretos. Assim, o poder se exerce de maneira mais difusa e produtiva, estruturando comportamentos e valores sociais, e inserindo a população em um sistema no qual a normalização se torna um mecanismo de controle mais eficaz do que a repressão.

O controle da vida também está diretamente associado à produção de saberes, o que Foucault denomina de “poder-saber”. Para o autor, governar não é apenas uma questão de comando, mas de conhecimento e domínio das informações sobre os indivíduos, o que permite a administração de suas vidas de modo mais eficiente. Foucault (1976) observa que as instituições sociais, como escolas, hospitais e prisões, desempenham papel essencial na construção desse saber, já que são responsáveis pela categorização, classificação e monitoramento das vidas dos indivíduos (p. 27). Essas instituições constituem o que ele chama de “micropoderes”, disseminando normas e valores que definem os limites do aceitável e do desvio. Assim, governar não é apenas um exercício de controle externo, mas um processo que visa à formação das subjetividades e dos comportamentos, inserindo os indivíduos em um ciclo de normatização contínua.

Complementando a governamentalidade, a biopolítica emerge como um conceito central para entender a forma como o poder se entrelaça com a vida, regulando-a em níveis cada vez mais profundos. Conforme Foucault (1976), a biopolítica é a estratégia

do Estado de intervir diretamente na vida da população, regulando áreas como saúde, reprodução e produtividade, não apenas para manter a ordem, mas para garantir que as vidas individuais e coletivas sejam otimizadas para atender aos interesses do poder (p. 137). Esse gerenciamento não ocorre apenas por meio de proibições ou regulamentações, mas também de práticas de normatização e disciplinarização que modelam as condutas e expectativas. O Estado, por meio de campanhas de saúde, políticas públicas e normas sociais, induz a população a agir conforme os padrões ideais de produtividade e saúde, revelando as tensões entre controle e liberdade, que permeiam as sociedades contemporâneas.

Além disso, Foucault (1997) expande a ideia de governamentalidade ao sugerir que o controle da vida implica também uma governança que parte do indivíduo sobre si mesmo. Essa noção de "autogoverno" reflete uma transformação na qual os sujeitos são incentivados a serem autônomos e a cuidarem de suas próprias vidas, embora submetidos a normas e a expectativas que limitam suas ações e decisões (p. 229). Este controle interno, como aponta Rose (1999), configura-se como uma forma de responsabilização individual em um contexto de normatização social, no qual a governamentalidade se manifesta também por meio da internalização das normas, de modo que os próprios indivíduos se tornam agentes da sua regulação (p. 3). Assim, os cidadãos passam a desempenhar papel ativo na conformação de suas vidas, mas dentro dos limites impostos pela sociedade e pelo Estado, evidenciando um paradoxo entre autonomia e controle.

A governamentalidade também se materializa por meio do paradigma da segurança, um aspecto central nas práticas de poder nas sociedades modernas. Foucault (2007) discute como a segurança se torna um fator essencial nas políticas públicas, à medida que o Estado busca prever e mitigar riscos, regulando comportamentos para evitar perigos considerados ameaçadores para a ordem social (p. 27). A lógica da segurança opera tanto no âmbito público quanto no privado, ditando regras e normas que moldam o comportamento dos indivíduos. As políticas de segurança, que variam de medidas de saúde pública a regulamentações no nível comunitário, fazem parte do que Foucault chama de "sociedade de controle", em que o poder se organiza não para reprimir ou proibir, mas para antecipar e mitigar riscos. Nesse contexto, o controle sobre a vida se expande além da esfera do Estado, infiltrando-se em todas as esferas da existência.

As análises de Foucault sobre governamentalidade e controle da vida também suscitam reflexões sobre as formas de resistência e contestação que emergem nas

sociedades contemporâneas. Dean (2010) destaca a importância de se investigar como os sujeitos e os grupos marginalizados respondem a essas normatividades e buscam formas alternativas de viver, que contestam os padrões impostos pelas políticas estatais (p. 87). Esses atos de resistência revelam como, apesar de todo o aparato normativo, a governamentalidade não é um sistema hermético e inviolável, mas um campo de tensões e conflitos no qual a vida e o poder se confrontam continuamente.

Em suma, a análise da governamentalidade e do controle da vida na obra de Foucault evidencia as intrincadas relações de poder que caracterizam as sociedades modernas, nas quais o controle se manifesta em múltiplas esferas e de formas indiretas. Como observa Agamben (1998), essa complexidade aponta para a transformação do Estado em uma entidade que se envolve profundamente na vida de seus cidadãos, ao ponto de decidir quais vidas são prioritárias e quais são negligenciáveis, conforme as necessidades da ordem social e econômica (p. 6). Foucault, ao estruturar esses conceitos, nos convida a refletir sobre as implicações do poder biopolítico e governamental nas práticas cotidianas e a questionar as limitações impostas pela governamentalidade.

3.1.3 Biopolítica e educação

A relação entre biopolítica e educação é um tema central na obra de Michel Foucault, que oferece uma perspectiva crítica sobre como as instituições educacionais funcionam dentro das dinâmicas de poder contemporâneas. Foucault (1976) argumenta que a biopolítica envolve um conjunto de práticas e saberes que visam regular a vida das populações, estabelecendo normas e padrões de comportamento que são essenciais para a administração da vida social (p. 136). Nesse contexto, a educação surge como uma ferramenta fundamental na formação de cidadãos que se ajustam a essas normas e expectativas sociais.

De acordo com Foucault (1991), a educação é um dos principais mecanismos por meio dos quais a biopolítica opera. Ele sugere que, ao longo da modernidade, as instituições educacionais foram moldadas para servir a um objetivo de normatização e controle, no qual o conhecimento se torna um instrumento de governança (p. 108). As práticas pedagógicas, portanto, não são meramente neutras, mas estão imbuídas de um poder que disciplina e forma as subjetividades dos indivíduos. Assim, a educação se torna um espaço no qual as lógicas da biopolítica se manifestam, moldando as identidades e os comportamentos dos alunos.

A biopolítica também tem reflexo nas práticas de avaliação e controle dentro das escolas. Foucault (1975) discute a importância dos dispositivos de controle social, afirmando que a avaliação se tornou uma forma de monitorar e regular os alunos, criando um regime de vigilância que perpetua a hierarquia social (p. 196). As avaliações, portanto, não são apenas instrumentos de mensuração do conhecimento, mas atuam como mecanismos de controle que classificam e normalizam os estudantes, ajustando-os a padrões estabelecidos.

Outro aspecto importante da biopolítica na educação é a produção de saberes que sustentam a governança. Foucault (1995) argumenta que as práticas educativas são entrelaçadas com discursos que legitimam determinadas formas de saber, influenciando a maneira como os indivíduos percebem a si mesmos e aos outros (p. 65). Por meio da educação, a biopolítica molda as percepções sociais e as concepções de cidadania, promovendo uma cultura de conformidade e obediência que é fundamental para a estabilidade do sistema social.

Foucault (1982) também destaca que a educação deve ser entendida como um espaço de resistência. A biopolítica não opera apenas como um poder opressivo, mas também abre possibilidades para a contestação e a transformação social (p. 45). Os indivíduos, ao serem educados, não se tornam apenas objetos de controle, mas também sujeitos com capacidade crítica que podem desafiar as normas e as estruturas de poder que os cercam. Essa tensão entre controle e resistência é central para a compreensão da educação em um contexto biopolítico.

Além disso, a discussão sobre a educação na perspectiva da biopolítica é ampliada quando se considera o papel da saúde e do bem-estar. Foucault (2003) argumenta que a educação está interligada às práticas de saúde, nas quais o corpo e a saúde dos alunos são regulados por normas que buscam garantir a produtividade e o bem-estar da população (p. 134). As escolas, portanto, não são apenas lugares de transmissão de conhecimento, mas também locais onde a saúde e o corpo dos indivíduos são monitorados e cuidados, refletindo as preocupações biopolíticas do Estado.

Por fim, é importante ressaltar que a biopolítica na educação não se restringe a um contexto ocidental ou moderno. Foucault (2004) sugere que as práticas educativas e as relações de poder podem ser observadas em diversas culturas e sociedades, revelando a universalidade das dinâmicas biopolíticas que moldam a experiência educacional (p. 189). A análise das práticas educativas sob a ótica da biopolítica, portanto, permite uma

compreensão mais profunda das relações de poder que permeiam a educação e suas implicações para a formação de indivíduos e sociedades.

3.1.4 Controle e invisibilidade

A obra de Michel Foucault oferece uma análise profunda das relações entre controle social e a invisibilidade de certos grupos na sociedade. Foucault (1975) argumenta que o controle se manifesta em diferentes formas de vigilância e normatização, sendo um componente central da disciplina moderna. Ele descreve como as instituições sociais, como escolas e prisões, operam em um regime de vigilância que não apenas monitora, mas também produz uma subjetividade que se ajusta às normas sociais (p. 195). Essa dinâmica de controle cria uma invisibilidade em relação a grupos que não se conformam às expectativas sociais, como os marginalizados e os excluídos.

Foucault (1976) expande essa análise ao introduzir o conceito de biopolítica, que se refere ao controle das populações por meio de práticas que visam regular a vida, a saúde e o comportamento dos indivíduos (p. 139). Neste contexto, a invisibilidade social é, frequentemente, uma consequência das práticas biopolíticas, que tornam certos grupos "invisíveis" para o Estado e para as instituições. A regulamentação da vida por meio de políticas públicas e normativas resulta na exclusão de grupos que não se encaixam nos padrões estabelecidos, levando à sua marginalização e, conseqüentemente, à sua invisibilidade.

A invisibilidade social é também uma forma de controle que opera por meio da negação de direitos e da supressão da voz dos indivíduos. Foucault (1982) argumenta que, ao categorizar e rotular indivíduos, as instituições produzem uma hierarquia de visibilidade que favorece certos grupos em detrimento de outros (p. 50). Essa dinâmica é evidente nas práticas educativas e nas políticas sociais, em que a inclusão de certos grupos é condicionada à sua conformidade com as normas estabelecidas. Assim, aqueles que não se adequam são invisibilizados, perdendo sua voz e seus direitos.

A relação entre controle e invisibilidade também é evidenciada na produção de saberes que legitimizam práticas de exclusão. Foucault (1991) destaca que o conhecimento não é neutro; ao contrário, ele é utilizado como uma ferramenta de poder que estabelece verdades e normas que moldam a percepção social sobre determinados grupos (p. 122). Dessa forma, o controle se torna invisível, operando por meio de

discursos que naturalizam a exclusão e a marginalização, perpetuando, assim, a invisibilidade de grupos vulneráveis.

Outro aspecto importante é a forma como o controle se institucionaliza nas práticas cotidianas. Foucault (1995) aponta que o controle social se infiltra em aspectos da vida cotidiana, tornando-se uma prática quase invisível (p. 75). Essa normalização das práticas de controle contribui para a invisibilidade dos indivíduos que vivem em condições de vulnerabilidade, já que suas realidades se tornam invisíveis no discurso público e nas políticas sociais. O controle, portanto, opera de maneira sutil, perpetuando a marginalização e a exclusão.

Por fim, Foucault (2003) enfatiza a necessidade de se desconstruir as narrativas que sustentam o controle social e a invisibilidade. Ele sugere que, ao questionar as normas e as práticas que determinam o que é considerado "normal" e "anormal", é possível visibilizar os grupos excluídos e promover uma transformação social (p. 134). Essa desconstrução é essencial para desafiar as dinâmicas de poder que perpetuam a invisibilidade e para abrir espaço para a inclusão e a participação de todos os indivíduos na esfera pública.

Assim, a análise da biopolítica proposta por Foucault, juntamente com a contribuição de autores como Silva e Deleuze, proporciona uma estrutura teórica robusta para entender as dinâmicas de poder que operam nas interações entre as comunidades marginalizadas e as instituições educacionais. A invisibilidade social dos moradores da Ocupação Beta é, portanto, um reflexo das práticas biopolíticas que, ao invés de promover a inclusão, perpetuam a exclusão e o abandono, reiterando a necessidade de um olhar crítico sobre as relações de poder que moldam essas experiências.

3.2 Estado de exceção e vidas nuas de Giorgio Agamben

Giorgio Agamben, em sua obra seminal *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (1998), desenvolveu a ideia de estado de exceção como uma condição na qual a ordem jurídica normal é suspensa, permitindo ao poder soberano exercer controle absoluto sobre a vida dos indivíduos. Nesse contexto, Agamben (1998) observa que "o estado de exceção não é um momento de transição, mas uma forma permanente de governo" (p. 26). Essa afirmação evidencia como práticas que deveriam ser temporárias se tornaram normativas, refletindo uma forma de controle que perpetua a exclusão e a marginalização de certos grupos sociais.

A "vida nua" (zoe) é um conceito central na análise de Agamben, referindo-se à vida biológica básica, que é desprovida de direitos e proteções legais. Este autor argumenta que, no estado de exceção, "o soberano pode decidir sobre a vida e a morte, transformando a vida política em vida nua" (1998, p. 17). Essa transformação revela a vulnerabilidade dos indivíduos que se encontram fora da proteção do Estado, tornando-se objetos de controle e manipulação. Essa condição de "vida nua" é frequentemente vivenciada por grupos marginalizados, que se veem excluídos das garantias básicas de cidadania e direitos humanos.

A relação entre estado de exceção e biopolítica é igualmente relevante na obra de Agamben. Ele argumenta que, ao impor o estado de exceção, o poder soberano não apenas suspende as normas jurídicas, mas também exerce controle biopolítico sobre as populações. Segundo Agamben (1998), "a biopolítica é o novo paradigma de governamentalidade, onde a vida é objeto de gestão política" (p. 37). Essa perspectiva destaca como a vida das pessoas, especialmente dos mais vulneráveis, torna-se um campo de batalha entre a segurança do Estado e os direitos dos indivíduos.

Agamben também discute o conceito de "homo sacer", que representa a figura de alguém que pode ser morto sem que isso constitua um crime. Como ele afirma, "o homo sacer é aquele que, ao ser excluído do âmbito da proteção legal, se torna objeto do poder soberano" (Agamben, 1998, p. 73). Essa ideia reflete a condição de invisibilidade social que afeta aqueles que vivem sob o estado de exceção, tornando-os "vidas nuas" que podem ser abandonadas pelo Estado, sem qualquer recurso ou proteção.

A análise de Agamben sobre o estado de exceção também revela a complexidade da relação entre direitos e governamentalidade. Ele argumenta que "os direitos humanos se tornam ilusórios em um contexto onde o estado de exceção se torna a norma" (Agamben, 2005, p. 36). Essa afirmação destaca como a violação de direitos se torna uma prática aceita em contextos de crise, nos quais a segurança do Estado é priorizada em detrimento da proteção dos indivíduos.

Finalmente, a obra de Agamben oferece uma crítica poderosa às formas contemporâneas de controle social e exclusão. Em *Estado de exceção* (2003), ele afirma que "a condição de estado de exceção torna-se a regra, e os mecanismos de controle se infiltram em todas as esferas da vida" (p. 25). Essa crítica é fundamental para entender como a governança contemporânea utiliza o estado de exceção para justificar a opressão

e a invisibilidade de grupos marginalizados, perpetuando um ciclo de exclusão e controle que é difícil de quebrar.

3.2.1 O estado de exceção

Giorgio Agamben é um filósofo contemporâneo que se destacou por suas reflexões sobre o estado de exceção, um conceito que se tornou central em sua obra. Agamben (1998) define o estado de exceção como uma condição em que a ordem jurídica normal é suspensa, permitindo que o soberano exerça controle absoluto sobre a vida dos indivíduos. Segundo ele, “o estado de exceção não é um momento de transição, mas uma forma permanente de governo” (Agamben, 1998, p. 26). Essa ideia desafia a noção tradicional de que o estado de exceção é uma resposta temporária a crises, destacando como se tornou uma prática rotineira nas sociedades modernas.

No que diz respeito à biopolítica, Agamben (1998) argumenta que a aplicação do estado de exceção está intimamente ligada ao controle das populações. Ele afirma que “a biopolítica é a forma de poder que governa a vida das populações, integrando o controle das práticas sociais e políticas” (p. 37). Essa relação entre estado de exceção e biopolítica indica como a gestão da vida, que inclui aspectos como saúde, educação e segurança, é instrumentalizada pelo poder soberano para justificar intervenções na vida dos cidadãos.

Em sua análise do estado de exceção, Agamben também critica a normalização da violência estatal. Ele afirma que “a decisão de vida e morte do soberano se torna a norma, e a violência é legitimada como uma prática política” (Agamben, 2005, p. 44). Essa normalização gera um ciclo de exclusão e violência que afeta, principalmente, os grupos marginalizados, reforçando a invisibilidade social daqueles que se encontram fora do alcance das proteções legais.

Agamben (2003) também discute a relação entre o estado de exceção e a crise da democracia contemporânea. Ele observa que “a democracia está sendo corroída pelo estado de exceção, onde as normas legais são suspensas em nome da segurança” (p. 21). Essa crítica revela a maneira pela qual o estado de exceção se infiltra nas práticas democráticas, minando os direitos civis e as garantias individuais em nome de uma suposta proteção coletiva.

O conceito de estado de exceção também é explorado por Agamben em termos de sua aplicação nas políticas contemporâneas de segurança. Este autor afirma que “as

políticas de segurança são frequentemente justificadas por situações de emergência que legitimam o uso da força e a suspensão de direitos” (2003, p. 25). Essa utilização do estado de exceção para legitimar práticas de controle revela uma tensão intrínseca entre segurança e liberdade, que permeia as sociedades modernas.

Finalmente, a obra de Agamben levanta questões cruciais sobre a relação entre o direito e o poder. Ele afirma que “os direitos humanos se tornam ilusórios em um contexto onde o estado de exceção é a norma” (Agamben, 2005, p. 36). Essa afirmação sublinha a fragilidade dos direitos civis diante da aplicação do estado de exceção, o que coloca em risco as liberdades individuais e a dignidade humana.

3.2.2 Vidas nuas e a produção da exclusão

A noção de "vidas nuas" é um conceito central na obra de Giorgio Agamben, especialmente em sua análise do poder soberano e da biopolítica. Agamben (1998) define vidas nuas como aquelas que foram despojadas de seus direitos legais, sendo reduzidas à mera existência biológica. Segundo ele, “a vida nua é aquela que se encontra sob a soberania do poder, desprovida de qualquer proteção legal” (Agamben, 1998, p. 66). Essa definição implica que certas vidas se tornam invisíveis e descartáveis na sociedade contemporânea, uma vez que são excluídas das normas jurídicas que garantem direitos.

A produção de exclusão e a marginalização de determinados grupos sociais são temas recorrentes na obra de Agamben (2003), que argumenta que “a exclusão não é simplesmente uma condição social, mas uma estratégia política que visa deslegitimar certos indivíduos e populações” (p. 49). Essa visão destaca como o estado de exceção cria zonas de indiferença, nas quais os direitos são suspensos, e a vida é reduzida a uma condição de vulnerabilidade.

No contexto da biopolítica, Agamben (2005) discute a maneira como as vidas nuas são geridas e controladas por meio de políticas que visam à normalização da vida. Ele menciona que “as tecnologias de controle biopolítico são utilizadas para regular as populações, criando uma hierarquia entre as vidas que merecem proteção e aquelas que são descartáveis” (p. 22). Essa hierarquia reflete a lógica de exclusão que permeia as políticas públicas, evidenciando a desigualdade que afeta as comunidades marginalizadas.

As vidas nuas também estão conectadas à ideia de invisibilidade social. Em sua obra, Agamben (1998) ressalta que “aqueles que vivem em condições de exclusão muitas vezes se tornam invisíveis, pois sua existência é negada pelas estruturas sociais e políticas” (p. 88). Essa invisibilidade é uma forma de violência que perpetua a opressão, uma vez que os indivíduos e os grupos excluídos são frequentemente ignorados nas discussões sobre direitos e cidadania.

Além disso, Agamben (2005) analisa a relação entre as vidas nuas e a crise da democracia contemporânea. Ele argumenta que “a democracia está sendo minada pela normalização da exceção, onde vidas são sistematicamente excluídas do debate político” (p. 36). Essa crítica revela a fragilidade da democracia em lidar com a diversidade e a inclusão, apontando para a necessidade de uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder que perpetuam a exclusão.

Finalmente, Agamben (2005) propõe que a reivindicação dos direitos das vidas nuas deve ser um esforço coletivo. Ele afirma que “a luta pela inclusão deve ser acompanhada pela busca de uma nova política que reconheça e valorize todas as vidas” (p. 61). Essa perspectiva sugere que a produção de exclusão não é apenas um fenômeno político, mas uma questão ética que demanda a reavaliação das prioridades sociais.

3.2.3 A educação como espaço de exclusão

A obra de Giorgio Agamben oferece uma análise crítica das dinâmicas de poder que permeiam a sociedade contemporânea, destacando como essas forças se manifestam em diferentes instituições, incluindo a educação. Agamben (1998) introduz o conceito de "exclusão" como uma prática que serve para determinar quem tem direito à vida e quem é relegado à condição de invisibilidade social. Ele observa que “o estado de exceção se torna um dispositivo em que o poder soberano pode decidir sobre a vida e a morte, e essa lógica se infiltra em instituições como a educação” (Agamben, 1998, p. 18). A escola, assim, torna-se um espaço onde a exclusão é exercida não apenas em relação à aprendizagem, mas também em termos de cidadania e direitos sociais.

A educação, segundo Agamben (2005), é uma arena onde o controle e a normatização se manifestam de maneira incisiva. Ele menciona que “a instituição escolar, em seu funcionamento, pode atuar como um mecanismo de controle social, perpetuando a exclusão de grupos marginalizados que não se encaixam nos padrões estabelecidos” (p.

42). Essa afirmação ressalta como a educação pode ser utilizada para reforçar a desigualdade, em vez de promover a inclusão e o acesso igualitário ao conhecimento.

No contexto da biopolítica, a educação se transforma em um espaço onde as "vidas nuas" — aquelas desprovidas de direitos e dignidade — são frequentemente relegadas à invisibilidade. Como explica Agamben (1998), “o currículo escolar muitas vezes ignora as realidades dos alunos marginalizados, perpetuando sua exclusão ao não reconhecer suas experiências e identidades” (p. 120). Essa invisibilidade social não apenas nega a relevância dessas vidas, mas também as torna alvo de políticas que visam seu controle e normatização.

A exclusão educacional também está relacionada à lógica do abandono por parte do Estado, um tema que Agamben explora (2003). Ele argumenta que “a suspensão dos direitos fundamentais em situações de crise resulta em uma educação que não consegue atender às necessidades de todos os alunos, especialmente aqueles oriundos de comunidades marginalizadas” (p. 29). Nesse sentido, a educação é frequentemente estruturada de maneira a favorecer um grupo específico, enquanto outros permanecem à margem, reforçando um ciclo de exclusão.

Além disso, a escola pode se tornar um espaço onde a disciplina e o controle são exercidos de forma coercitiva. Agamben (2005) observa que “os métodos de ensino e as práticas disciplinares são moldados por uma lógica que busca a conformidade e a normalização, excluindo aqueles que não se adequam a essas normas” (p. 57). Isso implica que as instituições educacionais, muitas vezes, priorizam a manutenção da ordem sobre a promoção da diversidade e da inclusão, marginalizando estudantes que apresentam dificuldades ou que vêm de contextos sociais diferentes.

A crítica de Agamben à educação como espaço de exclusão se relaciona diretamente à sua análise do estado de exceção, em que as normas são suspensas para justificar a exclusão de determinados grupos. Ele enfatiza que “a educação não deve ser vista apenas como um meio de formação intelectual, mas como um campo de disputa onde as relações de poder são constantemente renegociadas” (Agamben, 2005, p. 83). Essa perspectiva sugere que a luta por uma educação inclusiva deve ser encarada como uma resistência ao controle e à exclusão, buscando a transformação das estruturas de poder que operam na sociedade.

Finalmente, Agamben (1998) aponta que a superação da exclusão educacional requer uma reavaliação das políticas públicas que regem a educação. Ele afirma que “é

imperativo repensar as práticas educativas a partir de uma ética que reconheça e valorize a pluralidade das experiências e das identidades” (p. 145). Essa visão propõe que a educação deve ser um espaço de inclusão, onde todos os indivíduos tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial, independentemente de suas condições sociais.

3.2.4 A invisibilidade e o abandono social

A invisibilidade e o abandono social são fenômenos recorrentes nas sociedades contemporâneas, revelando um processo contínuo de exclusão e marginalização que afeta amplos segmentos da população, especialmente aqueles que vivem à margem dos sistemas de poder e dos direitos garantidos pelo Estado. Esses processos foram amplamente analisados por pensadores como Zygmunt Bauman, Achille Mbembe e Giorgio Agamben, cujas teorias fornecem uma base sólida para entender como o abandono social é construído e perpetuado no contexto social e político atual.

Zygmunt Bauman, em sua obra *Modernidade líquida*, argumenta que, na era da modernidade líquida, os laços de comunidade e solidariedade enfraqueceram, sendo substituídos por uma crescente indiferença em relação àqueles que não se encaixam nos padrões sociais e econômicos dominantes. Bauman (2005, p. 112) afirma que a sociedade contemporânea adota uma lógica de "descarte", na qual indivíduos que não contribuem para o mercado são excluídos e relegados à invisibilidade. Ele descreve essas pessoas como "resíduos humanos", enfatizando que não são apenas excluídas, mas tratadas como irrelevantes para a sociedade. Esse processo de exclusão resulta em abandono social, no qual os marginalizados perdem o acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação e moradia, sendo condenados à invisibilidade social.

Achille Mbembe, em seu ensaio *Necropolítica*, complementa essa visão ao destacar como o poder estatal se expande para além da gestão da vida (biopolítica), envolvendo também o controle sobre a morte. De acordo com Mbembe (2018, p. 71), o Estado não apenas controla a vida, mas decide quem deve viver e quem deve morrer. O abandono social, sob essa ótica, é uma forma de necropolítica, pois as populações marginalizadas são sistematicamente empurradas para situações de risco, nas quais a morte é uma constante, seja por meio da violência, da fome ou da ausência de políticas públicas. O Estado, ao negligenciar essas populações, exerce uma política de morte, em que a sobrevivência desses grupos é deixada em segundo plano.

Giorgio Agamben, em *Estado de exceção*, introduz os conceitos de "estado de exceção" e "vida nua" para descrever a situação de indivíduos que, embora existam, estão fora do alcance da proteção legal e política. O abandono social das populações marginalizadas reflete essa condição de vida nua, na qual os indivíduos vivem em uma zona de indiferença jurídica e política, expostos à violência e ao descaso estrutural por parte do Estado (Agamben, 2004, p. 48). Nesse sentido, as populações marginalizadas não são apenas invisíveis, mas também vulneráveis a uma violência contínua que desumaniza e precariza suas vidas.

Sob as perspectivas de Bauman, Mbembe e Agamben, o abandono social não se limita à pobreza material, mas envolve um processo mais profundo de desumanização e invisibilização política. O poder, conforme esses autores, atua tanto sobre a vida quanto sobre a morte, definindo quem tem o direito de viver com dignidade e quem é relegado à invisibilidade social e política (Bauman, 2005, p. 123; Mbembe, 2018, p. 79; Agamben, 2004, p. 53). Ao colocar certos grupos à margem, a sociedade perpetua uma lógica de exclusão que vai além da simples privação econômica, afetando a própria essência do ser humano e sua inserção no mundo social.

Em resumo, a invisibilidade e o abandono social são fenômenos que refletem um poder que opera tanto sobre a vida quanto sobre a morte, excluindo determinados grupos da esfera pública e privando-os dos direitos e garantias fundamentais. Como apontam Bauman (2005, p. 137), Mbembe (2018, p. 85) e Agamben (2004, p. 61), essas dinâmicas de exclusão social devem ser compreendidas para que se possam criar formas de resistência e transformação, garantindo visibilidade e o pleno exercício da cidadania para aqueles que foram deixados à margem.

3.3 Teoria da Administração Pública em Max Weber

A obra de Max Weber é fundamental para o entendimento da administração pública moderna, especialmente por sua análise da burocracia como uma forma de organização social. Em *Economia e sociedade* (1922), Weber define a burocracia como um sistema de organização baseado na racionalidade, no qual “as atividades são organizadas de forma que a eficiência se torne o princípio central da administração” (p. 166). Esse enfoque na eficiência destaca a importância de procedimentos formais e hierárquicos na gestão pública, o que permite uma administração mais eficaz e previsível.

Weber também aborda a questão da legitimidade na autoridade, afirmando que existem três tipos de dominação, que são a tradicional, a carismática e a racional-legal. Ele argumenta que “a administração moderna é caracterizada pela dominação racional-legal, onde a legitimidade é derivada da legalidade e da regra do direito” (Weber, 1999, p. 54). Essa forma de dominação é crucial para a administração pública, pois fundamenta a autoridade dos burocratas na legislação e nas normas estabelecidas, assegurando a continuidade e a estabilidade do sistema.

O conceito de racionalidade em Weber também é central para a sua teoria administrativa. Ele observa que “a administração pública deve ser guiada por princípios racionais que visem à eficiência e à eficácia das ações governamentais” (Weber, 1999, p. 120). Essa racionalidade se manifesta na forma como as políticas públicas são formuladas e implementadas, exigindo uma análise sistemática das necessidades da sociedade e dos recursos disponíveis.

Além disso, Weber discute o papel do funcionário público dentro da administração. Para ele, “os funcionários públicos devem ser escolhidos com base em suas qualificações técnicas e habilidades, garantindo assim que as decisões administrativas sejam tomadas por pessoas competentes” (Weber, 1999, p. 147). Essa ênfase na meritocracia é um princípio fundamental da administração pública que busca promover a profissionalização e a eficiência na gestão dos serviços públicos.

A análise de Weber sobre a burocracia também revela as limitações desse modelo organizacional. Ele alerta que “a burocracia, ao se tornar uma forma de organização predominante, pode gerar uma desumanização das relações sociais, levando à alienação dos indivíduos dentro da estrutura administrativa” (Weber, 1999, p. 175). Essa crítica à

burocracia é relevante, pois aponta para a necessidade de equilibrar a eficiência administrativa com a consideração dos aspectos humanos e sociais no exercício do poder.

Weber também investiga o impacto da burocracia na democracia. Ele argumenta que “a burocracia pode minar a democracia se não houver mecanismos de controle e responsabilização adequados” (Weber, 1999, p. 198). Essa observação destaca a importância da transparência e da participação cidadã na administração pública, enfatizando que uma gestão burocrática deve ser sujeita à supervisão e à crítica da sociedade civil para evitar abusos de poder.

Outro ponto importante na obra de Weber é a sua visão sobre a relação entre administração pública e política. Ele afirma que “a administração pública não deve ser

completamente dissociada da política, uma vez que as decisões administrativas são influenciadas pelas dinâmicas políticas e pelas demandas da sociedade” (Weber, 1999, p. 234). Essa interdependência entre administração e política ressalta a complexidade da gestão pública e a necessidade de uma abordagem multidimensional na análise das políticas públicas.

A obra de Weber fornece uma base teórica robusta para a compreensão da administração pública contemporânea. Como destaca a pesquisa de Ferreira (2010), “a influência de Max Weber ainda é sentida nas práticas administrativas modernas, onde os princípios de eficiência, legalidade e racionalidade permanecem centrais” (p. 89). A relevância de sua obra se mantém, oferecendo ferramentas analíticas essenciais para a avaliação das estruturas e processos administrativos no contexto atual.

3.3.1 Burocracia e racionalidade

A análise da burocracia em Max Weber é central para compreender a administração pública moderna. Para este autor, a burocracia é uma forma ideal de organização caracterizada pela racionalidade, em que “as atividades são organizadas segundo normas e regras gerais, que são aplicáveis de maneira impessoal” (Weber, 1999, p. 157). Essa impessoalidade é fundamental para garantir a igualdade de tratamento e a eficiência nos processos administrativos, promovendo a confiança na administração pública.

Weber também destaca que a burocracia se baseia na especialização das funções. Ele afirma que “na burocracia, cada funcionário é designado a realizar tarefas específicas, o que aumenta a eficiência e a produtividade da organização” (Weber, 1999, p. 160). Essa divisão do trabalho é essencial para a racionalização dos processos administrativos, permitindo que as atividades sejam executadas por profissionais qualificados, com *expertise* nas áreas específicas de atuação.

A racionalidade, segundo Weber, é um componente-chave da burocracia. Ele define a burocracia como “uma forma de organização que busca a maximização da eficiência por meio da aplicação de princípios racionais na administração” (Weber, 1999, p. 183). Esse foco na eficiência implica o uso de técnicas e métodos científicos para a administração, destacando a importância de dados e informações na tomada de decisões.

Além disso, a burocracia de Weber é caracterizada por sua hierarquia e regulamentação. Ele argumenta que “a estrutura hierárquica permite que as decisões sejam tomadas de forma ordenada e controlada, assegurando a obediência às normas e à legalidade” (Weber, 1999, p. 197). Essa hierarquia é fundamental para a funcionalidade da burocracia, pois estabelece canais claros de comunicação e responsabilidade dentro da organização.

Weber também discute os efeitos da burocracia na sociedade. Ele observa que “a expansão da burocracia pode levar à desumanização das relações sociais, já que os indivíduos se tornam meros instrumentos dentro da máquina burocrática” (Weber, 1999, p. 210). Essa crítica é importante para entender os riscos da racionalização excessiva, que pode resultar na alienação dos cidadãos em relação à administração pública.

A burocracia, segundo Weber, está profundamente ligada à ideia de autoridade racional-legal. Ele explica que “a legitimidade da autoridade burocrática deriva das normas e leis que regulam a administração, ao contrário das autoridades tradicionais ou carismáticas” (Weber, 1999, p. 241). Essa relação entre burocracia e autoridade é essencial para garantir a estabilidade e a continuidade da administração pública em um contexto democrático.

Além disso, Weber aponta que a burocracia é um fenômeno característico da modernidade. Em sua visão, “a burocracia se torna a forma predominante de organização na sociedade moderna, refletindo as exigências de um mundo em rápida transformação” (Weber, 1999, p. 267). Esse reconhecimento da burocracia como uma característica da modernidade é crucial para entender a evolução das práticas administrativas e das instituições políticas contemporâneas.

Weber também observa que a burocracia pode apresentar limitações e desafios. Ele destaca que “o excesso de burocratização pode levar à ineficiência, uma vez que a rigidez das normas pode impedir a adaptação a novas situações e demandas” (Weber, 1999, p. 290). Essa crítica à burocracia ressalta a necessidade de equilíbrio entre a racionalidade administrativa e a flexibilidade necessária para responder às demandas sociais.

A obra de Weber continua a ser uma referência fundamental para a análise da burocracia e da racionalidade na administração pública. Como afirma Lima (2012), “os conceitos de burocracia e racionalidade desenvolvidos por Weber ainda são essenciais para compreender as dinâmicas organizacionais nas instituições públicas

contemporâneas” (p. 103). Essa relevância contínua da obra de Weber destaca a importância de suas ideias na formação de teorias e práticas administrativas que buscam uma governança eficaz e responsável.

3.3.2 Poder e administração

Max Weber é amplamente reconhecido como um dos principais teóricos da sociologia, e suas contribuições sobre o poder e a administração pública são fundamentais para compreender as estruturas de autoridade e governança nas sociedades modernas. Segundo Weber (1991), "o poder, em sua forma mais pura, pode se manifestar tanto em ordens diretas quanto em formas institucionais mais sutis" (p. 45). Essa ideia é central para a análise das relações de autoridade e controle administrativo.

A administração pública, na visão de Weber, está intimamente relacionada ao conceito de poder, uma vez que ela se organiza para garantir a execução das leis e a manutenção da ordem social. Para Weber (1991), "a autoridade racional-legal é aquela que fundamenta a burocracia moderna, onde o poder é exercido de acordo com regras previamente estabelecidas e aceitas" (p. 217). Nesse sentido, a administração pública é, essencialmente, um instrumento de exercício do poder racional-legal.

Weber (2017) também enfatiza a importância da legalidade e da racionalidade na administração moderna. A administração pública burocrática, segundo ele, é fundamentada na legitimidade do direito. Como aponta Rodrigues (2014), “para Weber, o poder administrativo é legitimado por um conjunto de regras impessoais, que garantem a ordem e a previsibilidade nas ações do Estado” (p. 63). Essa impessoalidade é crucial para garantir que o poder seja exercido de forma equitativa e eficaz.

O conceito de dominação é outro aspecto fundamental nas obras de Weber. Ele argumenta que a administração pública é uma forma de dominação institucionalizada, na qual os funcionários agem em nome de uma ordem superior. Weber (1999) explica que “a dominação racional-legal exige que os funcionários obedeçam não a uma pessoa específica, mas à lei e às regras impessoais que regem suas atividades” (p. 330). Isso distingue a administração pública moderna das formas tradicionais de autoridade, que dependiam mais de laços pessoais e costumes.

Weber também reconhece que o poder exercido pela administração pública está vinculado à burocracia. Ele observa que a burocracia é a forma mais eficiente de

organização administrativa, pois "permite a centralização do poder e a coordenação eficaz das atividades sociais" (Weber, 1999, p. 245). No entanto, também adverte sobre os perigos de um poder burocrático excessivo, que pode resultar em uma "jaula de ferro" na qual a liberdade individual é restringida pelo controle impessoal e mecanizado do Estado (Weber, 1999, p. 364).

Autores contemporâneos continuam a explorar as implicações do poder na administração pública, com base nas teorias de Weber. Segundo Souza (2016), "o conceito de poder burocrático em Weber continua relevante, especialmente no contexto de Estados modernos, onde o controle e a governança são cada vez mais centralizados" (p. 89). Essa centralização do poder é vista como um elemento necessário para a estabilidade e a ordem, mas também levanta questões sobre os limites do controle burocrático e a participação democrática.

A relação entre poder e administração pública em Weber também levanta questões sobre a legitimidade. Como observa Gonçalves (2013), "a legitimidade do poder administrativo depende da aceitação das regras por parte da população, o que exige transparência e responsabilidade na condução das atividades públicas" (p. 112). Isso reflete a importância da ética e da legalidade no exercício do poder, princípios centrais para o funcionamento da administração pública moderna.

Em resumo, para Max Weber, a administração pública é um espaço fundamental para o exercício do poder racional-legal. A burocracia, como forma dominante de organização, permite a centralização do poder e a execução eficiente das normas. No entanto, também adverte para os riscos do poder burocrático excessivo, que pode levar à alienação dos cidadãos e à restrição da liberdade. Essas questões continuam a ser objeto de estudo e reflexão, destacando a relevância contínua das teorias de Weber sobre poder e administração.

3.3.3 Racionalidade e práticas administrativas

Max Weber é uma referência fundamental para a compreensão da racionalidade nas práticas administrativas, definindo-a como "a capacidade de agir de acordo com normas e objetivos específicos, visando à eficiência e à previsibilidade" (Weber, 1991, p. 85). Esse conceito de racionalidade é central para entender como as práticas

administrativas são estruturadas e como elas buscam atingir resultados eficazes dentro das organizações.

Um dos principais conceitos desenvolvidos por este autor é o da burocracia como forma de organização racional. Para Weber (2004), "a burocracia é o modelo ideal de administração moderna, caracterizada pela hierarquia, divisão de trabalho e regulamentação de procedimentos" (p. 142). A burocracia, em sua essência, é uma resposta à necessidade de controle e eficiência em organizações que lidam com um grande volume de informações e tarefas complexas.

Weber (1991) argumenta que a burocracia permite uma administração mais racional, na medida em que "facilita a implementação de decisões de maneira impessoal, assegurando que os processos sejam executados de acordo com normas estabelecidas" (p. 120). Essa impessoalidade é um traço distintivo da burocracia, diferenciando-a de formas de organização mais pessoais ou carismáticas. Essa abordagem racional é fundamental para a legitimidade das práticas administrativas, que devem se basear em normas e regulamentos claramente definidos.

A racionalidade na administração também se manifesta na ideia de eficiência. Segundo Weber (2004), "a eficiência é um critério crucial para avaliar as práticas administrativas, refletindo a capacidade de atingir os objetivos desejados com o mínimo de recursos" (p. 73). Essa busca por eficiência leva as organizações a adotarem processos e técnicas que visam maximizar resultados, minimizando desperdícios e otimizando recursos.

Weber também faz uma distinção entre diferentes formas de racionalidade, como a racionalidade formal e a racionalidade material. A racionalidade formal está relacionada com a aplicação de normas e procedimentos, enquanto a racionalidade material se refere aos resultados concretos e aos valores que norteiam a ação administrativa. Segundo ele, "as práticas administrativas devem encontrar um equilíbrio entre essas duas formas de racionalidade para garantir a efetividade das ações" (1991 p. 198). Esse equilíbrio é essencial para que as organizações possam responder às demandas sociais e atender aos interesses da coletividade.

Além disso, a racionalidade nas práticas administrativas é frequentemente desafiada por fatores externos e internos. Como aponta Luhmann (1995), "as organizações estão inseridas em contextos sociais complexos que influenciam suas decisões e práticas" (p. 89). Essa interação entre a racionalidade administrativa e os

contextos sociais ressalta a importância de uma análise crítica das práticas administrativas, considerando não apenas a eficiência, mas também as implicações sociais e éticas dessas práticas.

A obra de Weber, portanto, fornece uma base teórica rica para compreender como a racionalidade se manifesta nas práticas administrativas e como essas práticas são moldadas por normas, valores e contextos sociais. Como conclui Crozier (1995), "a análise weberiana da racionalidade e das práticas administrativas continua a ser um pilar fundamental na sociologia da administração" (*O Système Politique*, p. 62).

3.3.4 A crítica à burocracia

Max Weber, um dos pensadores mais influentes na análise da burocracia e suas implicações sociais e administrativas, embora tenha defendido a burocracia como um modelo de organização racional e eficiente, também reconheceu suas limitações e desvantagens. Em sua obra seminal, ele afirma que a burocracia "tende a criar uma relação de dominação que pode se tornar opressiva e desumanizadora" (Weber, 1991, p. 220), destacando a necessidade de equilibrar eficiência com humanidade nas relações administrativas.

A crítica à burocracia pode ser observada na forma como Weber (2004) descreve o fenômeno da "desumanização" que ocorre em sistemas altamente burocratizados. Ele argumenta que, na busca pela eficiência, as organizações podem perder de vista os aspectos humanos, levando a uma "organização fria e impessoal" (p. 145). Esse processo de desumanização resulta em uma administração que não leva em consideração as individualidades e as necessidades dos indivíduos, enfatizando a necessidade de práticas mais humanas nas relações administrativas.

Além disso, a rigidez da burocracia é outro aspecto criticado por Weber que observa que "as regras e procedimentos burocráticos podem ser tão rigorosos que se tornam um obstáculo à inovação e à flexibilidade" (Weber, 1991, p. 157). A ênfase excessiva na conformidade com normas pode sufocar a criatividade e a capacidade de adaptação das organizações, gerando um ambiente onde a inovação é desencorajada em favor da manutenção da ordem estabelecida.

Weber também se preocupa com a concentração de poder que a burocracia pode gerar. Ele afirma que "a burocracia, ao centralizar a autoridade nas mãos de um pequeno

número de pessoas, pode levar à formação de elites que se distanciam das necessidades da população" (Weber, 1991, p. 243). Essa concentração de poder pode resultar em decisões que não refletem os interesses da coletividade, levantando questões sobre a legitimidade das ações burocráticas e a responsabilidade dos agentes administrativos.

Outro ponto importante na crítica de Weber à burocracia é a sua relação com a democracia. Ele observa que "um sistema burocrático excessivamente rígido pode minar os processos democráticos, tornando difícil a participação efetiva dos cidadãos na tomada de decisões" (Weber, 2004, p. 182). A burocracia, portanto, pode ser vista como um impedimento à transparência e à responsabilidade nas práticas administrativas, criando um abismo entre os administradores e a população.

Finalmente, a crítica deste autor também se estende à questão da ineficiência que pode surgir em ambientes burocráticos. Embora a burocracia seja idealizada como um sistema eficiente, Weber (1991) argumenta que "as dificuldades administrativas podem surgir não apenas da complexidade dos processos, mas também da resistência dos próprios agentes burocráticos" (p. 198). Esse fenômeno de resistência pode ocorrer quando os funcionários se sentem desconectados das metas organizacionais, levando a uma falta de motivação e, conseqüentemente, à ineficiência.

Em resumo, a crítica de Weber à burocracia destaca não apenas suas vantagens, mas também as desvantagens que podem surgir em sua aplicação. Como afirma Crozier (1995), "as reflexões de Weber sobre a burocracia são essenciais para entender suas limitações e desafios na prática administrativa" (p. 112). Essa análise crítica é fundamental para qualquer discussão contemporânea sobre administração pública e suas práticas

A Teoria da Administração Pública de Max Weber oferece uma base teórica robusta para compreender as dinâmicas de poder e racionalidade na gestão pública. A análise da burocracia, a relação entre poder e administração, e a crítica à ineficiência burocrática são aspectos centrais para entender como a administração pública pode tanto promover a justiça social quanto perpetuar a exclusão e a invisibilidade de determinados grupos. A reflexão crítica sobre a racionalidade na administração é essencial para a formulação de políticas que atendam às necessidades da população, especialmente em contextos de desigualdade e marginalização.

3.4 Desigualdade educacional e desigualdade social

No contexto brasileiro, a educação pública desempenha papel crucial na resistência ao estado de exceção e na promoção dos direitos humanos e da cidadania (Freire, 1970, p. 23). Oferecendo acesso universal à educação de qualidade, o sistema público de ensino capacita os cidadãos a questionarem o *status quo*, a exigirem *accountability* dos governantes e a lutarem por uma sociedade mais justa e democrática.

Para uma abordagem mais aprofundada, Enguita (2009) destaca a persistência das desigualdades educacionais no Brasil, manifestadas em disparidades de acesso, qualidade e resultados educacionais entre diferentes grupos sociais. Investir na educação pública não apenas contribui para a promoção dos direitos humanos, mas também para a redução das desigualdades sociais e educacionais.

Políticas públicas e reformas educacionais desempenham papel fundamental na promoção da educação pública de qualidade. Isso inclui a necessidade de investimentos em infraestrutura escolar, formação de professores, currículos inclusivos e práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e a participação dos estudantes (Paro, 2011, p. 70).

Além disso, Ribeiro (2018) destaca a importância de políticas educacionais que promovam a equidade e a inclusão, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a oportunidades educacionais de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica ou cultural.

A participação ativa da sociedade civil é essencial para promover a educação pública no Brasil. Torres (2017) destaca o papel de pais, estudantes, educadores e organizações da sociedade civil na defesa dos direitos e dos interesses dos estudantes e na fiscalização das políticas educacionais.

No Brasil contemporâneo, a desigualdade social e a educacional estão intrinsecamente interligadas, formando um ciclo de reprodução que perpetua e amplia as disparidades socioeconômicas (Rezende, 2019, p. 115). Essas disparidades se manifestam em diversas esferas da vida, incluindo renda, acesso a serviços básicos e oportunidades de emprego.

No contexto educacional, a desigualdade social se traduz em disparidades significativas no acesso à educação de qualidade. Crianças e jovens de famílias mais pobres enfrentam obstáculos estruturais que limitam suas chances de frequentar escolas bem equipadas, receber apoio pedagógico adequado e alcançar resultados educacionais satisfatórios (Soares et al., 2020, p. 45). Essa realidade é agravada pela falta de recursos

financeiros, instalações educacionais precárias e falta de apoio familiar, perpetuando um ciclo de desigualdade educacional.

No Brasil contemporâneo, a intersecção entre desigualdade social e desigualdade educacional cria um ciclo de reprodução que perpetua e amplia as disparidades socioeconômicas (Rezende, 2019, p. 115). A desigualdade social, caracterizada pela distribuição desigual de recursos e oportunidades, é um fenômeno arraigado na estrutura social brasileira, refletindo em diferentes esferas da vida, como renda, acesso a serviços básicos e oportunidades de emprego.

No âmbito educacional, as desigualdades sociais se traduzem em disparidades significativas no acesso e na qualidade da educação. Crianças e jovens de famílias mais pobres enfrentam barreiras estruturais que dificultam sua entrada e permanência em escolas de qualidade (Soares et al., 2020, p. 45). A falta de recursos financeiros, a carência de infraestrutura escolar e o apoio familiar limitado são alguns dos obstáculos que perpetuam um ciclo de desigualdade educacional.

Essa desigualdade educacional, por sua vez, contribui para a reprodução das desigualdades sociais ao restringir as oportunidades de mobilidade social e acesso ao mercado de trabalho (Heckman, 2006, p. 32). Assim, a persistência das desigualdades educacionais no Brasil tem implicações profundas para a equidade e a justiça social.

Para abordar essa complexa interação entre desigualdade social e desigualdade educacional, é necessário adotar uma abordagem integrada e colaborativa que enfrente tanto as raízes estruturais da desigualdade social quanto as dimensões sistêmicas da desigualdade educacional. Isso inclui a implementação de políticas públicas inclusivas, investimentos em educação de qualidade e a promoção de medidas de igualdade de oportunidades. Somente por meio dessa abordagem integrada será possível reduzir as disparidades socioeconômicas e educacionais e promover uma sociedade mais justa e equitativa para todos os cidadãos brasileiros.

No Brasil contemporâneo, a intersecção entre desigualdade social e desigualdade educacional cria um ciclo de reprodução que perpetua e amplia as disparidades socioeconômicas. A desigualdade social, caracterizada pela distribuição desigual de recursos e oportunidades, é um fenômeno arraigado na estrutura social brasileira (Rezende, 2019, p. 42). Essas disparidades refletem em diferentes esferas da vida, como renda, acesso a serviços básicos e oportunidades de emprego.

No âmbito educacional, as desigualdades sociais se traduzem em disparidades significativas no acesso e na qualidade da educação (Soares et al., 2020, p. 45). Crianças e jovens de famílias mais pobres enfrentam barreiras estruturais que dificultam sua entrada e permanência em escolas de qualidade.

Essa desigualdade educacional, por sua vez, contribui para a reprodução das desigualdades sociais ao restringir as oportunidades de mobilidade social e acesso ao mercado de trabalho (Heckman, 2006, p. 32). Assim, a persistência das desigualdades educacionais no Brasil tem implicações profundas para a equidade e a justiça social.

Para uma compreensão mais ampla e eficaz dos problemas educacionais e das possíveis soluções, é fundamental adotar uma abordagem interdisciplinar. Carnoy e Rhoten (2017, p. 78) argumentam que a integração de conhecimentos e métodos de diversas áreas, como sociologia, psicologia, economia e ciências da educação, pode enriquecer o debate e informar políticas educacionais mais eficazes. Enguita (2009, p. 112) complementa essa perspectiva, destacando a importância de uma abordagem holística da educação que leve em consideração não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o bem-estar emocional, social e físico dos estudantes.

3.5 Exclusão social

A exclusão social é um fenômeno complexo, presente em diversas esferas sociais e econômicas, e se refere ao processo no qual grupos específicos são sistematicamente afastados do acesso a direitos e oportunidades fundamentais, como educação e saúde, o que contribui para o estado contínuo de vulnerabilidade dessas populações. Zygmunt Bauman (1999), em sua obra *Globalização: as consequências humanas*, destaca que o desenvolvimento de sociedades globalizadas tem intensificado a exclusão social, especialmente nas periferias urbanas, onde os indivíduos são frequentemente marginalizados e excluídos das oportunidades oferecidas nos centros urbanos (p. 34). Segundo este mesmo autor, a exclusão não ocorre apenas em termos econômicos, mas também em aspectos culturais e sociais, criando um “mundo líquido” onde os marginalizados vivem à margem das estruturas de apoio e integração social. Essa exclusão estrutural é reproduzida e legitimada por um sistema que tende a invisibilizar aqueles que estão fora dos padrões normativos.

Complementarmente, Achille Mbembe (2003), introduz o conceito de necropolítica para discutir a gestão da vida e da morte nas sociedades contemporâneas,

argumentando que a exclusão social pode ser vista como um processo em que certos grupos são colocados em zonas de “não vida”, caracterizadas pela negação sistemática de recursos e direitos básicos (p. 27). Para Mbembe, essa forma de exclusão é exercida por meio de políticas que reforçam desigualdades e marginalizam setores específicos da sociedade, exacerbando a vulnerabilidade desses indivíduos. A necropolítica permite entender como a exclusão social pode ir além da privação material, constituindo uma prática de “morte lenta” em que a marginalização não apenas exclui, mas impossibilita qualquer perspectiva de mobilidade ou melhoria para esses grupos (Mbembe, 2003, p. 29).

Nesse contexto, a escola surge como um espaço essencial onde a exclusão social pode ser tanto reforçada quanto enfrentada, dependendo das políticas e das práticas implementadas no ambiente educacional. Como assinala Freire (1974), em *Pedagogia do oprimido*, a educação pode ser um instrumento de opressão ou de emancipação, dependendo de como as práticas pedagógicas são desenvolvidas e das políticas que orientam o sistema escolar (p. 56). Quando adotada uma pedagogia excludente, que desconsidera as particularidades sociais, culturais e econômicas dos alunos, a escola tende a reforçar os processos de exclusão social ao não reconhecer e não valorizar as diferenças. No entanto, uma abordagem inclusiva que considera as especificidades e as vulnerabilidades desses grupos pode transformar a escola em um espaço de acolhimento e promoção da equidade.

A relação entre exclusão social e escola também se evidencia no trabalho de Dubet (2003), que reflete sobre o papel das instituições educacionais em contextos de desigualdade, observando que a escola é um dos principais instrumentos de inclusão ou exclusão, de acordo com as políticas que adota (p. 90). Dubet ressalta que, para promover uma educação inclusiva, as políticas educacionais precisam ser reformuladas para atender à diversidade cultural e socioeconômica dos alunos, proporcionando um ambiente que valorize e promova o desenvolvimento integral de todos os estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Finalmente, é essencial reconhecer que a exclusão social não é apenas uma consequência passiva das condições econômicas, mas um fenômeno que é reforçado por políticas e práticas institucionais. Segundo Butler (2009), os espaços institucionais, incluindo a escola, são moldados por normas que definem quem é digno de proteção e inclusão e quem deve ser excluído (p. 51). Este entendimento aponta para a

responsabilidade das instituições educacionais em desafiar as normas de exclusão e buscar uma transformação das práticas e políticas que contribuem para marginalizar os alunos. Assim, ao promover um ambiente inclusivo e acolhedor, a escola pode se transformar em um agente de mudança social, reduzindo os efeitos da exclusão social.

3.6 Estudos sobre biopolítica, estado de exceção, administração pública, exclusão social e escola pública

Os conceitos de biopolítica e estado de exceção, amplamente discutidos por pensadores como Michel Foucault e Giorgio Agamben, têm ganhado relevância nos estudos sobre administração pública, exclusão social e o papel das escolas públicas na perpetuação ou mitigação das desigualdades sociais. O entendimento de como o controle da vida e a marginalização de populações vulneráveis influenciam políticas públicas e, especificamente, a educação pública, tem sido objeto de análise tanto em contextos nacionais quanto internacionais.

O conceito de biopolítica, cunhado por Michel Foucault (1978), refere-se ao modo como o poder moderno, ao longo da história, passou a exercer controle não apenas sobre territórios, mas também sobre as vidas e corpos dos indivíduos, governando suas condições de existência. Para Foucault (1995), o Estado moderno se caracteriza pela capacidade de regular a vida biológica das populações, seja por meio de políticas de saúde, segurança ou controle social. No campo da educação, essa perspectiva é útil para entender como as instituições escolares, sob a influência das políticas estatais, controlam os corpos e mentes dos estudantes, muitas vezes reforçando normas e disciplinando comportamentos.

A noção de estado de exceção, desenvolvida por Giorgio Agamben (2005), complementa a teoria foucaultiana ao apontar como o poder soberano utiliza momentos de crise ou emergência para suspender direitos e impor um regime de controle sobre determinados grupos. Para este mesmo autor, o estado de exceção torna-se permanente em muitas democracias contemporâneas, especialmente no trato com populações marginalizadas. Isso é particularmente relevante em sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais, onde comunidades pobres, imigrantes e outros grupos vulneráveis vivem em um estado de exceção contínuo, com direitos básicos suspensos ou negados.

No campo da administração pública, a biopolítica e o estado de exceção se manifestam por meio de políticas que marginalizam certas populações ao invés de incluí-las. Segundo Santos (2006), a exclusão social pode ser compreendida como o resultado de um sistema que combina o desamparo estatal com a gestão burocrática que, por meio de normas impessoais e procedimentos rígidos, ignora as necessidades específicas das comunidades mais vulneráveis. Em contextos como o do Brasil, a ausência de políticas eficazes de inclusão social tem levado a um ciclo de marginalização em que populações excluídas são invisíveis para as políticas públicas (Souza, 2019).

No contexto internacional, estudos como os de Judith Butler (2009) e Saskia Sassen (2014) aprofundam essa análise ao explorar como os Estados modernos, por meio de suas administrações, criam "zonas de invisibilidade" em que populações específicas são sistematicamente excluídas do acesso a direitos e serviços. Butler, por exemplo, utiliza o conceito de precariedade para descrever como certas vidas são consideradas menos valiosas ou desnecessárias dentro do sistema estatal, reforçando a ideia de que o Estado controla a vida por meio da negação do reconhecimento social e político.

A escola pública, por sua vez, é frequentemente retratada como uma instituição que reflete as desigualdades sociais de uma sociedade. O trabalho de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1977) é fundamental para compreender como as escolas podem atuar como reprodutoras das desigualdades sociais, ao invés de serem espaços de inclusão. Para eles, o sistema educacional muitas vezes legitima as desigualdades ao tratar como natural a exclusão de determinados grupos sociais, que são vistos como incapazes de alcançar os padrões exigidos pela escola.

Na realidade brasileira, essa questão é particularmente crítica nas periferias urbanas, onde as escolas públicas atendem, majoritariamente, populações de baixa renda. Conforme discutido por Arroyo (2012), a educação pública brasileira tem uma função contraditória: enquanto oferece o único acesso possível à educação para as classes populares, ao mesmo tempo falha em criar condições equitativas de aprendizado, perpetuando as desigualdades que deveria combater. A partir de uma perspectiva foucaultiana, pode-se argumentar que a escola pública também é um espaço de biopolítica, onde corpos e mentes são disciplinados para se ajustarem às normas do sistema socioeconômico dominante, mas sem oferecer as ferramentas para superação dessa realidade.

Diversos estudiosos internacionais investigaram a relação entre biopolítica, exclusão social e educação. No contexto anglófono, obras como *Precarious life*, de Judith Butler (2009) e *Expulsions: brutality and complexity in the global economy*, de Saskia Sassen (2014), fornecem uma análise crítica das formas como o Estado e as instituições sociais excluem e marginalizam certos grupos. Butler, em particular, explora a precariedade como uma condição imposta por sistemas políticos que hierarquizam o valor da vida, o que é amplamente aplicável ao contexto educacional.

No Brasil, estudiosos como Veiga-Neto e Dussel têm explorado a aplicação das teorias de biopolítica e estado de exceção na administração pública e no sistema educacional. Segundo Veiga-Neto (2018), as escolas públicas brasileiras operam dentro de um sistema biopolítico que regula e controla as classes mais baixas, ao mesmo tempo em que falha em oferecer condições reais de emancipação. Da mesma forma, Dussel (2019) argumenta que o estado de exceção é evidente nas escolas das periferias, onde alunos são, muitas vezes, tratados como "excessos" do sistema, sem acesso a direitos e a oportunidades adequadas.

O estudo da biopolítica, do estado de exceção e da administração pública revela como a exclusão social se manifesta de forma sistêmica, especialmente no contexto da escola pública. Tanto na literatura nacional quanto na internacional, há uma convergência de opiniões sobre o papel das políticas públicas e educacionais na perpetuação das desigualdades sociais. A escola pública, muitas vezes vista como uma solução para a inclusão, pode também ser um reflexo das estruturas de poder que controlam e disciplinam, mas falham em promover a verdadeira inclusão.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Classificação, tipo de pesquisa, abordagem e método do estudo

A pesquisa científica pode ser classificada, de acordo com seus objetivos, em exploratória, descritiva e explicativa (Creswell, 2014, p. 45). A pesquisa exploratória busca uma compreensão inicial de fenômenos pouco compreendidos utilizando métodos qualitativos (Marshall & Rossman, 2011, p. 67). Ela é adequada para o presente estudo, em que se buscou compreender as relações entre comunidades carentes e escolas públicas em contextos de desigualdade social, devido à sua capacidade de explorar temas complexos sem hipóteses predefinidas e captar nuances contextuais (Creswell, 2014, p. 45). Para essa finalidade, utilizam-se entrevistas, observações e análise de conteúdo para examinar fatores socioeconômicos, culturais e históricos de forma holística (Marshall & Rossman, 2011, p. 67).

A flexibilidade da pesquisa exploratória permite adaptações às especificidades do contexto social e econômico das comunidades estudadas (Babbie, 2016, p. 52). Dessa forma, é possível incluir a participação ativa dos membros da comunidade e profissionais da escola, enriquecendo os dados coletados e empoderando os participantes (Neuman, 2014, p. 89).

A pesquisa exploratória é adequada para investigar problemas complexos e pouco compreendidos, pois permite uma exploração inicial e profunda sem hipóteses predefinidas, particularmente relevante quando há escassez de dados e conhecimento prévio sobre o tema (Creswell, 2014, p. 45). Identificando áreas de interesse e lacunas no conhecimento, ela aponta políticas para reduzir desigualdades e promover educação inclusiva (Vergara, 2020, p. 102), destacando-se como uma abordagem metodológica eficaz para investigar relações complexas como as que foram investigadas nesta pesquisa.

Quanto à abordagem metodológica, foi empregada a pesquisa qualitativa, amplamente utilizada em estudos sociais para investigar aspectos subjetivos e experiências pessoais (Denzin & Lincoln, 2011, p. 28). Diferentemente da pesquisa quantitativa, ela busca capturar a riqueza das interações sociais por meio de métodos como entrevistas em profundidade e análise de conteúdo, preocupando-se em compreender os processos sociais subjacentes aos comportamentos humanos (Marshall & Rossman, 2011, p. 67).

Essa abordagem valoriza a flexibilidade metodológica, permitindo adaptações às peculiaridades do contexto estudado (Emerson, Fretz & Shaw, 2011, p. 36). Além disso, busca incorporar as perspectivas e as vozes dos participantes na análise dos dados, obtendo elementos significativos sobre suas experiências e necessidades (Patton, 2014, p. 54). A pesquisa qualitativa não se limita à descrição dos fenômenos, mas busca compreender as complexidades e as contradições presentes nas relações sociais (Silverman, 2013, p. 81), destacando-se como uma ferramenta poderosa para investigar a vida social e cultural.

A abordagem qualitativa, ao adotar métodos como entrevistas em profundidade, observação participante e análise de conteúdo, permite explorar as nuances e complexidades das relações, capturando as dinâmicas sociais, culturais e emocionais que as influenciam (Denzin & Lincoln, 2011, p. 87).

Ela é particularmente adequada para investigar questões sociais complexas e multifacetadas, como a desigualdade social, que não podem ser plenamente compreendidas por métodos quantitativos isolados (Marshall & Rossman, 2011, p. 72). Com uma análise aprofundada e interpretativa dos dados qualitativos, os pesquisadores podem explorar as relações de poder e as hierarquias sociais presentes nas interações sociais.

A abordagem qualitativa também permite maior flexibilidade e adaptabilidade aos contextos específicos da pesquisa, possibilitando uma investigação sensível e contextualizada das relações em estudo (Bogdan & Biklen, 1994, p. 112). Além disso, valoriza a participação ativa dos participantes da pesquisa, promovendo a colaboração entre os pesquisadores e a comunidade estudada (Patton, 2014, p. 67). Essa interação pode enriquecer os dados coletados, fornecendo *insights* valiosos das próprias pessoas envolvidas nas relações estudadas, e promover um maior engajamento e empoderamento da comunidade no processo de pesquisa.

Por fim, a abordagem qualitativa é essencial para explorar a complexidade e a subjetividade das relações sociais, permitindo uma compreensão mais rica e abrangente das dinâmicas existentes na população estudada (Bogdan & Biklen, 1994, p. 135). O método adotado foi método etnográfico, uma abordagem de pesquisa qualitativa que visa compreender e descrever práticas sociais, valores culturais e significados compartilhados de um grupo específico de pessoas em um contexto cultural particular (Denzin & Lincoln, 2011, p. 98). Originária da antropologia, a etnografia é caracterizada pela imersão do

pesquisador no ambiente estudado, permitindo uma compreensão profunda e contextualizada das interações sociais e das dinâmicas culturais presentes nesse contexto.

Por meio da observação participante e da interação direta com os participantes, é possível capturar as nuances das relações sociais, identificar padrões comportamentais e interpretar os significados culturais subjacentes às interações. Especialmente indicada para investigar contextos sociais complexos e dinâmicos, essa abordagem considera uma variedade de fatores culturais, econômicos e históricos que moldam as relações sociais (Hammersley & Atkinson, 2007, p. 92).

Ao se inserir no ambiente estudado, os pesquisadores podem compreender as dinâmicas sociais de forma contextualizada, levando em consideração as particularidades do contexto local e as experiências vivenciadas pelos participantes. Além disso, valoriza-se a voz dos participantes, permitindo que suas perspectivas e experiências sejam incorporadas à análise (Wolcott, 2008, p. 45).

A flexibilidade e a adaptabilidade da etnografia permitem aos pesquisadores ajustar suas estratégias de pesquisa de acordo com as demandas e as peculiaridades do campo (Emerson, Fretz & Shaw, 2011, p. 34). Essa flexibilidade é especialmente relevante ao lidar com comunidades carentes, cujas realidades podem ser complexas e dinâmicas, exigindo uma abordagem sensível e contextualizada por parte dos pesquisadores.

Por fim, a etnografia possibilita uma análise holística e multifacetada das relações entre os sujeitos estudados, considerando não apenas aspectos sociais, mas também culturais, econômicos e políticos presentes nesse contexto (Geertz, 1973, p. 56). Integrando diferentes fontes de dados e adotando uma abordagem interpretativa, os pesquisadores podem oferecer percepções sobre as dinâmicas sociais e as formas como a desigualdade social se manifesta e é contestada nesse contexto específico.

4.2 Em campo: o cotidiano da Ocupação Beta e os Desafios da Escola Alfa

A pesquisa foi realizada na comunidade da ocupação Beta, situada na região metropolitana de Belo Horizonte e consistiu de um estudo sobre a realidade de seus moradores e as dinâmicas sociais que permeiam suas interações cotidianas. O estudo foi conduzido de forma imersiva, a partir da observação participante, a qual envolveu a inserção do pesquisador no contexto local, como vice-diretor da Escola Estadual Alfa, uma instituição que atende diretamente a essa comunidade. A pesquisa, iniciada em junho

de 2023, foi formalmente aprovada pelo Conselho de Ética do Centro Universitário Unihorizontes, além de contar com a anuência da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, garantindo que todas as normas e diretrizes éticas fossem rigorosamente observadas.

A pesquisa etnográfica, realizada ao longo de um ano, teve como objetivo principal compreender as condições de vida dos moradores da ocupação, as dificuldades enfrentadas por essas famílias e, sobretudo, analisar o papel da Escola Estadual Alfa, localizada nas proximidades da ocupação, no processo de tentativa de mitigar as adversidades impostas pela precariedade social e material. Para tanto, foi adotada a metodologia de observação participante, uma abordagem que permitiu a imersão na rotina da comunidade e da escola, possibilitando a coleta de dados tanto por meio de observações diretas quanto por meio de entrevistas com moradores e membros da equipe pedagógica da escola.

A proximidade entre a escola e a comunidade foi determinante para o acesso direto do pesquisador à ocupação Beta, permitindo um envolvimento profundo com os moradores e, ao mesmo tempo, possibilitando uma observação contínua das dinâmicas escolares e da interação entre os alunos e suas famílias. Na função de vice-diretor, o pesquisador tinha relação direta com os alunos, os pais e os professores, o que facilitou a coleta de dados qualitativos sobre as condições de vida e as dificuldades enfrentadas por essas famílias. O vínculo estabelecido com a escola e a comunidade foi essencial para a realização de uma pesquisa que, além de analisar as condições materiais e sociais da ocupação, também buscou identificar os mecanismos de resistência e de apoio oferecidos pela escola.

A escolha pela observação participante se deu pela necessidade de estar imerso nas experiências vividas pelos moradores da ocupação. Conforme Hammersley & Atkinson (2007), a observação participante, conforme preconizado na metodologia etnográfica, é fundamental para compreender as dinâmicas sociais de uma comunidade, pois permite que o pesquisador se aproxime do cotidiano e das realidades vivenciadas pelos indivíduos, registrando suas ações, suas interações e os significados que atribuem às suas vivências. Nesse processo, foi possível observar não apenas as condições materiais e sociais de extrema precariedade, mas também as estratégias de resistência e sobrevivência adotadas pelos moradores e pela escola.

Durante o período de pesquisa, a ocupação foi caracterizada por uma realidade de escassez material, violência e abandono. As condições de vida dos moradores eram extremamente precárias, devido à ausência de serviços essenciais, como saneamento básico, transporte público adequado e serviços de saúde. A violência, que afeta tanto a segurança física quanto o bem-estar emocional dos moradores, era um fator constante na vida da comunidade. Em entrevistas com os moradores, ficou evidente que a violência não se manifestava apenas em termos de criminalidade, mas também nas relações interpessoais e desavenças entre vizinhos, e que o sofrimento psicológico e emocional era intenso. Esse sofrimento refletia nas atitudes dos alunos dentro da escola, que frequentemente demonstravam dificuldades em lidar com o estresse, a perda e a violência que permeavam sua vida fora do ambiente escolar.

Além das dificuldades sociais e materiais, a comunidade também enfrentava grandes desafios econômicos. A escassez de recursos financeiros, somada ao alto índice de desemprego, afeta diretamente a qualidade de vida das famílias. Muitos moradores sobreviviam com recursos limitados, o que aumenta o sentimento de impotência e desesperança. As condições de moradia são precárias, com muitas casas improvisadas e sem acesso a serviços básicos. Nesse contexto, a escola se tornou um dos poucos pontos de apoio para as famílias da ocupação, oferecendo mais do que apenas educação formal.

A Escola Alfa, apesar de suas limitações, busca minimizar as condições adversas da comunidade, oferecendo apoio material, psicológico e afetivo aos alunos e suas famílias.

Os registros no caderno de campo indicam que muitos alunos chegavam à escola com indícios claros de sofrimento emocional e psicológico, com dificuldades de concentração, e apresentavam sinais de automutilação, ansiedade e até depressão. As famílias também se viam sobrecarregadas com as dificuldades cotidianas e, muitas vezes, os alunos se ausentavam da escola devido a problemas familiares graves, como o falecimento de parentes ou episódios de violência doméstica, ou simplesmente por não conseguirem sair de casa em tempo de chuva, por causa da lama e do barro. Isso sem falar nos longos períodos sem água, que impossibilitam até os cuidados mais básicos de asseio. Esses fatores, como apontado em estudos sobre o impacto da pobreza na saúde mental (Miller et al., 2016), afetam diretamente o desempenho escolar e as relações interpessoais dentro da escola.

No entanto, apesar das limitações estruturais e financeiras, a Escola Alfa desempenha papel crucial na vida dos alunos e das famílias da ocupação. A escola, além de cumprir sua função pedagógica, se tornou um espaço de acolhimento e proteção, oferecendo apoio psicológico, material e afetivo. O aconselhamento para que pais levem os filhos aos postos de saúde em busca de psicólogos e assistentes sociais foi fundamental para muitos alunos, proporcionando um espaço seguro onde eles pudessem expressar suas angústias e preocupações. As distribuições de alimentos e materiais de higiene foram algumas das ações que ajudaram a atenuar as dificuldades enfrentadas pelas famílias.

Essas ações demonstraram a capacidade de mobilização da escola que, apesar da escassez de recursos, se empenha para fornecer algum alívio para os alunos e suas famílias.

A escola também se tornou um ponto de resistência contra as adversidades impostas pela falta de políticas públicas e pela precariedade material da comunidade. A oferta de atividades culturais, como oficinas, programas recreativos nos finais de semana, passeios, celebração de cultos ecumênicos, etc., foi essencial para proporcionar momentos de alívio e de desenvolvimento pessoal. O papel da escola, como apontado por estudos sobre educação em contextos de vulnerabilidade social (Hernandez, 2018), é fundamental para a promoção da saúde mental e para o fortalecimento da resiliência dos indivíduos diante das adversidades.

Durante as visitas à ocupação Beta, foi possível perceber a profundidade da vulnerabilidade social que caracteriza a comunidade. As conversas com os moradores revelaram histórias de luta pela sobrevivência, mas também de resistência e de esperança. Embora a ausência do poder público fosse um fator de frustração e desesperança para muitos, a solidariedade comunitária e as ações da escola eram vistas como formas de enfrentamento dessa realidade. Em conversa com um morador, este destacou a importância da escola, dizendo que ela "é a única coisa que ainda nos dá alguma esperança. Pelo menos aqui as crianças podem ter algo melhor, mesmo que a vida lá fora seja tão difícil".

Essa frase reflete o papel simbólico da escola na vida dos moradores da ocupação. A escola não apenas proporciona acesso à educação formal, mas se torna um espaço de proteção e de valorização da vida, oferecendo aos alunos oportunidades de aprendizado e de cuidado psicológico, algo que, muitas vezes, falta em seus lares. A presença de um ambiente escolar que ofereça segurança e apoio é fator crucial para muitos alunos, que

conseguem se manter engajados e, em alguns casos, até apresentar sinais de melhoria de saúde mental e desempenho escolar.

Contudo, os desafios enfrentados pela escola são imensos. O déficit de recursos, a falta de infraestrutura adequada e as dificuldades logísticas tornam a gestão da escola um processo complexo e desgastante. O fornecimento contínuo de merenda, por exemplo, foi uma das questões que geraram tensões dentro da comunidade escolar, pois houve momentos em que a escola enfrentou dificuldades em garantir a quantidade de alimentos necessários para todos os alunos. Apesar dessas dificuldades, a equipe pedagógica e a administrativa se mostraram resilientes, buscando alternativas para minimizar os impactos negativos da falta de recursos.

Ao longo da pesquisa, ficou evidente que a escola não apenas cumpre sua função educacional, mas se tornou um ponto de apoio vital para muitos alunos e suas famílias. Mesmo diante da pobreza material, da violência e da ausência do poder público, a Escola consegue, com seus recursos limitados, oferecer aos alunos um ambiente de acolhimento e proteção, onde o sofrimento cotidiano pode ser temporariamente amenizado. O trabalho desenvolvido na escola refletiu uma abordagem mais ampla da educação, que leva em consideração não apenas o ensino formal, mas também o cuidado com a saúde mental e emocional dos alunos, um aspecto fundamental para o seu desenvolvimento.

4.3 Unidades de observação e sujeitos de pesquisa

A Escola Estadual Alfa, localizada em um município da região metropolitana de Belo Horizonte, foi uma das unidades de observação essenciais neste estudo. Foi necessário observar e analisar as políticas, as práticas e as dinâmicas institucionais da escola, incluindo suas relações com a comunidade carente, as estratégias de inclusão ou exclusão adotadas pela instituição e as políticas de biopoder implementadas no contexto educacional, entre outros aspectos.

Foi necessário observar e analisar as condições de vida, os desafios enfrentados, as estratégias de sobrevivência e os vínculos sociais presentes na ocupação em estudo, bem como as percepções, as expectativas e as experiências dos moradores em relação à escola pública e às políticas educacionais em vigor.

As relações entre a comunidade carente e a escola pública foram pensadas como uma unidade de observação transversal (Denzin & Lincoln, 2011, p. 98), o que incluiu as

interações, as comunicações e as colaborações entre ambas as partes, identificando os pontos de tensão, os desafios enfrentados e as estratégias de cooperação ou de resolução de conflito adotadas. Essa unidade de observação permitiu compreender como as relações entre a escola e a comunidade influenciam e são influenciadas pelas dinâmicas de poder, controle e resistência presentes no contexto educacional.

O estudo dessas unidades de observação foi realizado com a intenção de obter uma compreensão mais completa e contextualizada das relações entre a comunidade carente e a escola pública, à luz da perspectiva da biopolítica e do estado de exceção (Hammersley & Atkinson, 2007, p. 135). Essa abordagem permitiu identificar padrões e tendências relevantes para a compreensão das dinâmicas sociais e educacionais em estudo.

4.4 Coleta dos dados

A coleta de dados foi realizada utilizando-se técnicas qualitativas para capturar as múltiplas dimensões das relações entre a comunidade carente e a escola pública. Tais técnicas visam proporcionar uma compreensão aprofundada e contextualizada do fenômeno em estudo (Denzin & Lincoln, 2011, p. 76).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores da invasão e profissionais da escola, o que permitiu explorar percepções, experiências e expectativas dos participantes (Fontana & Frey, 2005, p. 112). Esse tipo de abordagem possibilita uma compreensão mais aprofundada dos temas a serem compreendidos.

Na elaboração do roteiro de entrevistas, adotou-se uma abordagem sensível e abrangente que permitiu explorar as experiências e as perspectivas dos participantes de forma autêntica e respeitosa (Denzin & Lincoln, 2011, p. 98). A confidencialidade e o respeito pelos participantes foram garantidos ao longo do processo.

A observação participante, sugerida por Denzin e Lincoln (2018, p. 135), possibilitou a obtenção de dados em tempo real e em situações naturais, e proporcionaram uma visão mais ampla e contextualizada do fenômeno em estudo. Esta técnica foi realizada tanto no ambiente da ocupação como da escola.

Todos os procedimentos de coleta de dados foram conduzidos em conformidade com os princípios éticos da pesquisa científica, assegurando o anonimato, a confidencialidade e o consentimento informado dos participantes. O projeto será foi

submetido à aprovação do comitê de ética do Centro Universitário Unihorizontes e obteve anuência da Secretaria de Estado de Educação.

4.5 Plano de análise dos dados

A análise dos dados foi realizada utilizando a Análise Crítica do Discurso (ACD), conforme proposto por Fairclough (2003, p. 32). Esta abordagem permitiu identificar padrões e tendências nos dados, além de analisar como as relações entre a comunidade carente e a escola pública são construídas e representadas discursivamente.

A ACD é uma abordagem teórica e metodológica que examina como as práticas discursivas estão interligadas com estruturas de poder e dominação nas sociedades contemporâneas. Desenvolvida por estudiosos como Norman Fairclough e Teun A. van Dijk, ela parte do princípio de que o discurso não reflete apenas a realidade social, mas também a constrói, seja para reproduzir ou desafiar as relações de poder (Fairclough, 2013; van Dijk, 2008).

Ao contrário de outras formas de análise do discurso, a ACD destaca o papel ativo da linguagem na constituição e manutenção dos sistemas de poder. Fairclough (2013) argumenta que o discurso deve ser visto não apenas como um reflexo da realidade, mas como um elemento crucial na transformação ou conservação das práticas sociais, culturais e políticas. A análise crítica visa explorar a relação entre linguagem e poder, investigando como certos discursos são legitimados enquanto outros são marginalizados.

Segundo van Dijk (2008), um conceito central dessa abordagem é a ideia de que a linguagem é uma prática social estreitamente ligada ao controle e à ideologia. O discurso, nesse sentido, não é apenas uma forma de comunicação, mas também um meio pelo qual o poder e a dominação são naturalizados. O controle discursivo, portanto, é uma estratégia fundamental para perpetuar ideologias, e, ao analisar textos criticamente, é possível identificar como essas ideologias se disseminam e se consolidam em diversas instituições e no cotidiano.

Outro ponto relevante é a ênfase na contextualização do discurso. Wodak e Meyer (2015) ressaltam que, para uma análise crítica eficaz, é necessário considerar o contexto imediato do discurso, bem como as estruturas sociais e históricas mais amplas que o influenciam. Nesse sentido, é fundamental atentar para os processos históricos, políticos e culturais que moldam as formas de comunicação, entendendo como essas formas se relacionam com a manutenção ou contestação das relações de poder estabelecidas.

A ACD busca, assim, revelar as formas de dominação e desigualdade presentes nas práticas discursivas. Ao aplicar essa análise, é possível perceber como discursos aparentemente neutros podem, na verdade, funcionar para sustentar as relações de poder existentes. Como Fairclough (2013) observa, um dos objetivos principais dessa abordagem é "desnaturalizar" as práticas discursivas, ou seja, mostrar que o que frequentemente é visto como natural e inevitável é, na realidade, fruto de processos ideológicos que podem ser questionados e transformados.

Em resumo, a Análise Crítica do Discurso é uma ferramenta poderosa para entender a relação entre linguagem, poder e sociedade. Ao investigar os discursos e suas implicações ideológicas, ela permite uma compreensão mais profunda de como as desigualdades sociais são produzidas e reproduzidas, oferecendo, assim, uma base para sua crítica e transformação.

A análise foi conduzida de forma rigorosa, utilizando uma abordagem indutiva para identificar padrões e temas emergentes nos dados, conforme recomendado por Creswell & Poth (2018, p. 92). Durante todo o processo, foi mantida uma postura reflexiva e crítica, com o objetivo de garantir a validade e a confiabilidade dos resultados da pesquisa, como sugerem Denzin & Lincoln (2018, p. 76).

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Fotos 2 e 3 revelam o ambiente extremamente ‘poeirento’ em que vivem os moradores da ocupação em época de seca.

No sol poeira, na chuva lama...



Fotografias 2 e 3: A caminhante e o Salvador – Fonte: Próprio autor (2024)

Fotos 4, 5 e 6 revelam aspectos do cotidiano da comunidade Escolar objeto da pesquisa.



Fotografia 4: alunos na quadra da Escola. Fonte próprio autor (2024)



Fotografia 5: pés do respondente 4. Fonte do próprio autor. (2024)



Fotografia 6: Imagem dos moradores da ocupação. Foto do autor (2024)

5.1 Palavras e caracteres: o peso das escolhas linguísticas

Foram realizadas 24 entrevistas semiestruturadas, entre os meses de agosto e setembro de 2024, envolvendo sete moradores da Ocupação Beta (pais, mães ou responsáveis por alunos) e 12 servidores ou ex-servidores da escola Beta, além de cinco alunos ou ex-alunos maiores de 18 anos de idade, resultando em um acúmulo muito grande de informação.

É importante destacar que todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo sido garantido-lhes o anonimato e a confidencialidade das informações fornecidas.

Com 165.162 palavras e 876.574 caracteres, os discursos examinados tem uma extensão significativa. Segundo Fairclough (2003), a linguagem não é neutra; ela carrega valores ideológicos que, em textos dessa magnitude, são construídos e reforçados de maneira sutil. A grande quantidade de palavras sugere uma argumentação complexa e detalhada, em que o vocabulário escolhido pode ser utilizado para legitimar determinadas posições e práticas. Essa volumosa presença de palavras pode sugerir um esforço para naturalizar certas verdades, promovendo, por exemplo, valores que reforçam o *status quo* ou marginalizam visões alternativas (Fairclough, 2003, p. 26).

A relação com o conceito de biopolítica de Michel Foucault (2008) também pode ser identificada aqui. Foucault discute como o controle sobre as populações, muitas vezes mediado por discursos extensivos, é uma forma de poder. No caso deste discurso, o número de palavras indica uma tentativa de organizar as percepções sociais, consolidando visões de mundo que moldam as práticas sociais e políticas (Foucault, 2008, p. 58). Na tabela 3 observam-se os números relativos às entrevistas realizadas.

A tabela a seguir traz os números do discurso:

Tabela 3

O discurso em números

Dados	Quantidade
Palavras	165.162
Caracteres	876.574
Parágrafos	1.446
Frases	6.563
Tempo de leitura	694 minutos
Tempo de fala	903 minutos

Tabela com dados de gravação. Fonte do autor (2024)

5.1.2 Parágrafos: estruturação do discurso

A estrutura de 1.446 parágrafos reflete a organização do discurso e, na ACD, a maneira como um texto é dividido e apresentado tem implicações ideológicas (van Dijk, 2008). Essa estrutura não é apenas uma questão de clareza, mas uma forma de controle sobre a maneira como as ideias são recebidas. Segundo van Dijk (2008), a estrutura de um texto pode reforçar hierarquias de poder, nas quais certos pontos de vista são promovidos enquanto outros são silenciados (van Dijk, 2008, p. 73).

Nesse sentido, a divisão em parágrafos pode representar tentativas de criar um fluxo lógico que favoreça a legitimidade de certas práticas e discursos, o que pode excluir outras formas de pensar ou de viver, reforçando relações de dominação (van Dijk, 2008, p. 75). A fragmentação pode ser uma estratégia para segmentar o entendimento e, assim, controlar o que é mais ou menos importante.

5.1.3 Frases: complexidade e fluidez argumentativa

O número de 6.563 frases demonstra um discurso altamente fragmentado e complexo. De acordo com Foucault (1979), o poder circula em todos os níveis da sociedade, e a maneira como o discurso é estruturado reflete isso. Frases longas e

complexas podem dificultar a compreensão e, assim, restringir o acesso ao discurso para determinados grupos sociais. A complexidade do texto pode ser utilizada para excluir aqueles que não detêm o capital cultural necessário para decodificar mensagens intrincadas (Foucault, 1979, p. 101).

Além disso, van Dijk (2008) sugere que a complexidade textual pode ser uma barreira ao conhecimento e à participação crítica. Textos com muitas frases e alta densidade argumentativa podem limitar o envolvimento de públicos menos especializados, o que, na ACD, seria visto como uma forma de exclusão discursiva (van Dijk, 2008, p. 84).

5.1.4 Tempo de leitura e tempo de fala: acesso e exclusão social

O tempo de leitura estimado em 694 minutos e o tempo de fala de 903 minutos indicam que o texto exige uma dedicação significativa para ser compreendido ou transmitido. Fairclough (1992) aponta que a exclusão discursiva também ocorre pela falta de tempo ou capacidade de engajamento com discursos longos ou complexos, especialmente entre populações mais vulneráveis (Fairclough, 1992, p. 67).

Na perspectiva de Achille Mbembe (2019), esse longo tempo de leitura pode ser visto como uma manifestação de necropolítica, ou seja, o poder de decidir quem vive e quem morre socialmente. Grupos marginalizados, que muitas vezes não têm o tempo ou os recursos para se envolverem com esse tipo de texto, são excluídos de processos de tomada de decisão e de oportunidades de influência social (Mbembe, 2019, p. 78). A necropolítica também se manifesta no controle sobre quem tem acesso ao conhecimento, perpetuando a desigualdade social.

Os dados da tabela 3, ao serem analisados sob a Análise de Discurso Crítica, revela como a quantidade de palavras, a estrutura dos parágrafos, a densidade das frases e o tempo necessário para a leitura refletem estratégias discursivas que podem reforçar ou questionar as relações de poder. A linguagem, aqui, é utilizada como uma ferramenta de controle, em que o acesso ao discurso é limitado para determinados grupos sociais, enquanto outros mantêm o domínio do conhecimento. O uso do tempo de leitura e da complexidade do texto funciona como uma barreira para populações menos privilegiadas, marginalizando ainda mais sua participação nas esferas educacionais e sociais.

5.2 Perfil dos entrevistados

Foram entrevistadas 24 pessoas, divididas em categoria de análise, conforme descrito na tabela 4.

Tabela 4

Sujeitos de pesquisa

Categoria	Pseudônimo	Idade	Gênero
Professor(a)	Ribeiro	48	Masculino
Professor(a)	Versosa	41	Masculino
Professor(a)	Araújo	42	Feminino
Professor(a)	Melo	46	Feminino
Professor(a)	Vinícius	61	Masculino
Professor(a)	Barbosa	37	Feminino
Diretor(a)	Martins	61	Feminino
Vice-diretor(a)	Nazário	56	Feminino
Supervisor(a)	Saraiva	58	Feminino
Supervisor(a)	Moreira	42	Feminino
ASB	Santos	31	Feminino
Pai/mãe/responsável	Nunes	46	Feminino
Pai/mãe/responsável	Aparecida	53	Feminino
Pai/mãe/responsável	Oliveira	42	Feminino
Pai/mãe/responsável	Pereira	44	Feminino
Pai/mãe/responsável	Batista	33	Feminino
Pai/mãe/responsável	Albino	28	Feminino
Pai/mãe/responsável	Medeiros	34	Feminino
Pai/mãe/responsável	Cristina	37	Feminino
Aluno(a)	Beta	18	Feminino
Aluno(a)	Fernanda	18	Feminino
Aluno(a)	Miguel	20	Masculino
Aluno(a)	Lima	18	Feminino
Aluno(a)	Pardinho	18	Masculino

Tabela criada pelo autor. (2024)

Os moradores da Ocupação Beta, em sua maioria responsáveis por alunos da escola local, revelaram, por meio de suas narrativas, a perpetuação de uma condição de

invisibilidade social. A falta de infraestrutura na ocupação reflete na precariedade das condições de vida e, por consequência, no acesso e na permanência de seus filhos na escola. Foi essencial analisar como o discurso dos moradores constrói uma identidade de exclusão, marcada pela ausência de direitos e marginalização. O relato dos pais e responsáveis sugere uma naturalização do abandono estatal, em que a falta de políticas públicas eficientes perpetua a sensação de desamparo. As condições de vida são retratadas como barreiras para a efetiva inclusão escolar, demonstrando como o espaço físico da ocupação se torna uma metáfora para a própria condição de abandono.

Nesse caso, o discurso dos moradores se insere na dinâmica de um poder biopolítico, em que o Estado regula quem é visto ou é invisível, em termos de acesso aos direitos básicos. A noção foucaultiana de biopoder pode ser aplicada aqui para entender como o controle sobre a vida dessas populações é mantido por meio da exclusão do espaço público e da escola como extensão de um Estado de exceção contínuo, conforme propõe Agamben. O abandono social não é um erro ou desvio, mas uma parte integrada da forma como o Estado gerencia essas populações, excluindo-as da cidadania plena.



Fotografia 7: Moradores da ocupação participantes da pesquisa. Foto do autor (2024).

O grupo de servidores e ex-servidores da escola, composto por professores, gestores, especialistas e auxiliares, apresentou uma visão institucional que reforça a ideia de uma escola em constante tensão com as demandas e a realidade social dos alunos moradores da Ocupação. Na análise, o discurso desses profissionais pode ser lido como

a expressão de uma tentativa de resistir às limitações impostas pela estrutura maior da educação pública, mas, ao mesmo tempo, revela a interiorização de certas práticas que reproduzem a desigualdade.

Os professores, ao falarem sobre a educação de alunos em situação de vulnerabilidade social, expressam uma percepção de desafio constante, revelando como as relações de poder dentro do ambiente escolar são mediadas por uma série de discursos institucionais que, muitas vezes, reforçam a exclusão. As falas dos gestores, por sua vez, oferecem uma visão administrativa que busca conciliar as necessidades da escola com a falta de recursos e o impacto da exclusão social. Aqui, as falas foram exploradas para demonstrar como o discurso da gestão escolar frequentemente legitima a incapacidade de efetivar mudanças significativas por meio de um argumento de escassez de recursos, que acaba por naturalizar a falta de ação.

O conceito de estado de exceção de Agamben é útil para analisar as falas desses profissionais, uma vez que a escola, inserida em um contexto de desigualdade, opera de forma contínua sob a lógica de excepcionalidade. Para esses servidores, a ocupação e seus moradores se tornam uma espécie de "vida nua", na concepção deste mesmo autor, sujeitos ao poder soberano da escola e do Estado, que decide quem deve ser incluído ou excluído dos processos educacionais e sociais. Ao mesmo tempo, o discurso desses profissionais revela estratégias de resistência e tentativas de subverter esse estado de coisas, como a promoção de políticas pedagógicas inclusivas, ainda que limitadas.

Os alunos ou ex-alunos da escola, todos acima de 18 anos, trazem um testemunho fundamental sobre a percepção direta da exclusão social e as dificuldades educacionais enfrentadas no contexto da Ocupação Beta. A técnica da análise crítica permite identificar como o discurso desses alunos evidencia uma profunda discrepância entre o ideal da educação pública como um meio de mobilidade social e a realidade vivenciada por eles, marcada por frustrações, abandono e, muitas vezes, a interrupção dos estudos.

As falas dos alunos refletem a agência limitada desses sujeitos em um sistema que os trata como figuras marginais. Zygmunt Bauman, em suas reflexões sobre a modernidade líquida, oferece um referencial teórico para entender essa condição, qual seja, os alunos da ocupação, assim como outros grupos marginalizados, são colocados na periferia do sistema educacional, sendo considerados supérfluos ou descartáveis. A escola, como instituição, deveria ser um espaço de inclusão, mas acaba se tornando um

espaço de exclusão, onde as barreiras para o sucesso acadêmico são quase intransponíveis para esses jovens.

O conceito de necropolítica de Achille Mbembe também se aplica à análise desse grupo, uma vez que o poder soberano não apenas controla a vida dos indivíduos, mas decide quais vidas são merecedoras de proteção e desenvolvimento e quais podem ser relegadas ao esquecimento e à marginalidade. Os relatos dos alunos sobre interrupção dos estudos são um reflexo de como o Estado decide, implicitamente, que algumas vidas não valem o investimento social e educacional.

A análise dos discursos desses três grupos (moradores, servidores e alunos) revela como relações de poder e exclusão social estão entrelaçadas nas práticas e narrativas que envolvem a escola e a comunidade da Ocupação Beta. Esses discursos reforçam a invisibilidade e o abandono social dessas populações, evidenciando um estado de exceção permanente e a existência de uma biopolítica que regula quem tem direito à educação de qualidade e quem é excluído desse processo. As falas também trazem à tona momentos de resistência e contestação, mas indicam a necessidade de políticas estruturais que enfrentem as raízes dessas desigualdades.

5.3 Adentrando no estado de exceção

Em contextos de vulnerabilidade social, a invisibilidade não se configura apenas como uma condição de abandono, mas também como uma estratégia de poder que assegura a marginalização de determinados grupos sociais. Essa invisibilidade, que se manifesta de maneira particularmente evidente nas comunidades de ocupação, contribui para a exclusão dessas populações dos processos de cidadania e de participação plena na sociedade. Como afirmam Bauman (2000) e Agamben (1998), a marginalização dessas comunidades localizadas nas periferias da cidade não é um fenômeno passivo, mas um mecanismo que reforça e legitima a perpetuação de sua exclusão e desigualdade social.

Ao se mudar para ocupação, palavra-chave: você não existe. Essa é a palavra: você não existe. Você é tratado como um verme. A verdade é, a sensação que eu acho que a maioria que sente, é essa. Qualquer outro lugar que você entra, saiu, pisou lá no asfalto para lá ou um Belo Horizonte, é que você é um verme, você não existe. Você é intruso. Você é favelado. Você é muito desocupado, você roubou

um pedaço. Se você falar onde você mora, a pessoa certamente nem conversa mais com você. (entrevistado Oliveira)

A frase do respondente Oliveira reflete a internalização da ideia de marginalização, em que o indivíduo se vê como um "verme" ou um "intruso", sugerindo uma desumanização que é frequentemente promovida por discursos sociais que deslegitimam a identidade dos moradores de ocupações. Esse tipo de discurso perpetua estigmas e preconceitos, reforçando a ideia de que as pessoas que vivem em ocupações são inferiores ou não têm valor social. De acordo com Foucault (1976), a linguagem não apenas reflete, mas também constrói realidades sociais; nesse sentido, o discurso que nega a existência e a dignidade do sujeito contribui para a sua marginalização.

A referência ao estado de exceção é relevante neste contexto, pois a frase dita por Oliveira sugere que os moradores de ocupações vivem à margem dos direitos civis e da cidadania. Segundo Agamben (1998), o estado de exceção se caracteriza pela suspensão de direitos e pela exclusão de certos grupos da esfera pública. Os moradores de ocupações enfrentam uma condição na qual sua existência é negada e seus direitos são constantemente desconsiderados. A fala do entrevistado indica que a identificação com a ocupação é vista como um sinal de desocupação e criminalidade, resultando em um estado no qual o sujeito é privado de seus direitos humanos básicos.

Essa abordagem ilustra como a identidade e a dignidade dos moradores de ocupações são controladas e definidas socialmente. O conceito de biopolítica, de Foucault (1976) demonstra como o poder se exerce sobre as populações, regulando a vida dos indivíduos. A linguagem utilizada para descrever essas pessoas — como "favelado", "desocupado" e "intruso" — reflete práticas biopolíticas que categorizam e hierarquizam indivíduos com base em sua condição socioeconômica. Essas categorias são utilizadas para justificar a exclusão e a marginalização, tratando os moradores de ocupações não como cidadãos com direitos, mas como corpos descartáveis, cuja existência é constantemente questionada.

Exemplo claro dessa prática excludente foi dado pelo entrevistado Lima, no seguinte trecho de entrevista:

Porque quando eu cheguei na escola, vim fazer minha matrícula, eu senti muita falta de apoio por conta de, por exemplo, é, CEP, que é obrigatório ter. Eles não

me apoiaram nessa situação, entendeu? A minha matrícula foi muito difícil e eu fiquei atrasada mais ou menos umas três semanas por conta disso, que a escola não deu o apoio suficiente (entrevistado Lima)

A fala desse aluno expressa um sentimento de desamparo e frustração frente a uma situação que deveria ser facilitadora — a matrícula na escola. A menção à "falta de apoio" evidencia uma carência institucional que agrava as dificuldades de acesso à educação. Isso ilustra como discursos educacionais, que promovem a inclusão e a igualdade de oportunidades, muitas vezes não se concretizam na prática, resultando em barreiras adicionais para os alunos. O "não apoio" que ele menciona reflete um discurso institucional que falha em atender às necessidades de uma comunidade já marginalizada.

A situação exposta pelo aluno também pode ser interpretada à luz do conceito de estado de exceção proposto por Agamben (1998), que se refere à suspensão de direitos e à exclusão de determinados grupos da cidadania. A dificuldade de matrícula e a falta de apoio podem ser vistas como manifestações de um Estado que não garante acesso equitativo à educação. A exigência de documentos, como o CEP, pode ser interpretada como uma barreira burocrática que legitima a exclusão de indivíduos em situação de vulnerabilidade. Neste contexto, a escola não apenas falha em cumprir seu papel inclusivo, mas também reforça a marginalização dos estudantes, que se veem forçados a enfrentar obstáculos adicionais para acessar um direito fundamental.

O relato desse entrevistado indica que a escola não apenas falha em apoiar a matrícula, mas também contribui para a sua experiência de exclusão e vulnerabilidade. Retomando aqui o conceito de biopolítica, formulado por Foucault percebe-se o poder que o Estado exerce sobre a vida dos indivíduos, regulando suas condições de existência. A falta de apoio durante o processo de matrícula desse aluno pode ser vista como um exemplo de biopoder, uma vez que a instituição tem o controle sobre quem tem acesso à educação e sob quais condições. A ausência de suporte adequado em um momento crítico como a matrícula pode resultar em um impacto duradouro na trajetória educacional do aluno, perpetuando ciclos de exclusão e marginalização.

A situação vivida pelo aluno expõe as complexas interações entre políticas institucionais e as experiências vividas por indivíduos em situação de vulnerabilidade, em que a falta de apoio durante a matrícula não é apenas uma queixa pessoal, mas um reflexo das estruturas sociais que perpetuam a desigualdade e a exclusão. Essa análise destaca a

necessidade urgente de políticas públicas que não apenas reconheçam, mas também atendam às especificidades das comunidades marginalizadas, promovendo um acesso mais justo à educação.

Perguntou-se aos entrevistados se eles entendiam que os alunos oriundos de ocupações têm as mesmas oportunidades de sucesso. A resposta de um desses entrevistados está transcrita a seguir.

Não, eu não acho e tem gente que vai falar sobre meritocracia, né? Mas é uma coisa que eu não acredito nisso por conta da falta de recursos, de oportunidades, de tudo que nós temos; de apoio, de incentivo, de tudo. O que que seria melhor seria no caso? Ah! você se esforça, você vai conseguir chegar lá. Se esforça e estuda. Você vai conseguir, como muitos falam. É, não é você que faz, é, como que é? Não é escola que faz você, é você que faz a escola. Eu não acredito nisso por conta que nem sempre (...) não temos as mesmas condições. (entrevistado Lima)

A reflexão desse entrevistado revela as dinâmicas de exclusão e as desigualdades estruturais que impactam a educação dos alunos provenientes de comunidades marginalizadas.

A análise crítica do discurso propõe que o discurso não é neutro; ele reflete e reproduz relações de poder e desigualdade (Fairclough, 1995). Em sua resposta, o entrevistado articula uma crítica contundente à noção de meritocracia, que é frequentemente utilizada para justificar desigualdades sociais. Ao afirmar que "tem gente que vai falar sobre meritocracia", ele está reconhecendo a presença de um discurso dominante que minimiza as barreiras que alunos de ocupações enfrentam e, quando mencionou "falta de recursos, de oportunidades", revelou como as condições socioeconômicas afetam diretamente a percepção de sucesso e a experiência educacional desses alunos, desafiando a ideia de que o esforço individual é suficiente para garantir o sucesso.

O entrevistado Lima também mencionou a disparidade nas oportunidades de sucesso, indicando que os alunos da ocupação não têm acesso às mesmas condições que outros alunos. Esse reconhecimento evidencia uma forma de exclusão que se materializa

na prática educacional, em que a falta de recursos e apoio pode ser vista como uma manifestação de um Estado que não protege os direitos desses indivíduos. A ideia de que "não é a escola que faz, você que faz a escola" ressalta a responsabilidade individual atribuída ao aluno, ignorando as estruturas sociais que limitam suas oportunidades. A noção de estado de exceção de Agamben (1998) destaca como certos grupos são excluídos dos direitos e garantias sociais, tornando-se invisíveis nas políticas públicas.

O entrevistado refletiu também sobre uma crítica à ideia de que o esforço pessoal é suficiente para superar as desigualdades estruturais. A menção à "falta de apoio, de incentivo" sugere que as políticas educacionais existentes não atendem às necessidades dos alunos em situação de vulnerabilidade. Isso pode ser interpretado como uma forma de biopoder, em que a escola, em vez de ser um espaço de inclusão, perpetua as desigualdades e limita o potencial dos alunos ao não proporcionar as condições necessárias para seu desenvolvimento.

Este trecho de entrevista revela, ainda, as complexas interações entre discurso, poder e desigualdade no contexto educacional. A crítica à meritocracia e a ênfase na falta de recursos e oportunidades destacam a necessidade de uma reavaliação das políticas educacionais que reconheçam as realidades enfrentadas por alunos de comunidades marginalizadas. Essa análise sublinha a importância de promover um acesso mais equitativo à educação, que não apenas reconheça as dificuldades enfrentadas, mas que também atue para superá-las.

Ao refletir sobre as dinâmicas de ocupação e as questões sociais envolvidas, é essencial compreender que a disputa por território vai além da busca por espaço físico. Como afirma Mbembe (2003), "a ocupação territorial não é apenas uma luta por espaço físico, mas também por reconhecimento social", e essa luta se manifesta de diversas formas nas tensões entre as necessidades sociais e as estruturas de poder. Nesse contexto, a educação pública se configura como um campo de tensões entre o direito à educação e a perpetuação das desigualdades sociais. Bourdieu e Passeron (1990) complementam essa perspectiva ao argumentarem que o sistema educacional é um dos principais mecanismos de reprodução das desigualdades, já que, por meio dele, as desigualdades sociais e culturais se perpetuam. Ao refletir sobre as dinâmicas de ocupação e as questões sociais envolvidas, é essencial compreender que a disputa por território vai além da busca por espaço físico.

Para entender a percepção dos entrevistados com relação à oferta de serviços públicos, perguntou-se se eles viam diferença entre os que são proporcionados a alunos moradores de ocupação e a alunos de outras localidades. A resposta da entrevistada Beta a essa questão está transcrita a seguir.

Não porque tem esse negócio do asfalto, da luz e também, para um aluno que estuda de noite, se lá tivessem luz... Acaba que não tem nem como vir para escola. Tem gente que mora para depois do muro de pedra, fica até perigoso. Deixa eu ver. Dia de chuva também é bem complicado, é bem difícil vir para a escola. Já faltei bastante por causa disso porque, lá perto de casa, como era areal, quando chovia virava, tipo, descia muito, é, muita muita água. Não dava nem para passar.
(Beta)

Percebe-se, nesta colocação da entrevistada, que a exclusão social e a desigualdade de infraestrutura revelam dinâmicas de poder que afetam diretamente a vida de alunos em situação de vulnerabilidade. Na fala desta aluna, identifica-se como o discurso revela uma realidade de exclusão e desigualdade, evidenciando as condições precárias de vida na ocupação que impactam diretamente o acesso à educação. O uso das expressões "esse negócio do asfalto, da luz" e "não tem nem como vir para a escola" aponta para a ausência de políticas públicas básicas, como infraestrutura e segurança, que são negligenciadas para essa população específica. Isso demonstra que a promessa de igualdade nas políticas educacionais não se concretiza na prática, reforçando a exclusão de certos grupos.

Fica claro que os alunos da ocupação, ao não receberem serviços básicos, como luz, asfalto e segurança, vivem em uma espécie de "exceção", em que os direitos de cidadania são suspensos de forma permanente. As expressões "não tem nem como vir para a escola" e "fica até perigoso" revelam que esses indivíduos são excluídos do escopo da proteção do Estado, sendo tratados como "vidas nuas", desprovidas de direitos plenos. A chuva e a falta de infraestrutura tornam-se elementos simbólicos dessa exceção, impedindo a circulação e, conseqüentemente, o acesso ao direito básico à educação. Tudo isso vai ao encontro do conceito de estado de exceção de Agamben, que inclui a suspensão

de direitos e garantias legais para determinados grupos, que ficam à margem da proteção do Estado.

À luz da biopolítica de Foucault, a ausência de serviços básicos, como iluminação pública e asfalto, pode ser entendida como uma forma de gestão que marginaliza e regula a vida das pessoas que habitam a ocupação. O controle sobre as condições de vida, como a falta de infraestrutura adequada, reflete uma estratégia de poder que restringe o acesso ao espaço público e aos direitos sociais, como o direito à educação. A afirmação "já faltei bastante por causa disso" indica como essa regulação biopolítica afeta diretamente a trajetória educacional dos alunos, limitando suas oportunidades de participação e ascensão social.

Levando em conta aspectos da ACD, do conceito de estado de exceção e de biopolítica, pode-se considerar a realidade excludente que os alunos da ocupação enfrentam, evidenciando a desigualdade estrutural que persiste entre eles e os outros alunos da escola. O governo, ao negligenciar a infraestrutura básica nas áreas de ocupação, perpetua uma lógica de exclusão e controle biopolítico, segundo a qual certas vidas são tratadas como menos valiosas. A escola, que deveria ser um espaço de inclusão e promoção da igualdade, torna-se palco de uma disputa entre os direitos prometidos e a realidade de marginalização.

Analisando-se a condição das comunidades marginalizadas, como as que vivem em ocupações urbanas, é possível perceber como as estruturas de poder moldam as vidas dos indivíduos que nelas habitam. Esses espaços, frequentemente à margem das políticas públicas, configuram-se como zonas de exclusão nas quais a cidadania plena é negada e as condições de vida são desumanizadas. Sob essa ótica, a ocupação não é apenas um espaço físico de resistência, mas também um local onde a sobrevivência é marcada pela ausência de garantias básicas e pela negligência das autoridades, que relegam esses indivíduos à margem da sociedade e da política.

O relato da entrevistada Batista revela as circunstâncias que levam indivíduos a buscarem os espaços de ocupação como último recurso de moradia para sua família, mesmo enfrentando situações de escassez de serviços básicos e insegurança. Para maior compreensão, reproduzimos o diálogo com a transcrição das perguntas.

Pesquisador: como é que você conheceu essa ocupação? E o que te fez ir moraraqui? Entrevistada: quando eu conheci, foi, meu pai já morava aqui na ocupação. Minha mãe já morava aqui. Aí, eu morava de aluguel, fiquei desempregada, não tinha como pagar aluguel lá em Vespasiano, aí eu vim morar aqui, grávida. Eu ‘tava grávida da minha menina que agora tem 7 anos. Aí eu vim morar aqui, eu já tinha essa, é a mais velha, a mais nova eu ‘tava grávida dela ainda, mais nova. Então eu soube e vim, né? Pesquisador: e quando você chegou aqui, quais foram as primeiras impressões que você teve assim que bateu os olhos e pensou: é aqui. Vai ser aqui que eu vou morar e tal, quais foram as primeiras impressões? Entrevistada: Você ficou com medo, essas coisas. Sua impressão, era tudo assim deserto, era deserto, não tinha não tinha luz nem nada. Água de vez em quando, que falta muita água até hoje, falta muita água, porque ainda não entrou água. Agora que eu já tenho a luz, né? Mas não tinha luz, é, tudo deserto. Tinha casa já, tinha, feito de madeira ainda, na época. Agora ‘tá tudo começando, o pessoal já continua arrumando. Aí eu vim mesmo, mesmo, mesmo. Só foi por causa de necessidade, porque senão não tinha onde morar não. (Batista)

O relato dessa entrevistada expõe um discurso de vulnerabilidade social, em que a ocupação surge como uma solução de última instância para quem é excluído das dinâmicas econômicas formais, ocasionada pela perda do emprego e a incapacidade de pagar aluguel. A expressão “não tinha como pagar aluguel lá em Vespasiano, então eu vim morar aqui” reflete a precariedade das condições de vida e a ausência de suporte estatal, evidenciando a marginalização que essas pessoas enfrentam. O discurso revela também como as condições materiais e a falta de infraestrutura na ocupação (como a ausência de luz e água) são naturalizadas por aqueles que habitam esses espaços.

Embora a ocupação represente um espaço de resistência e sobrevivência para essas famílias, ela também reforça a exclusão e a marginalização estrutural. O ato de “ocupar” emerge como uma necessidade, mas também como uma resposta ao abandono estatal, um tema central nas políticas públicas urbanas voltadas para comunidades de baixa renda.

As famílias que vivem em ocupações são exemplos do conceito de “vidas nuas”, pois situam-se fora do escopo das garantias oferecidas pelo Estado, como acesso à moradia formal, infraestrutura básica (água e luz) e proteção jurídica. A afirmação da

entrevistada de que "não tinha luz, nem nada, água de vez em quando, até hoje falta" ilustra como essas comunidades vivem em uma espécie de "exceção permanente", na qual a provisão de direitos básicos não é assegurada.

A falta de água e de luz sinaliza a marginalidade a que esses moradores são submetidos, reforçando a ideia de que eles habitam um espaço de "não cidadania". Para Agamben, a ocupação representa um espaço onde o Estado decide quem merece ter direitos e quem pode ser deixado à margem (Agamben, 2005) e o relato da entrevistada reflete a vivência dessa "vida nua", sem as proteções que deveriam ser garantidas a todos.

A gestão da vida, ou melhor, da precariedade da vida dessas famílias na ocupação, está diretamente ligada a uma forma de biopolítica, na qual o poder público decide quem merece ter acesso a recursos básicos e quem deve ser deixado de lado. O controle sobre o território e a gestão da infraestrutura (água e luz, no caso mencionado pela entrevistada) fazem parte de uma biopolítica de exclusão.

O fato de a energia elétrica ter sido instalada só recentemente e de a água continua a faltar revela uma forma de gerenciamento da vida que prioriza certos grupos enquanto marginaliza outros. Como Foucault argumenta, o controle sobre a vida cotidiana, incluindo a gestão dos recursos essenciais, é uma ferramenta crucial para a manutenção do poder sobre as populações (Foucault, 1976). A ocupação se torna, assim, um espaço onde a biopolítica regula a quem o Estado decide oferecer direitos e a quem ele recusa.

A análise da fala dessa entrevistada revela um cenário de profunda exclusão social e marginalização. As ocupações surgem como um espaço de resistência, mas também de precariedade, onde o acesso a direitos básicos, como água, luz e moradia, é sistematicamente negado. As condições descritas pela entrevistada não são meramente individuais, mas refletem um processo mais amplo de exclusão biopolítica e exceção jurídica em que o Estado decide quem merece ou não ser parte da cidade formal e quem deve continuar na invisibilidade social.

Em contextos de vulnerabilidade social, a escola pública desempenha um papel ambíguo, que envolve tanto a promessa de inclusão quanto a perpetuação de desigualdades estruturais. Embora se apresente como um espaço de acesso e oportunidades, a educação pública, em muitos casos, acaba se tornando um instrumento de controle e disciplina.

Nesse cenário, a escola não apenas oferece educação formal, mas também exerce a função de regulação e controle sobre os corpos dos alunos, particularmente os mais

vulneráveis. "A escola pública, nessa conjuntura, atua como uma 'máquina biopolítica' que, ao mesmo tempo em que promete inclusão, administra corpos e regula a permanência dos mais vulneráveis", como aponta Agamben (2005) em sua análise do *homo sacer*.

Essa perspectiva sugere que, em vez de apenas promover a emancipação, a escola também pode atuar como uma instância que gerencia as vidas dos alunos, ajustando suas trajetórias de acordo com as normas sociais e políticas estabelecidas, especialmente para aqueles que se encontram em situações de marginalização.

O depoimento da entrevistada Medeiros, a seguir revela várias camadas discursivas que podem ser analisadas sob as lentes tanto da Análise Crítica do Discurso, como do conceito de estado de exceção de Agamben e da biopolítica de Foucault. A relação entre a ocupação, o direito à educação e a escola pública emerge como um campo de tensões que reflete a precariedade, a exclusão social e as estratégias de controle sobre as populações vulneráveis.

Minha filha veio no outro dia, porque o horário diferente, né?, por causa da idade. Então, minha filha, no outro dia, já veio estudar, né? Já conseguiu escola. Meu filho também já veio, estudou também. Então, assim, foi muito bom, né? Porque, no começo, nós não tivemos isso, né? Quem veio no começo mesmo, não pôde fazer isso. Teve criança que os pais veio mesmo e não podia estudar. Então, até perder o ano e ficou todo mundo em casa mesmo. Aí você imagina a confusão que era porque o povo quer estar na escola, e já ajuda muito a cabeça da mãe, do pai, aí, os anjos lá. A escola é vista como um lugar seguro e de apoio para as crianças da ocupação sim, porque esse horário que ele está na escola, é, eles não 'tá vendo coisa errada, né? As mães sai pra trabalhar, o pai, as crianças sabem que 'tá na escola, tá seguro, né? Porque é uma equipe, né? Professores, é diretora, é, é as pessoas que trabalha na na merenda. E então, assim, muitos não têm nem o que comer em casa, o lanche da tarde. Aí eles têm uma merenda aqui. A opção, eles comem ou não, mas tem, né? Eu creio que todos que moram ali lanchem. E então, assim, essa parceria é muito bom, né? Eu não tenho que reclamar, pelo menos que do meu filho, minha filha estudou aqui. E meu filho não é de comer em escola nenhuma antes que comer aqui, tá? Graças a Deus. (Medeiros)

Aqui o discurso revela, além do conteúdo explícito, também as ideologias subjacentes e as estruturas de poder que condicionam a experiência dos moradores da ocupação. A entrevistada faz referência à importância da escola como um "lugar seguro" para as crianças, um espaço onde, diferente do ambiente da ocupação, elas são protegidas de influências negativas e têm acesso à alimentação regular. Isso revela a desigualdade estrutural que essas famílias enfrentam, na qual a escola assume papel central, não apenas como espaço de educação, mas como suporte social e, muitas vezes, a única garantia de alimentação adequada.

O discurso da entrevistada sobre a escola como "um lugar seguro" também pode ser interpretado como uma forma de resistência à marginalização que a ocupação representa. A escola torna-se um local de proteção, mas, ao mesmo tempo, essa proteção depende da inserção das crianças em um sistema educacional que, muitas vezes, não reconhece plenamente suas condições de vida. O "lugar seguro", no discurso da mãe, está condicionado à estrutura de poder que mantém a ocupação como um espaço de exceção.

O discurso da entrevistada reflete, também, o controle biopolítico sobre a vida dos moradores da ocupação, principalmente no que se refere à gestão de recursos básicos, como educação e alimentação. Ao mencionar a escola como um local onde as crianças recebem merenda ("muitos não têm nem o que comer em casa") aponta para o papel da biopolítica na regulação da sobrevivência das populações vulneráveis.

A alimentação oferecida pela escola é um exemplo concreto de como o Estado exerce controle sobre a vida biológica das crianças da ocupação. Nesse caso, a oferta de merenda na escola é uma forma de biopolítica, pois, ao mesmo tempo em que garante a sobrevivência das crianças, reforça a dependência dessas famílias em relação às políticas públicas de assistência. A expressão "graças a Deus" expressa um reconhecimento dessa dependência, ao mesmo tempo em que destaca a precariedade das condições de vida fora do espaço escolar.

O conceito de estado de exceção, de Giorgio Agamben (1998), é crucial para entender como a ocupação e os seus habitantes são tratados pela lei e pelas instituições. Quando a entrevistada relatou que "porque no começo nós não tivemos isso, né? [...] teve criança que os pais veio mesmo e não podia estudar. Então, até perder o ano e ficou todo mundo em casa" ela destacou o fato de que, durante os primeiros momentos da ocupação, as crianças foram excluídas do direito à educação, uma violação dos direitos

fundamentais, um exemplo do chamado estado de exceção, em que certas populações são mantidas fora das garantias jurídicas e sociais que deveriam ser universais.

O Estado decide quem é incluído e quem é excluído, e as famílias que vivem na ocupação experimentam essa exclusão na prática, como quando as crianças não tinham acesso à escola. Agamben (2005) descreve como o estado de exceção suspende a aplicação das leis em relação a certos grupos, e isso se manifesta na fala da entrevistada, que relembra como "não tivemos isso", ou seja, o direito à educação foi negado a essas crianças, configurando uma exceção ao sistema jurídico e educacional.

A fala da entrevistada evidencia como a ocupação torna-se um espaço de exceção e controle biopolítico, no qual os moradores são excluídos de certos direitos fundamentais, como a educação e o acesso a recursos básicos, mas ao mesmo tempo são inseridos em sistemas de controle, como o fornecimento de merenda escolar. A escola, nesse cenário, emerge como um local de resistência e apoio, mas também reflete as desigualdades estruturais que mantêm essas populações à margem da cidadania plena. A próxima questão feita durante a entrevista abordou uma possível diferença na forma como a escola trata os alunos moradores da ocupação e os que não residem nela. A entrevistada Beta assim se expressou a esse respeito:

Olha, acredito que cada um vai ter o seu ponto de vista, mas, no meu ponto de vista, eu acredito que não, eu acredito que todos estão tratados igualmente. A diferença de tratamento é mais entre os alunos mesmo. É, eu presenciei isso uma vez e foi em relação a, de, realmente, disso de morar na ocupação, porque na escola que eu estudava tinha uma menina que vivia jogando na minha cara que meu pai e minha mãe tinha invadido o lugar. Só que, no meu ponto de vista, meu pai mais minha mãe comprou, né? Só que é invasão. Mas isso não importa e isso doía muito de ouvir, né? (entrevistada Beta)

Na resposta dessa entrevistada vê-se a manifestação de uma percepção complexa. A entrevistada, inicialmente, acredita que todos os alunos são tratados de maneira igualitária pela escola, mas, em seguida, expõe um episódio de discriminação envolvendo uma colega de classe. Essa contradição exemplifica a ideia de que, embora o discurso oficial da escola possa ser de igualdade e inclusão, as práticas e as interações diárias revelam tensões e exclusões sociais que não são visíveis à primeira vista. Esse processo

reflete o que Fairclough argumenta sobre a capacidade do discurso de "mascarar" desigualdades estruturais.

Trazendo para a análise o conceito de biopolítica, é possível entender como o controle sobre essas populações marginalizadas não é apenas físico, mas também simbólico. A escola, como instituição biopolítica, regula corpos e mentes dos alunos, criando discursos que classificam, hierarquizam e, muitas vezes, excluem os que não se conformam ao padrão social dominante. O fato de a colega de classe ter utilizado o termo "invasão" para atacar a entrevistada demonstra como o controle simbólico é exercido na escola, refletindo uma biopolítica de exclusão, em que certos grupos são vistos como não pertencentes ao corpo social legítimo.

Em um nível mais profundo de análise, o estado de exceção e o conceito de "vidas nuas", aquelas desprovidas de direitos e proteção social, apontam que, no contexto da ocupação, a fala da entrevistada sobre a invasão de terras e a discriminação que sofre reflete uma forma de exclusão social que transcende as fronteiras escolares, revelando como essas comunidades são colocadas à margem, tanto legal quanto simbolicamente. A ocupação é vista como um espaço "fora da lei" e seus habitantes são estigmatizados, o que se manifesta no ambiente escolar por meio de preconceitos explícitos, como o mencionado no discurso.

Apesar do discurso de igualdade dentro da escola, práticas de exclusão social e estigmatização continuam a operar por meio de interações cotidianas. Isso demonstra como as relações de poder e as desigualdades estruturais persistem, mesmo dentro de um espaço que deveria ser de inclusão.

5.4 Analisando relatos dos moradores e profissionais da escola

Ao explorar a vivência dos moradores da Ocupação Beta, é evidente que a ausência de políticas públicas efetivas e o descaso do Estado em relação às suas necessidades estruturais contribuem para uma sensação de marginalização e abandono. Essa "invisibilidade oficial" resulta não apenas na escassez de recursos e serviços essenciais, mas também na exclusão dos moradores dos processos de cidadania plena, incluindo o direito à educação de qualidade. Os discursos dos moradores revelam um sentimento constante de "invisibilidade oficial", em que sua existência só é reconhecida nos momentos de necessidade estatal, mas suas demandas educacionais são frequentemente ignoradas, corroborando a análise de Mbembe (2003), que afirma que a

marginalização dessas comunidades é um reflexo da falta de reconhecimento social e da exclusão dos direitos básicos, como a educação (p. 11).

Esse sentimento de ser visto apenas em momentos de crise, e não como parte integrante da sociedade ativa, reforça a exclusão social que permeia essas comunidades, evidenciando a falência de um sistema que deveria garantir direitos básicos como a educação. A experiência relatada pela moradora Nunes ilustra bem essa realidade. Ela descreve o medo e a tensão ao se mudar para a Ocupação Beta, no mesmo dia em que o caminhão de mudança foi bloqueado devido a uma barricada montada pelos moradores para se protegerem de uma ordem de despejo emitida pelo Estado:

“Eu tive muito medo porque, no dia que eu mudei, o caminhão não podia entrar porque tinha uma barricada protegendo contra o Estado, que estava com uma ordem de despejo. A mudança foi parada no campo que fica na entrada da ocupação, e os móveis foram carregados nas costas porque não tinha como ir para dentro. Eles fizeram isso para tentar parar a polícia, quando ela viesse fazer o despejo, né? Mas a primeira impressão foi o medo. Primeiro, medo porque eu falei: 'Meu Deus, tem uma ordem de despejo para esse lugar e eu estou mudando para lá'. Estava em todas as reportagens de Minas Gerais. E o meu primo, que é da Polícia Militar, me disse que todos os batalhões de Belo Horizonte estavam preparados para fazer a remoção das famílias. Ele me falou: 'Prima, não resista'." (Nunes)

Além disso, Nunes compartilha a experiência de seu filho, Erick, que teve dificuldades na leitura e nas matérias ao sair da escola Lúcia Viana e ingressar na escola da Ocupação Beta. Ela nota uma melhoria significativa em seu desempenho escolar no novo ambiente, contrastando com outras crianças de escolas públicas que também apresentavam dificuldades, mas que, ao entrarem para a nova escola, começaram a melhorar no aprendizado:

“Eu acho que a escola aqui... assim, meu filho Erick, na época, saiu da Lúcia Viana e veio para cá com dificuldades na leitura e nas matérias. E no Tancredo Neves [escola da ocupação], eu via ele melhorar. Eu vejo que ele tem uma boa participação. Tinha crianças de outra escola pública do município de Belo Horizonte que não liam, e, quando vieram para cá, começaram a ler.” (Nunes)

O relato de Nunes ilustra tanto os desafios impostos pela precariedade das condições estruturais e a falta de suporte estatal quanto as possibilidades de resistência e melhoria dentro de contextos informais, como a Ocupação Beta. O caso de seu filho Erick, que apresentou avanços na leitura e nas matérias após ingressar na escola da ocupação, sugere que, apesar das adversidades, o acesso à educação de qualidade, mesmo em contextos de marginalização, pode oferecer alternativas significativas para o desenvolvimento social. No entanto, a ausência de políticas públicas que garantam direitos fundamentais, como a educação, é um fator que agrava a exclusão social e limita as oportunidades para esses indivíduos.

As referências a ordens de despejo, barricadas e a presença iminente da polícia reforçam a ideia de que essa comunidade está à margem da cidadania formal e do direito à moradia, e que o Estado intervém mais como força de repressão do que como provedor de direitos. As barreiras físicas e emocionais impostas pelo Estado são visíveis no discurso e revelam um cenário de constante tensão, em que a comunidade se protege contra a intervenção do próprio Estado.

O relato da ordem de despejo e a mobilização policial remetem diretamente ao conceito de Estado de Exceção, em que o governo se permite atuar fora dos limites normais da lei, criando uma zona de exceção jurídica. A ocupação se torna um espaço onde as leis não protegem os cidadãos, mas, ao contrário, são utilizadas para justificar sua remoção e invisibilização. Esse espaço de exceção, como Agamben descreve, retira dos indivíduos o direito de existir dentro do marco legal, suspendendo seus direitos e expondo-os à intervenção violenta do Estado.

A gestão da ocupação, marcada pela ameaça de despejo e pela ausência de serviços básicos (como infraestrutura adequada e segurança), é uma manifestação clara do controle biopolítico. A comunidade é tratada como uma “vida nua”, em que os indivíduos são reduzidos a uma existência que deve ser regulada e controlada, mas sem a garantia de direitos. As decisões sobre quem pode ou não viver nesse espaço, e em que condições, são exemplos de como o Estado usa a biopolítica para controlar populações marginalizadas. O medo expressado pelo entrevistado não é apenas um medo de repressão física, mas também da exclusão contínua de direitos sociais fundamentais.

A linguagem reflete um cenário no qual o Estado exerce seu poder não para proteger, mas para controlar e expulsar, utilizando o espaço da ocupação como um "campo de exceção" (Agamben, 2005), onde as regras do jogo são temporariamente

suspensas para justificar a remoção de corpos indesejados. Além disso, a relação com a escola – onde a pessoa destaca como o filho conseguiu superar desafios acadêmicos – sugere que, mesmo nesses contextos de marginalização, há pequenos espaços de resiliência e esperança, ainda que permeados pela desigualdade estrutural da sociedade.

No contexto da Ocupação Beta, a escola pública se configura não apenas como um espaço de aprendizagem, mas também como um ponto de resistência frente às adversidades enfrentadas pela comunidade. Embora a instituição tenha como missão promover a educação, ela se vê constantemente desafiada pela precariedade de recursos materiais e pela falta de apoio institucional.

Agamben (2005) afirma que "os profissionais da escola descrevem um esforço constante para suprir carências básicas de infraestrutura e apoio, enquanto se debatem com políticas públicas que pouco consideram as especificidades de uma comunidade em estado de exceção" (p. 3). A tensão entre o que a escola é capaz de oferecer e as necessidades urgentes da comunidade revela como as políticas públicas, muitas vezes desconsiderando as realidades locais, não conseguem atender de maneira adequada aos desafios impostos pela vulnerabilidade social e pela marginalização.

A esse respeito, destaca-se o depoimento da entrevistada Regiani, que traz à tona a relação entre a escola, o Estado e a comunidade da Ocupação Beta, ilustrando as dinâmicas de poder e exclusão vividas pelas populações marginalizadas. Regiani aponta que a escola, embora se esforce para garantir a inclusão dos alunos, enfrenta grandes dificuldades por conta da falta de suporte de outras esferas do poder público:

“A escola faz um esforço para poder fazer encaminhamentos, mas, talvez, se tivesse uma presença dos profissionais dos postos de saúde que rondam a escola para fazer campanhas de vacinação, campanhas de conscientização de higiene pessoal, para aferir cuidados... A gente tem aluno com problemas de visão gravíssimos que tentamos acompanhar, mas, pela vulnerabilidade das famílias, eles não seguem. Então, eu acho que tem muitos pontos frágeis, ‘tá?, do estado com relação a isso. Sem dúvida nenhuma, a população da Ocupação Beta é invisibilizada o tempo todo, e isso, para mim, é muito claro. É negligência da Prefeitura de Santa Luzia, negligência da Prefeitura de Belo Horizonte, negligência do governo estadual que, diga-se de passagem, lutou na justiça durante muito tempo para poder tirar essa população da região.” (Regiani)

A fala de Regiani reflete a negligência estatal em relação à saúde, à educação e ao bem-estar da população da Ocupação Beta. Ela enfatiza que a ausência de políticas públicas eficazes é uma forma de "invisibilização", onde as necessidades da comunidade são tratadas com descaso. Além disso, o depoimento destaca a falta de integração entre as diferentes áreas de apoio, como saúde e educação, o que contribui para a marginalização das famílias.

Fairclough (2003) argumenta que a análise crítica do discurso busca entender como as práticas discursivas refletem e perpetuam relações de poder na sociedade. No caso da fala de Regiani, ela evidencia uma crítica direta à ausência do Estado e à negligência com a comunidade da Ocupação Beta. A entrevistada ressalta que a invisibilização dessa população não se dá apenas pela falta de políticas públicas, mas pela forma como o Estado trata suas demandas, ou seja, como secundárias ou inexistentes. O discurso escolar, por sua vez, é tensionado entre o esforço de inclusão por parte da escola e a falta de suporte de outras instituições estatais, como os postos de saúde.

Além disso, Agamben (2005), ao definir o conceito de *estado de exceção*, descreve um espaço onde o Estado suspende as leis e os direitos que garantiriam a proteção de seus cidadãos, criando uma zona de indeterminação jurídica. Essa definição ajuda a entender as condições de vida na Ocupação Beta, onde a população é constantemente negligenciada pelo poder público. A luta do governo estadual para remover a comunidade da área mostra a utilização de mecanismos legais para excluir essa população do âmbito dos direitos sociais, relegando-a à marginalização. Nesse contexto, a população da Ocupação Beta vive em um estado de exceção, onde os direitos básicos de saúde e educação são suspensos ou negados. Isso reflete a ideia de Agamben de que o Estado decide quem pertence à esfera da cidadania e quem deve ser excluído. Os moradores da ocupação são, assim, retirados do "corpo político" e transformados em "vida nua", expostos à precariedade e ao abandono.

O controle biopolítico se manifesta nesse contexto pela negligência em relação à saúde básica (como problemas de visão graves não tratados) e pela ausência de políticas públicas essenciais, como campanhas de saúde. Foucault (1978) argumenta que a biopolítica, por um lado, regula e cuida da população, mas, por outro, ao negligenciar necessidades básicas, cria uma população governada pela falta. A ausência de campanhas de vacinação e a falta de serviços de saúde são exemplos claros de como a biopolítica

atua de forma oposta à proteção dos direitos dos cidadãos, perpetuando a marginalização da população da Ocupação Beta.

A frase de Regiani reflete como a exclusão social e a marginalização da Ocupação Beta estão diretamente ligadas à ausência de serviços básicos e à negligência estatal. A análise do discurso revela como o esforço da escola para incluir os alunos é constantemente frustrado pela falta de suporte das instituições públicas, reforçando as desigualdades estruturais que permeiam a sociedade. O *estado de exceção* é visível na forma como a população da ocupação é tratada legalmente e politicamente, com a constante ameaça de despejo e a ausência de direitos básicos. Por fim, a biopolítica expõe como o controle sobre essa população é exercido pela falta de políticas de saúde e educação adequadas, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade e abandono.

No contexto das ocupações urbanas e da educação pública, o conceito de *inclusão educacional* adquire uma dimensão complexa, que vai além da simples inserção de indivíduos em um sistema escolar. A promessa de inclusão, muitas vezes, esbarra em limitações estruturais e sociais que dificultam a efetiva participação de todos os alunos, especialmente aqueles em situações de vulnerabilidade. Segundo Fairclough (2013), "o discurso da 'inclusão educacional' torna-se um campo de batalha simbólico, onde os recursos limitados e as expectativas sociais pressionam a escola a funcionar como uma barreira tênue entre a exclusão e a participação efetiva" (p. 45). Nesse sentido, a escola, ao tentar cumprir sua função inclusiva, acaba por se tornar uma arena onde as disparidades sociais e econômicas se tornam mais evidentes, sendo constantemente pressionada a equilibrar a inclusão teórica com as realidades de um sistema educacional subfinanciado e desigual.

O depoimento do professor Versosa, da escola estadual que recebe alunos da Ocupação Beta, também contribui para a análise dessa situação:

“Eu sou professor da [escola Alfa] desde 2006. Fui morador do bairro desde 1997 e fui aluno da escola também. Entrei na faculdade federal para cursar Letras e, no último período, fiz o concurso e optei por trabalhar aqui na escola, onde estou desde então. De lá para cá, houve uma trajetória acadêmica e especializações, mas nunca saí da escola, então, tenho uma boa percepção das mudanças sociais que ocorreram nesse período e do momento atual. A percepção que eu tenho, pelo menos como professor, é que os alunos da Ocupação Beta chegaram sem saber o

que era escola, sem entender as regras. Houve muito conflito entre eles e os alunos da escola, mas, com o tempo, percebo que houve uma integração. Antes, havia resistência, mas agora, eles já estão mais integrados, são mais amigos. Então, acredito que a integração foi sendo gradual, mas houve um choque de realidades.”
(Versosa)

Neste depoimento, o professor descreve um "choque de realidades" entre os alunos da Ocupação Beta e os alunos da escola, que refletia diferenças nas expectativas e comportamentos escolares. A fala do professor constrói uma narrativa de integração gradual, mas também sugere que os alunos da ocupação, ao chegarem, eram percebidos como "desconectados" das normas da escola, o que pode ser interpretado como uma forma de exclusão social. O processo de integração dos alunos da Ocupação Beta na escola, embora progressivo, destaca as dificuldades de inclusão enfrentadas por esses estudantes, que inicialmente eram vistos como "fora" das normas estabelecidas.

Esse depoimento também ilustra as tensões entre pertencimento e exclusão que caracterizam a experiência desses alunos no sistema educacional. O conceito de *estado de exceção* e de biopolítica, como discutido anteriormente, pode ser utilizado para entender como esses alunos, ao serem vistos como "outsiders", são inicialmente tratados de forma diferente, sem o pleno reconhecimento de seus direitos como cidadãos dentro da escola.

5.5 Caminhos para inclusão e justiça social

A reflexão sobre as práticas educacionais em contextos de marginalização e exclusão social exige uma análise crítica das estruturas de poder que moldam a dinâmica escolar. Muitas vezes, a escola pública, em vez de ser um espaço de inclusão e transformação, acaba por perpetuar as desigualdades existentes, reforçando práticas que excluem e negligenciam as necessidades de comunidades vulneráveis. Para romper com essa lógica, é fundamental questionar as formas de exclusão que estão naturalizadas dentro do sistema educacional. Foucault (1976) afirma que "desnaturalizar as práticas discursivas de exclusão e abandono é o primeiro passo para transformar a escola pública em um espaço verdadeiramente inclusivo, capaz de atender às demandas de uma

comunidade que, historicamente, vive à margem" (p. 94). Esse processo de desnaturalização envolve repensar não apenas as práticas pedagógicas, mas também os discursos que sustentam as desigualdades, abrindo caminho para uma educação que reconheça e valorize a diversidade e as necessidades específicas de cada comunidade.

A Chegada da Ocupação Beta transformou a escola em um espaço de crise social e de gestão do abandono estatal:

"Foi um momento conturbado. A escola já tinha um público grande, mas atendia especificamente alunos de bairros mais estruturados. Quando a ocupação chegou, veio muita gente de vários lugares do país, como São Paulo, Pernambuco, Bahia, e de todo o interior de Minas. Eles chegaram de forma abrupta, sem documentos, pois muitos fugiram sem avisos, e a escola teve que lidar com essa situação. A prefeitura de Belo Horizonte não atendia essas crianças, já que não tinham documentos, e a escola teve que recorrer a instâncias superiores para garantir a matrícula deles." (Versosa)

Essa fala revela a tensão entre a necessidade urgente de atender às crianças e as barreiras burocráticas que dificultam o acesso à educação. O processo de matrícula dessas crianças reflete um sistema que, embora formalmente inclusivo, exclui na prática, tratando-as como cidadãos de segunda classe, sem acesso garantido aos direitos fundamentais, como a educação. O relato de Regiani ilustra claramente a dinâmica de exclusão que ocorre dentro do próprio sistema educacional, em um contexto onde a burocracia estatal, ao invés de facilitar, reforça desigualdades. A metáfora da "gestão do abandono" sugere como a escola, ao lidar com a chegada dessas crianças, acaba se tornando um ponto de resistência contra uma estrutura estatal que omite as necessidades mais básicas dessas famílias.

A situação descrita também pode ser entendida à luz da teoria de Agamben (2005), que fala sobre o estado de exceção como uma condição em que as normas legais são suspensas, deixando indivíduos à margem dos direitos civis. No caso das crianças da Ocupação Beta, a ausência de documentos e a recusa do sistema educacional em atender a essas crianças ilustram esse "estado de exceção". A escola, então, precisa operar fora das normas estabelecidas para garantir que as crianças marginalizadas tenham acesso à educação.

Além disso, o fato de que os alunos não tinham documentos para matrícula e que precisaram de uma intervenção para garantir o acesso à educação, mostra como a biopolítica – o controle da vida das pessoas por meio de normas e documentos – se manifesta em contextos de exclusão. A escola, ao ser forçada a lidar com essas "exceções", se vê pressionada a equilibrar o cumprimento das normas burocráticas com a necessidade de atender uma população à margem.

Em outro momento, Regiani destaca a "carência como regra" na escola, não apenas para os alunos da Ocupação Beta, mas para todos os estudantes da instituição:

"A situação é sofrível. Temos problemas graves na escola e a atuação do estado é muito tímida. A escola precisa de mais apoio, principalmente nas questões básicas, como alimentação. Acho que poderia ter um olhar diferenciado para os alunos que chegam pela manhã; eles poderiam ser acolhidos com uma refeição, por exemplo."(Regiani)

A fala de Regiani aponta para uma falha do Estado em garantir as condições mínimas de sobrevivência e bem-estar dos alunos. A ausência de um "olhar diferenciado" para os estudantes em situação de vulnerabilidade é uma manifestação clara da omissão estatal, que ignora as necessidades básicas da população em situação de pobreza. Ao destacar a falta de uma refeição simples para esses alunos, Regiani está ressaltando o descompasso entre a proposta educacional e a realidade material das crianças que frequentam a escola. A escola, que deveria ser um espaço de acolhimento e cuidado, acaba por se tornar um reflexo de um sistema social que não oferece suporte para a vida dessas crianças fora do ambiente escolar.

Ao refletir sobre a escola pública nas periferias, Agamben (1998) argumenta que essas escolas, ao acolherem comunidades marginalizadas, não podem se limitar a manter a ordem social, mas devem se tornar agentes de resistência e transformação. A educação precisa ir além do ensino formal; ela deve servir como ferramenta de empoderamento e de valorização das histórias e identidades dos alunos.

Regiani também revela como, apesar das dificuldades estruturais e da carência de recursos, a escola Alfa, que atende aos alunos da Ocupação Beta, se destaca pela sua capacidade de acolhimento e pelo compromisso com a educação de qualidade. Ela

descreve a escola como uma "mãezona", simbolizando o cuidado e a atenção que a instituição dedica aos seus alunos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade.

No entanto, a fala de Regiani também expõe como a exclusão social é frequentemente naturalizada dentro do sistema educacional. A resistência enfrentada pelas famílias da Ocupação Beta para conseguir matrícula nas escolas municipais e a necessidade de utilizar "endereço de terceiros" refletem uma realidade em que a população marginalizada precisa operar fora das normas formais para garantir o acesso aos direitos básicos.

Os relatos apresentados destacam como o sistema educacional, ao invés de ser um espaço de inclusão e transformação social, muitas vezes acaba por reforçar a exclusão e as desigualdades. O Estado, ao negligenciar as condições de vida das populações mais vulneráveis, perpetua um ciclo de marginalização, que é refletido no próprio ambiente escolar. No entanto, como exemplificado pela escola Alfa e pela atuação de alguns educadores, é possível construir espaços de resistência, onde a educação se torna não apenas um meio de transmissão de conhecimento, mas também um instrumento de valorização das comunidades marginalizadas e de promoção de justiça social.

5.6 Os efeitos da exclusão

A exclusão social não se limita apenas à falta de recursos materiais ou à precariedade das condições de vida; ela também se reflete nas barreiras no acesso à educação de qualidade, o que contribui para a perpetuação das desigualdades ao longo das gerações.

No caso da Ocupação Beta, as experiências dos moradores evidenciam como a falta de acesso à educação, combinada com a marginalização social, cria um círculo vicioso de exclusão, no qual as oportunidades educacionais escassas dificultam a ascensão social e o desenvolvimento de habilidades essenciais para uma participação plena na sociedade. As narrativas dos moradores da Ocupação Beta ilustram como a exclusão social se entrelaça com a educação, criando uma realidade em que a falta de acesso à informação e ao aprendizado perpetua a marginalização. Este fenômeno é bem descrito por Bourdieu e Passeron (1990), que caracterizam a educação como um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais. Nesse sentido, a educação, ao invés de ser uma ferramenta de transformação, acaba reforçando as disparidades sociais,

perpetuando um sistema no qual as oportunidades são limitadas para aqueles que já estão em desvantagem.

Os trechos a seguir revelam a complexidade e os desafios enfrentados pelos alunos da Ocupação Beta, que, apesar de formalmente terem os mesmos direitos educacionais, muitas vezes se veem excluídos do pleno acesso a esses direitos por razões socioeconômicas e estruturais.

Você acredita que os alunos da ocupação têm os mesmos direitos garantidos que outros alunos da cidade? Se não, por quê? É... direito eles até têm, mas o acesso é que não. Por exemplo, tem um curso agora, o "Trilhas do Futuro". O menino está ali, no ensino médio. Ele até quer fazer um curso, mas tem que trabalhar à tarde, porque tem que trazer comida para dentro de casa junto com a mãe, que é mãe solo. E ele tem que fazer o papel de pai. Uma menina, por exemplo, tem que fazer o papel de mãe, porque a mãe sai para trabalhar, para cuidar dos irmãos pequenos. Então, as famílias são grandes, não são só de dois filhos. Às vezes são três ou mais. Se fosse só um, nem estariam morando aqui, mas estão morando com a mãe, com dois, três meninos... (Minervino)

São famílias numerosas, e o menino, às vezes, até tem a oportunidade de fazer um curso profissionalizante, mas não consegue. Ele tem direito, sim, ao curso, mas quando você vai lá e oferece algo, tipo "Trilhas", ou até um curso de teatro à tarde, ele diz: "Não posso ir. Tenho que ficar com minha irmãzinha. Não tem ninguém para olhar por ela." O vizinho que costumava ajudar mudou. E eu sei de muitos jovens que precisariam desses cursos, desse direito à educação, mas não podem. Às vezes, ele tem que trabalhar no Sacolão, e nem é com carteira assinada. Ele só vai garantir o café da manhã e a feira da família. (Minervino)

Está difícil. Eles têm o direito, mas não têm acesso a nada diferente. O governo poderia oferecer mais serviços, especialmente assistência social. Algo como um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), psicólogos dentro da escola. Eu acredito que a questão da dependência química é gigante nas famílias e nos

alunos, porque muitos têm pais alcoólatras, e a chance de seguir esse caminho também é muito grande. E isso gera muito sofrimento. (Minervino)

Tem menino que convive com as drogas desde criança, desde bebê. Quando a gente faz rodas de conversa na escola, dentro da sala, às vezes, você vê os alunos se emocionando, chorando, porque são questões muito profundas que eles carregam. Às vezes, eles ficam ofendidos achando que você não dá importância à situação deles. O que falta muito é suporte emocional. Às vezes o aluno está muito machucado psicologicamente. Se houvesse outros serviços, como acompanhamento psicológico ou um atendimento especializado, seria superútil. Isso faria uma diferença enorme. (Minervino)

Essa forma de exclusão é um exemplo claro do estado de exceção de Agamben (1998), no qual direitos reconhecidos não se traduzem em garantias práticas para certos grupos marginalizados. Os jovens da ocupação encontram-se numa condição de vulnerabilidade permanente, caracterizando-os como “vidas nuas” (p. 9), ou seja, sujeitos cuja existência é desprovida das proteções sociais e jurídicas efetivas, vivendo à margem da sociedade e dependendo, para a sua sobrevivência, de dinâmicas informais de trabalho e apoio familiar que substituem o papel do Estado.

A perspectiva da Biopolítica de Foucault (1978) reforça essa análise, pois permite entender como a gestão estatal da população decide quais vidas devem ser investidas e protegidas, e quais são deixadas à margem. O controle do Estado sobre esses jovens ocorre, principalmente, pela omissão de políticas que visem mitigar os fatores de exclusão, limitando o acesso a atividades que poderiam lhes dar maior autonomia, como os cursos oferecidos pelo programa Trilhas do Futuro que é uma iniciativa do governo de Minas Gerais, voltada para a educação profissional e a inclusão de jovens no mercado de trabalho. O objetivo principal do programa é oferecer formação profissionalizante e uma abordagem integral para estudantes do ensino médio, com o intuito de melhorar suas perspectivas de empregabilidade e estimular o desenvolvimento de habilidades que atendam às demandas do mercado. Assim, esses jovens acabam sendo regulados de forma indireta, vivendo sob as regras impostas pela necessidade econômica e pela precariedade

social, que restringem a sua liberdade e limitam seu potencial educacional e de desenvolvimento.

A Análise Crítica do Discurso ajuda a compreender como esses mecanismos de exclusão são reproduzidos na sociedade por meio do discurso da falta de “acesso” e da ausência de apoio à “família numerosa” ou ao “pai alcoólatra”. Os discursos escolares que ressaltam a “oferta” de cursos e o cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas que não abordam a infraestrutura necessária para que todos realmente possam usufruir dessas oportunidades, ilustram a naturalização das desigualdades. Esse tipo de discurso coloca a responsabilidade sobre o indivíduo e a família, ignorando as causas estruturais que impedem o acesso efetivo aos direitos.

Para garantir a inclusão real dos alunos da Ocupação Beta, é fundamental que se ofereça uma rede de suporte que transcenda a esfera educacional, como os serviços de assistência social oferecidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), atendimento psicológico e políticas de combate à dependência química. A ausência dessas intervenções aprofunda o ciclo de exclusão, perpetuando a marginalização. Somente ao enfrentar essas condições estruturais é que o Estado e a sociedade poderão, de fato, incluir esses jovens, permitindo-lhes ter um espaço educacional que não apenas reproduza, mas confronte as desigualdades.

Ao analisar as dinâmicas educacionais nas comunidades periféricas, torna-se evidente que a escola pública, muitas vezes, não reconhece a diversidade cultural e econômica de seus alunos, o que acaba por reforçar as desigualdades já presentes na sociedade. Esse fenômeno está diretamente ligado às relações de poder que permeiam o ambiente escolar, influenciando as práticas pedagógicas e a forma como os estudantes são tratados.

A escola pública, ao não reconhecer a diversidade cultural e econômica dos alunos, contribui para a reprodução das desigualdades sociais, refletindo o que Foucault descreve como um “jogo de poder” que molda as práticas educativas e reforça a hierarquia social (Foucault, 1980, p. 98). Dessa forma, a educação, ao invés de ser um espaço de emancipação, pode se tornar um meio de perpetuar a exclusão e a marginalização de certos grupos, reforçando as estruturas de poder já existentes.

O efeito do isolamento geográfico e social dos estudantes da Ocupação Beta e as consequências dessa exclusão no direito ao acesso à educação de forma equitativa ficam evidentes nos trechos de entrevista a seguir.

E os alunos da ocupação, eu sinto, assim, muito impacto sobre isso porque, muitas vezes, os alunos que não moram lá não sabem nem como que é, muitas vezes. Nunca nem entrou lá, então, às vezes, a gente recebe muitas perguntas sobre como é lá, como é morar lá. Também tem a diferença de locomoção, né? Porque, muitas vezes, eu chego atrasada e as meninas também que moram lá chegam atrasadas comigo e as pessoas ficam perguntando por quê. e então, eu sinto, assim, esse impacto, sabe?, de realidades diferentes. Eu sinto isso. (Lima)

A gente enfrenta muita dificuldade, principalmente na locomoção, pela falta de asfalto. E épocas de chuva, eu chego a faltar muito por conta de não conseguir vir para a escola por conta do barro e, tipo assim, quando temos que sair de casa, né? Nessa situação, a gente já sabe o que nós vamos enfrentar, então, a gente evita, acaba evitando até vir para a escola. e então, por causa de falta, geralmente, é, nós, alunos da ocupação da (Beta), a gente até brinca que vamos economizar faltas para, no final do ano, na época de chuva, a gente poder faltar. A gente brinca entre nós assim. Então é isso. Tem dificuldade com relação a, por exemplo, fornecimento de água. (Lima)

Falta muita água para nós e recentemente que colocaram a luz, mas, antigamente, nos gatos também faltava muito luz e eu já cheguei a faltar muito na escola por conta disso também. (Lima)

Sob a perspectiva do estado de exceção de Agamben (1998), os moradores da ocupação vivem em uma área à margem da cidade, onde direitos básicos, como transporte e infraestrutura urbana (asfalto, fornecimento regular de água e energia), são negligenciados, limitando suas liberdades e inserindo-os em um contexto de precariedade e vulnerabilidade contínuas. Assim, apesar de, tecnicamente, terem o direito do acesso à educação, esses estudantes são colocados em uma situação na qual o cumprimento desse direito é condicionado por fatores estruturais adversos, privando-os de uma cidadania plena (Agamben, 1998, p. 9).

A falta de acesso à infraestrutura básica perpetua o controle indireto sobre esses jovens, uma vez que sua exclusão é mantida pelas condições materiais do espaço onde vivem. Essa “gestão da vida” ocorre quando o Estado decide, por ação ou omissão, quais territórios e quais populações serão priorizados e quais serão marginalizados (Foucault,

1978). Os estudantes mencionaram a falta de asfalto, que os impede de chegar à escola durante períodos chuvosos, e a ausência de oferta de água e luz com regularidade, o que também impacta sua capacidade de frequentar a escola. Estes são exemplos claros de como o Estado mantém um controle indireto sobre a frequência e as condições de estudo dessa comunidade.

A ADC possibilita examinar a forma como essas desigualdades são naturalizadas na linguagem cotidiana dos alunos, que mencionam o “impacto das diferentes realidades” como algo esperado. A linguagem que revela a “brincadeira” sobre economizar faltas para o período de chuvas mostra que a exclusão, além de ser material, também se torna um elemento culturalmente incorporado à identidade da ocupação, na qual a “ausência” é vista como inevitável. Esse discurso legitima a exclusão ao internalizar a falta de acesso como parte da rotina, o que serve para reforçar a visão de que a ocupação e seus moradores estão fora do alcance da atenção e da responsabilidade do poder público.

A integração e o acesso real à educação para esses alunos requerem uma mudança estrutural que ofereça transporte regular, infraestrutura adequada e serviços básicos. A ausência desses serviços reforça o status dos moradores da Ocupação Beta como “vidas nuas” cujos direitos são reconhecidos, mas que carecem de garantias efetivas.

5.7 O papel do Estado

O papel do Estado nas comunidades marginalizadas é frequentemente marcado por uma lógica de controle e regulação das vidas de seus habitantes, muitas vezes sem considerar as especificidades dessas populações. Esse processo de marginalização não se limita à falta de recursos ou à ausência de políticas públicas adequadas, mas envolve uma forma mais sutil e estrutural de poder, que se manifesta na forma como as vidas desses indivíduos são administradas e regulamentadas.

No caso da Ocupação Beta, por exemplo, o Estado exerce um biopoder que não só negligencia as necessidades básicas da comunidade, mas também transforma a escola em um mecanismo de controle social. O Estado, ao marginalizar comunidades como a Ocupação Beta, exerce um biopoder que regula e controla as vidas de seus habitantes, conforme a análise proposta por Foucault (1976), transformando a escola em um espaço de controle social. Nesse sentido, a escola, em vez de ser um espaço de emancipação e transformação, se torna um local onde as desigualdades sociais são reproduzidas e as

relações de poder são institucionalizadas, moldando as vidas dos alunos de acordo com as necessidades e interesses do Estado.

O entrevistado identificado como VICE ilustrou como a experiência dos alunos da Ocupação Beta reflete dinâmicas de controle, discriminação e vulnerabilidade em relação às autoridades.

Pesquisador: você já testemunhou situações em que os alunos da ocupação Beta foram tratados de forma desigual por autoridades policiais, assistentes sociais ou qualquer tipo de pessoa investida de alguma autoridade pelo Estado ou pela própria escola?

Pela escola não, mas agora, eu volto a falar enquanto pessoa negra de comunidade carente, o tratamento é diferenciado. Não para perguntar, não para, para conversar. Já chega na intimidação, nos cascudo, nos tapa no pé do ouvido. Às vezes não tem esse tapa no pé do ouvido, mas tem a mão na parede, que é muito constrangedor também, né? A pessoa ‘tá passando, põe na parede aí, mão na cabeça. Encosta na parede, entendeu? Então, assim, às vezes, não tem nada. A maioria das vezes não tem nada, mas tem que passar para que, constrangimento. Eu já, já passei para aluno nessa situação, dele abaixar a cabeça e ficar assim depois falar:.. nossa, viu professora?, eu ‘tava fazendo nada. Só ‘tava passando, ‘tava indo na padaria. (VICE)

O conceito de estado de exceção refere-se ao mecanismo pelo qual o Estado suspende os direitos e cria “zonas de exclusão” em que certos grupos ficam mais sujeitos a controles e punições arbitrárias. Nesse relato, o tratamento diferenciado por parte das autoridades para com os estudantes da Ocupação Beta exemplifica essa exclusão; eles são rotineiramente abordados com violência e intimidação, ainda que não estejam cometendo infrações, apenas “passando” em locais públicos. A normalização dessas abordagens evidencia como os jovens da ocupação são colocados em uma posição de excepcionalidade, em que os direitos básicos à integridade e à dignidade são relativizados, manifestando-se em práticas de intimidação e violência simbólica e física.

O controle exercido pelo conjunto de práticas que Foucault definiu como biopolítica é visível na abordagem discriminatória que esses jovens enfrentam por parte das

autoridades, os quais enxergam esses indivíduos — particularmente os jovens negros de comunidades periféricas — como objetos de vigilância constante, exercendo um controle disciplinar sobre seus movimentos e, até mesmo, suas posturas (“mão na parede, mão na cabeça”). Essa prática biopolítica contribui para a construção de uma hierarquia social que classifica alguns corpos como passíveis de suspeição permanente, aumentando o grau de marginalização e reforçando estigmas raciais e de classe.

A forma como o entrevistado descreveu a abordagem dos alunos revela como discursos sobre “periculosidade” e “criminalidade” são aplicados a determinados corpos, especialmente de jovens negros e moradores de comunidades carentes. O uso de termos como “mão na cabeça” e “encosta na parede” reflete a prática de sujeitar esses jovens a atos de submissão e mostra como o discurso de controle se materializa nas abordagens e no tratamento desrespeitoso e intimidatório. Esse discurso perpetua a noção de que esses corpos são alvos naturais da autoridade, reafirmando e naturalizando a violência institucionalizada contra grupos marginalizados.

A análise do depoimento demonstra que o tratamento desigual enfrentado pelos alunos da Ocupação Beta não é um evento isolado, mas uma prática sustentada por discursos e práticas biopolíticas que objetificam e discriminam os jovens periféricos, especialmente negros, por meio de um estado de exceção informal, em que os direitos são suspensos seletivamente. A experiência de constrangimento e intimidação relatada pelo entrevistado reflete uma estrutura de controle social que invisibiliza as necessidades desses jovens, enquanto impõe-lhes estigmas e tratamentos punitivos, muitas vezes injustificados, gerando uma experiência contínua de exclusão e reforçando desigualdades. Como argumenta Galtung (1969), "a ausência de políticas públicas efetivas para a educação nas periferias reflete uma 'violência estrutural,' onde a falta de recursos se torna um instrumento de exclusão" (p.171).

Os impactos do chamado estado de exceção na relação entre o poder público e os alunos da Ocupação Beta, que vivem à margem de um sistema de direitos e assistência que deveria estar acessível a todos, foram mencionados pelo entrevistado PEB2.

Pesquisador: bom, então, um pouquinho, agora, da atuação do Estado, tá? Como você avalia a presença do estado no cotidiano da escola? Você acha que ele oferece o suporte necessário para atender os alunos da Ocupação Beta? (PEB2)

Com certeza não, né? Eu acho que o estado aí peca muito nisso porque, como eu acabei de falar, a galera é carente e acaba que a escola vira referência deles. e então, eu acho que o Estado deveria ter uma ação mais efetiva, considerando que o nosso público é diferente. Mas eu não enxergo ações diferenciadas do Estado com relação a isso. Eu acho que, sei lá, tipo, eu acabei de falar que essa coisa de uniforme, em questão de tênis, de chinelo, enfim, bonés, coisas que, sei lá, alimentação. Às vezes, o menino anda, sei lá, 40 minutos para chegar na escola. Eu acho que, por exemplo, deveria ter, sei lá, um café para os meninos quando eles chegam, só que isso demanda verba, enfim, a gente sabe que demanda um monte de coisa, então, acho que o Estado não não tem atuado não. (PEB2)

Com certeza acredito que o Estado tem sido omissos aí, nos seus, nos seus papéis, ainda mais o Estado, que fala muito inclusão, não sei o quê, pererê pororó. É tudo na teoria porque, na prática, trata todo mundo como se a gente fosse uma escola referência e a gente não é. Então, deveria ter um olhar diferenciado. Não no sentido de cobrança igual, mas de suporte do Estado pra atender, sei lá, como projetos e verbas diferenciados a nossa clientela, isso aí. Eu não vejo, então, omissão, né? (PEB2)

Mas, na vida real não. Lá a galera não tem nada, né? Estado é bastante omissos e os meninos têm problemas lá, sei lá, de asfalto, luz. Uma, um dos problemas aqui mesmo do bairro, o pessoal reclamando que a invasão rouba luz, mas a luz não chega lá. Então. Os caras não têm que fazer isso. Como é que eles vão fazer? Então a, o estado, claro que não exerce seu papel. Meio que jogou a galera lá e o povo deixou, enfim e, depois, não dá o suporte, já que já nem é mais uma ocupação, já é uma cidade. Então, deveria o estado levar os mesmos serviços que leva para os outros lugares. Então, também não vejo esse papel do Estado lá, atuando. Então, os meninos não têm, com certeza, os direitos deles garantidos. (PEB2)

O estado de exceção, que coloca determinados cidadãos fora dos dispositivos legais de proteção e ignora seus direitos normativos, está claro nas observações do entrevistado PEB2, que destaca como o Estado brasileiro negligencia o suporte necessário para os estudantes da Ocupação Beta, relegando-os a uma condição de invisibilidade, mesmo dentro do sistema educacional formal. A ausência de políticas adequadas — como fornecimento de alimentação e transporte, elementos básicos para uma experiência escolar digna — coloca esses estudantes numa posição em que direitos são tratados como privilégios, e o Estado se isenta de sua função de garantir-lhes os direitos fundamentais.

A concepção de Michel Foucault (1976) sobre biopolítica aborda o controle e a regulamentação da vida de populações inteiras, apontando que o Estado intervém seletivamente sobre certos grupos para garantir a “ordem” e a “saúde” do corpo social.

Na fala do entrevistado PEB2, percebe-se como a vida dos alunos da Ocupação Beta é negligenciada pelo Estado, que deveria atuar promovendo o bem-estar e a inclusão desses jovens marginalizados. No entanto, a omissão em relação a direitos básicos, como infraestrutura e segurança no bairro, e o estigma de “invasores” reforçam uma lógica biopolítica de exclusão, na qual esses indivíduos são vistos não como cidadãos a serem assistidos, mas como “problemas” a serem controlados. Isso desvela uma hierarquia segundo a qual as necessidades e os direitos dos alunos da ocupação são ignorados em favor de um controle indireto, que mantém essa população em um estado de vulnerabilidade e exclusão.

Fairclough (1992) sugere que o discurso público e institucional revela as relações de poder e as ideologias subjacentes. Ao afirmar que o Estado “não enxerga ações diferenciadas” e que a inclusão é “tudo na teoria”, o entrevistado denuncia uma disparidade entre o discurso oficial e a prática concreta. No plano discursivo, o Estado professa o valor da inclusão e da igualdade, mas, na prática, suas ações (ou a falta delas) sugerem que os alunos da ocupação não são uma prioridade. Essa distância entre discurso e prática reflete o funcionamento de uma ideologia que marginaliza esses alunos, revelando uma estrutura de poder que mantém suas necessidades invisíveis ao ignorar as particularidades de sua situação socioeconômica e cultural.

Fica, assim, evidente que, enquanto o Estado projeta uma imagem de inclusão, suas práticas omissas criam um estado de exceção para os alunos que residem na Ocupação Beta, perpetuando sua vulnerabilidade e marginalização. O Estado falha em fornecer o suporte necessário, como alimentos, infraestrutura e acolhimento

diferenciados, o que reafirma a exclusão desses estudantes e perpetua uma estrutura biopolítica de controle e desamparo. O entrevistado foi preciso ao destacar o paradoxo entre o discurso e a prática estatal, denunciando o abandono e a omissão do poder público em garantir direitos fundamentais para esses jovens e sinalizando a necessidade urgente de políticas públicas efetivas que considerem as realidades e as necessidades dessas populações marginalizadas.

5.9 Frases sobre a resiliência da comunidade

Nas comunidades marginalizadas, como a Ocupação Beta, a resistência surge não apenas como uma reação individual, mas como um movimento coletivo que reflete as experiências compartilhadas de exclusão e injustiça. Esse processo de resistência é fundamental para a construção de uma identidade comunitária, em que as adversidades e os desafios enfrentados se transformam em ações coletivas voltadas para a conquista de direitos e a melhoria das condições de vida.

A força dessa resistência é alimentada pela vivência comum da marginalização, tornando-se uma forma de luta por reconhecimento e dignidade. A resistência da comunidade da Ocupação Beta é uma forma de subjetividade coletiva, na qual as experiências compartilhadas de exclusão se transformam em ações coletivas pela reivindicação de direitos, ecoando a ideia de resistência de Foucault (1980). Nesse sentido, a resistência não é apenas uma oposição ao poder dominante, mas uma afirmação da capacidade de agir e de transformar a realidade, baseada na união e na solidariedade entre os membros da comunidade.

A análise dos depoimentos, à luz das teorias do estado de exceção, da biopolítica e da Análise Crítica do Discurso, revela uma complexa narrativa de resistência e marginalização, em que os sujeitos enfrentam ameaças e exclusões tanto em âmbito social quanto institucional, como se observa nos seguintes trechos de entrevista.

A gente tinha risco. Eu cheguei a entrar para a liderança ali em 2015, convidado para ser líder, para participar das, das reuniões com o Estado. Cheguei, aí, em algumas reuniões, cheguei a participar de algumas reuniões. Os meus filhos eram, eles pegavam meus filhos e levava para uma casa de apoio que tem lá na Savassi, onde fica uma casa onde as mulheres são vítimas de violência doméstica que o Estado acolhe lá. e então, meu, acho que ele ficava lá enquanto reuniões

aconteciam e eu participava, mas, aí, com a demanda da criminalidade crescendo ali dentro, dos jovens, começou a haver muita ameaça para liderança comunitária. O Manoel, Bahia, o Cadu. São pessoas que, no meu ver, foram grandes, grandes líderes assim. Eles tinham uma gestão de conseguir entrar na mente da população para a organização. (Nunes)

O Cadu sempre orientando os moradores sobre como deveria ser para colocar no nome nas ruas. e então, assim, esses foram os maiores, as maiores, vamos dizer que eles foram vítimas também. Como foram, ahm, autores, né?, das suas próprias, onde chegou. Não que eu não ‘tô falando, assim, que eles não caçaram a morte. Mas é porque o tráfico, ele ‘tava demais, entendeu? E a gente sabe que foi um motivo da morte deles. Era o tráfico no meio, ali, da comunidade, que dominou, ficou dominando ele, que tinha muita gente que usava droga. Eu não uso. Não tenho contato com droga, não sou usuário. Nunca usei droga nenhuma, né? Maconha, nem bebida alcoólica, nada, mas a gente vê as outras pessoas, a gente vê as coisas, a gente não,, É sério, né? Acabava que isso aí era uma, eu acho que foi o maior problema ali da comunidade, foi isso, o tráfico de droga. (Nunes)

Pesquisador: como é que a ocupação foi recebida pela vizinhança e pela sociedade em geral? Mais pela vizinhança, né? Que vocês estão aqui perto. Como o Bairro recebeu vocês?

No bairro falavam que nós era invasão, né? Ele mora lá na invasão. Do nosso do, como a eu já tina falado não era uma invasão não. É uma ocupação. Aí, quando a gente procurar conhecer a história, você ver que lá não é a mãe em casa, eu entendi assim, o MST, junto com outras pessoas que tinha necessidade de moradia, que era eu e mais um tanto de gente e a gente precisava de uma resposta imediata do governo, porque eu não queria virar moradora de rua. Nunca foi. Eu não queria deixar meus filhos em abrigos, nem entregar para o governo, né? Julie, por exemplo, se nascesse no hospital, se eu não ‘tivesse ali como uma, uma referência, meu desespero era tanto que eu falei: eu vou entregar a Julie lá no hospital para eles. (Nunes)

Cuidado, mas eu não queria isso. O tanto que eu busquei alternativas que foi lá, então, ele... Para mim não era uma invasão. Para mim não era e a discriminação era essa, as pessoas olhar para a gente como invasora e não era. A gente não 'tá invadindo. A gente só quer um lugar para a gente poder criar, eu creio que muitas outras mães, era um lugar para ter um lugar para os filhos. Tem uma entrevista minha junto com as meninas do, da PUC, 'tá até no YouTube. Você pode ver lá. Tive uma roda de conversa sobre como era ocupação, que cada mãe ali 'tava esperando. Se você vê lá, você vai ver cada pessoa ali, cada pessoa ali fala da sua história, o quê que elas estavam esperando daquela comunidade, para entregar para, justamente, para o juiz da vara da família, para que a gente quebrasse nossa a, o, a ordem de despejo porque a gente não era invasor. A gente era famílias que estavam precisando. Eu, eu 'tava no meio desse povo. Eu precisava de um lugar para me abrigar. Eu sei que eu tenho família, mas eu não sou, eu sei que ninguém é obrigado a carregar uma carga que eu mesmo busquei com a minhas próprias mãos, entendeu? (Nunes)

Ao relatar que os moradores da ocupação eram vistos como "invasores" pela vizinhança e que líderes comunitários foram vitimados pela violência, a entrevistada demonstrou como esses indivíduos vivem em um contexto de "exceção", em que sua existência é, em certa medida, criminalizada. A descrição do risco e da discriminação vivenciada pela comunidade demonstra como o Estado e a sociedade mantêm esses indivíduos em um limbo jurídico e social, excluídos da proteção básica e dos direitos que deveriam ser garantidos a qualquer cidadão. Essa exceção fica ainda mais evidente nas tentativas de lideranças comunitárias de engajar o Estado para garantir os direitos básicos da comunidade, um esforço continuamente ameaçado pela violência e pela falta de amparo.

No depoimento, a referência aos filhos levados para uma casa de apoio enquanto o entrevistado participava de reuniões com o Estado ilustra como o governo utiliza instituições de cuidado para monitorar e controlar populações vulneráveis, como mulheres vítimas de violência doméstica e, nesse caso, os filhos de lideranças comunitárias. Isso evidencia um sistema em que o cuidado se mistura ao controle e no qual certos corpos são vistos como "passíveis de controle" e proteção somente quando em

espaços específicos designados pelo Estado. A biopolítica está presente ainda na exclusão percebida pela comunidade, em que os moradores enfrentam a ameaça de despejo, indicando que o Estado administra a vida dessas populações, porém, limitando seu acesso aos espaços e recursos da cidade, restringindo, assim, seu direito de existir e criar raízes em determinadas áreas urbanas.

A expressão da entrevistada em relação ao termo “invasores” revela o estigma associado à ocupação de um espaço urbano por aqueles que, muitas vezes, são economicamente desfavorecidos. Ao serem rotulados como “invasores”, a sociedade e as estruturas de poder reforçam uma narrativa de criminalização e ilegitimidade da existência dessas pessoas no território. Este rótulo, criticado pelo entrevistado como uma forma de desumanização, revela a maneira como o discurso de ocupação é utilizado para justificar a negação de direitos e sustentar práticas de exclusão. Por meio da ACD é possível observar como o estigma associado ao termo “invasão” estabelece uma fronteira discursiva entre quem pertence à sociedade e quem é considerado “inimigo” do espaço social.

O depoimento desse entrevistado evidencia a luta contínua da comunidade para conquistar um espaço seguro para viver, resistindo ao estigma social, à violência e à negligência do Estado. Ele aponta como, em meio a uma exclusão institucionalizada, essas pessoas buscam alternativas para afirmar sua dignidade e resistir à categorização como “invasores”, tentando garantir um futuro mais justo para suas famílias. A análise das teorias aplicadas demonstra como o Estado e a sociedade impõem barreiras legais e sociais, criando uma “exceção” para a vida dessas pessoas. O depoimento revela um apelo por reconhecimento e pela dignidade que a biopolítica e o estado de exceção negam, perpetuando um discurso que distancia ainda mais essas famílias dos seus direitos fundamentais.

5.10 A importância da inclusão

A inclusão no sistema educacional é frequentemente compreendida, de forma reducionista, como um simples acesso dos alunos a uma instituição de ensino, sem considerar as dimensões mais amplas de integração e reconhecimento das diversidades que essas populações trazem consigo.

No entanto, para que a educação seja realmente inclusiva, ela deve ir além da mera matrícula escolar e abraçar as experiências, as histórias de vida e as culturas das comunidades marginalizadas. Nesse contexto, é fundamental que a escola se transforme em um espaço de acolhimento, onde as diferenças sejam não apenas reconhecidas, mas também celebradas, para que todos os estudantes possam se sentir valorizados e respeitados em suas identidades. "A verdadeira inclusão educacional vai além do simples acesso à escola; implica reconhecer e valorizar as experiências e a cultura das comunidades marginalizadas", Banks (2006) argumenta que a inclusão educacional verdadeira não se limita ao simples acesso à escola, mas envolve o reconhecimento e valorização das culturas e experiências das comunidades marginalizadas.

Assim, a escola não deve ser vista apenas como um local de transmissão de conhecimento acadêmico, mas como um espaço vital de construção de uma sociedade mais justa e plural, onde a diversidade cultural seja um dos pilares centrais para o aprendizado e para a transformação social.

O entrevistado identificado como Gianini fez uma reflexão importante sobre as mudanças no perfil do público atendido pela escola estadual que atende à ocupação, especialmente em relação à diversidade, mas também apontou para a falta de uma abordagem mais atenta em relação às questões sociais e culturais dos alunos.

Ó, muita turma predominantemente branca. Eu já peguei e, aí, eu percebi uma mudança. A questão da diversidade do público que a escola atendeu mudou de uma maneira muito expressiva. É como eu disse anteriormente. A gente tinha um público na escola que era um público que a gente identificava de uma maneira mais fácil. (Gianini)

A escola é uma instituição orgânica. Ela 'tá sempre se modificando e, às vezes, a gente não olha para esse público com o olhar mais atento e eu falo um olhar mais atento não é só no aspecto social, não é no aspecto, às vezes, até cultural também. Eu vejo a escola como um ponto de referência dentro de uma comunidade, dentro de uma comunidade de maneira geral e a gente, por mais que a gente se esforce, eu acho que os nossos problemas nos impedem, às vezes, de dar um passo à frente no seu, é, oportunizar para esses jovens experiências que eles, até o momento, não

têm e eu acho que a escola peca nesse aspecto e a gente pode sempre fazer mais. Eu sempre, eu acredito muito na escola para pensar sobre acolhimento. (Gianini)

Gianini começou por destacar uma mudança perceptível na composição do corpo discente, com um aumento da diversidade, comparado a uma época em que a escola atendia, majoritariamente, alunos de perfil "mais fácil de identificar", o que sugere um público mais homogêneo, possivelmente de origem predominantemente branca.

Essa referência à "diversidade do público" permite refletir sobre a dinâmica de transformação das escolas públicas que, muitas vezes, passam a atender, de maneira mais evidente, comunidades marginalizadas, como as ocupações ou bairros periféricos, cujos alunos podem trazer consigo não só questões sociais, mas também culturais e identitárias diferentes do público tradicionalmente atendido pelas instituições educacionais.

Entretanto, ao reconhecer a mudança, Gianini também apontou a falta de um "olhar mais atento" da escola para essas novas realidades, sugerindo que a instituição ainda carece de uma compreensão profunda das especificidades dos alunos que atende. Essa falta de um olhar atento é identificada não só no aspecto social, mas também no cultural, o que revela uma limitação da escola em lidar com a diversidade de forma holística. A fala sobre o "olhar atento", que se refere a um processo de inclusão, revela que a escola ainda não se adapta completamente ao novo perfil de seu público. A declaração de que "a escola peca nesse aspecto" demonstra uma autoconsciência da instituição quanto às suas falhas em atender adequadamente à diversidade que deveria ser abraçada e entendida como parte de um processo de inclusão real e não superficial.

Quando essa(e) entrevistada(o) mencionou que "os nossos problemas nos impedem de dar um passo à frente" também sugeriu que as dificuldades estruturais e financeiras da escola são fatores limitantes para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e acolhedoras.

Esse reconhecimento é crucial, pois expõe uma das maiores contradições das escolas públicas, isto é, mesmo quando há o desejo de promover um ambiente mais inclusivo e acolhedor, as condições materiais e as políticas educacionais frequentemente não são suficientes para garantir que esses objetivos sejam atingidos de maneira efetiva.

Ao dizer "a gente pode sempre fazer mais", expressou uma esperança na mudança e uma crítica à falta de ações concretas que poderiam transformar a realidade dos alunos,

especialmente os de contextos vulneráveis. Isso nos faz pensar na necessidade de ir além do discurso de inclusão e realmente transformar a escola num espaço que valorize e reconheça as experiências e vivências desses alunos.

Em uma análise mais crítica, a fala de Gianini também pode ser entendida à luz da teoria de Michel Foucault (1976), que vê a escola como um espaço de biopoder, no qual normas e comportamentos são moldados, e da crítica de Bourdieu (1983) sobre como as instituições educacionais, muitas vezes, reproduzem as desigualdades sociais e culturais.

O “olhar mais atento” que Gianini menciona pode ser interpretado como uma necessidade de revisar as práticas pedagógicas que, muitas vezes, não consideram a diversidade cultural e social dos alunos, mas sim impõem um padrão homogêneo que acaba por excluir os que não se ajustam a esse modelo. A escola, ao não olhar para as diferenças e realidades dos alunos de maneira efetiva, acaba por reforçar a desigualdade, em vez de promover uma verdadeira transformação na vida desses estudantes.

O desejo de Gianini de "fazer mais" precisa, portanto, ser acompanhado de uma análise crítica das práticas pedagógicas e da estrutura da escola para que a inclusão seja, de fato, um processo que vai além de uma simples adaptação superficial, mas que provoque mudanças profundas nas relações de poder e nas práticas educacionais.

Por fim, a fala de Gianini, que sugere um esforço contínuo para acolher os alunos e dar-lhes experiências transformadoras, toca em uma questão central: a educação deve ser um ponto de referência, mas também um espaço que desafie as desigualdades sociais, culturais e econômicas. É necessário que a escola não apenas acolha, mas também atue de forma ativa na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, reconhecendo os desafios específicos de seus alunos e trabalhando para superá-los de maneira estruturada e eficaz.

5.11 Caminhos para a transformação

A escola pública, como instituição responsável pela formação e socialização das futuras gerações, deve ser vista como um espaço crucial para a promoção da justiça social e da igualdade. No entanto, para que cumpra, de fato, sua função social, é necessário que a escola vá além da simples transmissão de conteúdos acadêmicos e se comprometa ativamente com a superação das desigualdades que permeiam a sociedade.

Nesse sentido, a educação precisa ser um instrumento de transformação social, capaz de reconhecer as diferentes realidades dos alunos e agir como um agente de mudança. Como argumenta Freire (1996) destaca que, para que a escola pública cumpra efetivamente sua função social, é essencial que ela reconheça as desigualdades estruturais e adote práticas pedagógicas inclusivas e transformadoras. A proposta de Freire envolve uma educação que não apenas ensina, mas que também emancipa, colocando os estudantes como sujeitos ativos de sua própria aprendizagem e construção de cidadania.

O entrevistado Minervino trouxe uma visão de colaboração e integração entre a escola e a comunidade da ocupação, mas, ao mesmo tempo, traz à tona questões mais profundas sobre as relações de poder, a exclusão social e as dinâmicas de controle que moldam essas interações.

Que a gente faz junto e que leva lá e tanto que recebe eles também, né? A própria reunião da Urbel eles usam aqui. Nossa quadra, nosso material, nosso microfone. Nossa caixa de som, inclusive. Então, assim, é, o tempo todo a gente fazer ações junto e também ser inseparável, né? A gente, como lidar na nossa logística do dia a dia, né? E com eles, é o tempo todo, o tempo todo, não para, né? Antes era muito mais e hoje..., mas eles já consideram a escola, eu acho que sim, uma extensão da casa deles, né? Quando a gente abre para evento mesmo, vem muito menino, muito pai, então, beleza. A gente, acho que, é, hoje em dia, a gente já consegue ser uma comunidade escolar mais integrada. (Minervino)

A ênfase no "fazer junto" e na ideia de que a escola se tornou "uma extensão da casa" sugere uma tentativa de superação das barreiras institucionais que historicamente separaram a escola da comunidade. Esse processo de aproximação pode ser analisado à luz da biopolítica de Foucault (1976), que vê a escola como uma instituição responsável não só por educar, mas também por moldar e regular a vida dos indivíduos. Ao se tornar "parte da casa" dos moradores, a escola poderia estar, paradoxalmente, reforçando a normalização e a disciplina, ao mesmo tempo em que tenta ser um espaço de acolhimento e resistência às práticas excludentes.

Além disso, a ideia de uma comunidade escolar mais integrada também pode ser interpretada como uma tentativa de "desnaturalizar" a exclusão, como propõe Agamben

(2005), que descreve a marginalização de certos grupos como uma forma de biopoder, onde o Estado e suas instituições agem de maneira a despojar indivíduos de seus direitos e dignidade.

Nesse sentido, a integração da escola com a comunidade pode ser vista como uma resistência à lógica do estado de exceção, em que os moradores da ocupação, historicamente vistos como "vidas nuas", lutam para ser reconhecidos e valorizados. A escola, ao se tornar parte desse movimento de resistência, busca transformar-se em um espaço de resistência ao biopoder, ajudando a integrar os moradores da ocupação ao sistema educacional e social mais amplo.

A menção à "logística do dia a dia" também ressoa com a crítica de Fairclough (1992), que analisa como as práticas discursivas e sociais são moldadas por desigualdades estruturais e relações de poder. A escola, ao lidar com as dificuldades diárias de infraestrutura e recursos limitados, não está apenas tentando superar obstáculos materiais, mas também enfrenta um campo simbólico e ideológico que reforça a exclusão social.

A dificuldade em manter uma integração contínua pode ser vista como um reflexo das tensões entre o discurso de inclusão e a realidade da falta de recursos que, segundo Fairclough, perpetuam a desigualdade e impedem a plena implementação de políticas educacionais inclusivas. Assim, a fala de Minervino, apesar de indicar avanços na relação entre a escola e a comunidade, também revela as limitações impostas por uma estrutura social e educacional que ainda reproduz práticas de exclusão e marginalização.

Nas fotografias 8,9,10,11,12 e 13 apresentamos cenas corriqueiras do cotidiano da ocupação Beta.



Fotografia 8, 9, 10, 11, 12 e 13: Imagens da ocupação. Foto do autor (2024)

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste estudo buscou-se compreender como as relações entre uma comunidade carente, representada pela Ocupação Beta, e a escola pública que atende a seus moradores refletem as limitações e os desafios de uma estrutura estatal que deveria promover a justiça e a igualdade social, mas que, como evidenciado, acaba por perpetuar dinâmicas de exclusão e dependência. Os achados revelam que a escola desempenha uma função que vai muito além do seu papel educacional formal, assumindo responsabilidades que caberiam ao Estado em sua capacidade de garantir direitos sociais fundamentais. Essa situação leva a uma reflexão profunda sobre a capacidade limitada da escola de oferecer um ambiente transformador e acolhedor como instituição de apoio social, mas que, por si só, não pode resolver as demandas amplas e estruturais que afetam a comunidade da ocupação. A partir das contribuições teóricas de Foucault, Agamben e Weber, é possível entender que a escola atua em uma posição ambígua, servindo tanto como suporte quanto como reforço de uma estrutura social que priva essa população de seus direitos essenciais e de uma educação de qualidade.

Considerando a perspectiva biopolítica de Michel Foucault, observa-se que a escola assume um papel que vai além do ensino, atuando como um espaço de controle e cuidado sobre a população, numa forma de biopoder que administra a vida dos alunos de maneira que a própria comunidade se torna dependente de seus serviços (Foucault, 2008).

Essa dinâmica revela uma administração da vida que, em vez de promover emancipação, frequentemente limita o desenvolvimento de uma consciência crítica e de uma independência real, criando uma relação de dependência que é muito mais prejudicial a longo prazo. Embora o suporte básico fornecido pela escola seja essencial, para que realmente ajude a transformar a realidade dos alunos da Ocupação Beta, é necessário que as ações do Estado não apenas complementem o trabalho da escola, mas também que promovam programas e investimentos em infraestruturas de apoio que possibilitem uma melhoria significativa nas condições de vida.

Para tanto, é imprescindível que o Estado vá além do papel de vigilância e assistência parcial, assumindo suas responsabilidades como provedor de um ambiente de vida digno para todos os cidadãos, garantindo o acesso a direitos básicos, como saúde, alimentação e moradia.

Nesse contexto, Giorgio Agamben (2004) oferece o conceito de estado de exceção, que nos ajuda a entender que a escola acaba se tornando uma zona de aplicação diferenciada da lei, onde os direitos dos alunos da Ocupação Beta não são garantidos da mesma forma que em outros contextos mais favorecidos. Essa “suspensão” de direitos fundamentais cria uma situação em que a escola, mesmo assumindo funções que vão além do seu propósito institucional, não é suficiente para cobrir todas as necessidades da comunidade, pois lhe faltam a estrutura e o respaldo do Estado. Isso significa que, para romper com essa lógica, o Estado deve considerar a ocupação e outras comunidades em situação de vulnerabilidade como territórios que exigem políticas públicas adaptadas e sustentáveis, que assegurem o cumprimento de direitos, como educação, saúde e moradia, de maneira igualitária. Como alternativa, sugere-se a criação de um programa de apoio específico para escolas situadas em regiões de ocupação, com a oferta de mais verbas, capacitação profissional para os docentes e a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e integradoras que respeitem e valorizem a cultura local.

Max Weber, em sua Teoria da Administração Pública, argumenta que o Estado moderno deve operar sob os princípios de eficiência, impessoalidade e equidade, atendendo a todos os cidadãos de maneira justa e organizada (Weber, 1964). No entanto, o que vemos na relação entre a Ocupação Beta e a escola é uma falha no sistema burocrático, em que o ideal de imparcialidade é comprometido pela escassez de recursos e pela ausência de um atendimento especializado que leve em conta as especificidades do contexto social e econômico dos alunos. O Estado, ao não garantir a infraestrutura necessária para que a escola cumpra seu papel, acaba criando uma situação em que a instituição se vê sobrecarregada e, conseqüentemente, incapaz de oferecer o atendimento ideal. Essa sobrecarga pode ser mitigada por meio de uma política de suporte contínuo, que forneça recursos e amplie a assistência em diferentes áreas, tais como transporte, alimentação e saúde, de forma a reduzir as dificuldades enfrentadas pelos alunos da ocupação. Além disso, é fundamental que o Estado promova uma reestruturação das políticas educacionais e de assistência social, estabelecendo diretrizes específicas que visem à redução das desigualdades e à promoção da justiça social.

Para que a escola deixe de ser um espaço de controle e passe a atuar como um verdadeiro ambiente emancipador, é necessário que o Estado invista em programas de inclusão social e econômica que estejam alinhados com as necessidades da comunidade. Além disso, o apoio a projetos educativos que promovam a conscientização e a

valorização da identidade dos alunos pode contribuir para a criação de uma comunidade escolar mais forte e integrada. A escola, nesse contexto, pode, então, adotar metodologias pedagógicas que busquem a valorização cultural e a formação crítica dos alunos, promovendo uma educação que reconheça as especificidades e os desafios enfrentados pela comunidade. Para alcançar esse objetivo, o Estado deve fornecer não apenas verbas, mas também programas de capacitação contínua para os educadores, de modo que eles estejam preparados para lidar com a diversidade e a complexidade do contexto em que atuam.

A análise das relações entre a comunidade da Ocupação Beta e a escola pública que a atende evidencia a complexidade do papel da educação em contextos de vulnerabilidade social. Esta pesquisa revelou que, embora a escola assuma funções que vão muito além do ensino formal, oferecendo suporte emocional, psicológico e até social aos seus alunos, ela ainda enfrenta desafios estruturais que limitam sua capacidade de promover uma verdadeira transformação na vida da comunidade. A biopolítica, conforme Foucault (2008), fornece um arcabouço teórico útil para entender como a escola opera como um espaço de controle e cuidado, onde a vida dos alunos é gerida de maneira a regular suas ações e comportamentos, mas sem, necessariamente, abordar as condições materiais que afetam suas vidas. Essa gestão da vida, em vez de promover emancipação, muitas vezes perpetua a dependência e a desigualdade, pois a escola acaba se tornando um espaço no qual as desigualdades sociais se manifestam de forma evidente, como na falta de recursos adequados, na ausência de programas de apoio e na dificuldade em assegurar uma educação de qualidade para todos.

Por outro lado, a noção de estado de exceção apresentada por Giorgio Agamben (2004) permite perceber que a escola, ao se situar em uma comunidade de ocupação, opera em um contexto onde os direitos dos cidadãos são frequentemente ignorados. Nesse sentido, a realidade da Ocupação Beta é uma representação do fracasso do Estado em garantir condições básicas de dignidade e direitos humanos. A escola, como instituição pública, deveria ser um espaço onde todos os indivíduos têm suas necessidades atendidas de forma equitativa, mas, como demonstrado, a falta de investimento e de políticas públicas adequadas perpetua um estado de exceção em que os moradores da ocupação permanecem à margem dos serviços essenciais. Essa realidade se torna um círculo vicioso, em que a ausência de suporte estatal reforça a marginalização da comunidade, limitando as oportunidades e perpetuando a pobreza.

Além disso, Weber (1964) sublinha a necessidade de um Estado eficiente e impessoal, que trate todos os cidadãos de maneira justa. No entanto, a realidade observada demonstra que a escola que atende os alunos da Ocupação Beta não recebe a atenção necessária por parte do Estado, que falha em implementar políticas públicas que atendam às especificidades de sua população. A ausência de um suporte adequado, seja por meio de verbas, recursos materiais ou humanos, resulta em uma série de limitações que dificultam o pleno funcionamento da escola como um agente transformador. Portanto, é imprescindível que o Estado assuma um papel ativo, que vá além de meras promessas de inclusão e que implemente estratégias concretas para sanar as desigualdades que assolam essa comunidade, investindo de forma significativa em programas que atendam as necessidades dos alunos e suas famílias.

Diante dessas reflexões, é possível apontar algumas alternativas que poderiam ser implementadas para amenizar os problemas enfrentados pela escola e pela comunidade da Ocupação Beta. Em primeiro lugar, sugere-se a criação de programas de parcerias entre a escola e organizações não governamentais, bem como outras instituições que possam contribuir com recursos e *know-how*, promovendo um ambiente mais propício ao aprendizado e à inclusão social. Tais parcerias poderiam incluir a oferta de cursos profissionalizantes, atividades culturais e esportivas, além de serviços de apoio psicológico e social que beneficiem diretamente os alunos e suas famílias, fomentando a solidariedade e a colaboração comunitária.

Outra alternativa seria a implementação de um programa de alimentação escolar mais robusto, que garanta que todas as crianças recebam refeições adequadas diariamente. Esse tipo de investimento não apenas atenderia à necessidade básica de alimentação, mas também poderia ter um impacto positivo na capacidade de concentração e aprendizado dos alunos, resultando em um ambiente escolar mais saudável e produtivo. Além disso, a escola poderia adotar uma abordagem pedagógica que valorizasse a cultura local e as experiências dos alunos, promovendo um ensino que não apenas transfira conhecimento, mas que também desenvolva a consciência crítica e a autoestima dos jovens da comunidade. Essa valorização do saber local pode ser um ponto de partida para fortalecer a identidade dos alunos e integrá-los de maneira mais significativa à comunidade.

A formação contínua de educadores também é uma estratégia vital. Ao proporcionar capacitação específica para lidar com a diversidade e os desafios da comunidade, os professores estariam mais bem preparados para atender às necessidades

dos alunos, reconhecendo suas particularidades e promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e acolhedor. Programas de formação que incluam a discussão sobre biopolítica, desigualdade e inclusão social poderiam enriquecer a prática pedagógica, proporcionando uma reflexão crítica sobre o papel da escola na sociedade contemporânea e capacitando os educadores a se tornarem agentes de mudança.

Ademais, a participação da comunidade no processo educativo deve ser incentivada. A escola poderia promover eventos e reuniões que incentivassem a colaboração entre pais, alunos e educadores, criando um espaço de diálogo e de construção coletiva de soluções. A inclusão da voz da comunidade na elaboração de projetos e políticas escolares poderia contribuir para uma maior apropriação e valorização da escola como um espaço de pertencimento e de identidade. Esse tipo de engajamento é essencial para que a escola se torne um reflexo das aspirações e necessidades da comunidade, tornando-se um espaço de troca e aprendizado mútuo.

Por fim, é crucial que o Estado reveja suas prioridades e reconheça que o investimento em educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento social e econômico. A alocação de recursos financeiros adequados para a educação nas áreas mais vulneráveis não deve ser vista como um custo, mas como um investimento em um futuro mais justo e equitativo. Para que as ações sejam efetivas, o Estado deve adotar uma postura de escuta ativa, reconhecendo a importância de entender as realidades locais e de atender às demandas específicas de cada comunidade. Essa escuta deve ser o ponto de partida para a construção de políticas públicas que respondam de forma adequada e sensível às necessidades da população.

A educação, ao se tornar um verdadeiro vetor de transformação social, deve ser acompanhada de políticas públicas integradas que considerem as intersecções entre educação, saúde, segurança e habitação. Somente assim a escola poderá deixar de ser um mero espaço de reprodução das desigualdades e se transformar em um agente efetivo de mudança, contribuindo para que os jovens da Ocupação Beta tenham acesso a oportunidades justas e dignas, capazes de romper com o ciclo de exclusão social que os cerca.

Em suma, as considerações apresentadas nesta pesquisa não apenas evidenciam os desafios que a escola enfrenta em sua relação com a Ocupação Beta, mas também apontam para um caminho possível de transformação. A mudança só será alcançada por meio da união de esforços entre a escola, a comunidade e o Estado, que devem trabalhar

juntos para criar um ambiente que promova a inclusão e a equidade, garantindo que todos os jovens tenham a oportunidade de construir um futuro melhor. As vozes e as histórias dos moradores da Ocupação Beta são um testemunho da resiliência e da luta por direitos, e é fundamental que essa luta seja apoiada e reconhecida como parte integrante da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos resultados encontrados nesta pesquisa revelou a complexa relação entre a comunidade da Ocupação Beta e a escola pública que a atende. A escola, longe de ser apenas um espaço de ensino formal, tem assumido um papel que ultrapassa as fronteiras do educacional, funcionando como um pilar de suporte emocional, social e até psicológico para seus alunos. No entanto, a ausência de uma estrutura de apoio sólida e a falta de políticas públicas adequadas têm imposto limites significativos à eficácia dessa função transformadora que a escola poderia exercer. A partir das contribuições teóricas de Foucault, Agamben e Weber, foi possível perceber que a escola, ao mesmo tempo em que se apresenta como um lugar de resistência e acolhimento, também se configura como um campo de reprodução de desigualdades estruturais, dentro de uma lógica de biopoder e de controle social.

Na perspectiva biopolítica de Michel Foucault, que formou a base teórica deste estudo, foi possível constatar que a escola assume uma função que vai além do ensino, atuando como um espaço de controle e cuidado sobre a população, numa forma de biopoder que administra a vida dos alunos de maneira que a própria comunidade se torna dependente de seus serviços (Foucault, 2008). No entanto, essa administração da vida não é uma solução, pois, ao invés de fornecer uma alternativa emancipatória, ela limita o desenvolvimento de uma consciência crítica e de uma independência real, criando uma relação de dependência. Embora o suporte básico seja essencial, para que a escola realmente ajude a transformar a realidade dos alunos oriundos da Ocupação Beta, é necessário que as ações do Estado não apenas complementem o trabalho da escola, mas também que promovam programas e investimentos em infraestrutura de apoio que possibilite uma melhora nas condições de vida. Para tanto, é imprescindível que o Estado, além do papel de vigilância e assistência parcial, assuma suas responsabilidades como provedor de um ambiente de vida digno para todos os cidadãos.

Baseado nos estudos de Giorgio Agamben (2004), que construiu o conceito de estado de exceção, identificou-se que a escola acabou se tornando uma zona de aplicação diferenciada da lei, onde os direitos dos alunos da Ocupação Beta não são garantidos, da mesma forma que em outros contextos mais favorecidos. Essa “suspensão” de direitos fundamentais cria uma situação na qual a escola, mesmo assumindo funções que vão além do seu propósito institucional, não é suficiente para cobrir todas as necessidades da

comunidade, pois lhe faltam a estrutura e o respaldo do Estado. Isso significa que, para romper com essa lógica, o Estado deve considerar a ocupação e outras comunidades em situação de vulnerabilidade como territórios que exigem políticas públicas adaptadas e sustentáveis que assegurem o cumprimento de direitos como educação, saúde e moradia de maneira igualitária. A criação de um programa de apoio específico para escolas situadas em regiões de ocupação, com mais verbas, capacitação profissional para os docentes e implementação de práticas pedagógicas inclusivas e integradoras seria uma alternativa de ação do poder público para garantir uma educação que atenda às necessidades específicas daquela população.

Para Max Weber (1964), o Estado moderno deve operar sob os princípios de eficiência, impessoalidade e equidade, atendendo a todos os cidadãos de maneira justa e organizada. No entanto, o que vemos na relação entre a Ocupação Beta e a escola que a atende é uma falha no sistema burocrático, em que o ideal de imparcialidade é comprometido pela escassez de recursos e pela ausência de um atendimento especializado que leve em conta as especificidades do contexto social e econômico dos alunos. O Estado, ao não garantir a infraestrutura necessária para que a escola cumpra seu papel, acaba criando uma situação em que a instituição se vê sobrecarregada e, conseqüentemente, incapaz de oferecer o atendimento ideal. Uma alternativa para reduzir essa sobrecarga é que o Estado crie uma política de suporte contínuo, fornecendo recursos e ampliando a assistência em diferentes áreas, tais como transporte, alimentação e saúde, de forma a reduzir as dificuldades enfrentadas pelos alunos da ocupação. Além disso, é fundamental uma reestruturação das políticas educacionais e de assistência social, estabelecendo diretrizes específicas que visem à redução das desigualdades e à promoção da justiça social.

Para que a escola deixe de ser um espaço de controle e passe a atuar como um verdadeiro ambiente emancipador, é necessário que programas de inclusão social e econômica que estejam alinhados com as necessidades da comunidade. Além disso, o apoio a projetos educativos que promovam a conscientização e a valorização da identidade dos alunos pode contribuir para a criação de uma comunidade escolar mais forte e integrada. A escola, nesse contexto, pode então adotar metodologias pedagógicas que busquem a valorização cultural e a formação crítica dos alunos, promovendo uma educação que reconheça as especificidades e os desafios enfrentados pela comunidade. Para alcançar esse objetivo, seriam necessários programas de capacitação contínua para

os educadores, de modo que eles estejam preparados para lidar com a diversidade e a complexidade do contexto em que atuam.

A análise das relações entre a comunidade da Ocupação Beta e a escola pública que a atende evidencia a complexidade do papel da educação em contextos de vulnerabilidade social. Embora a escola assuma funções que vão muito além do ensino formal, oferecendo suporte emocional, psicológico e até social aos seus alunos, ela ainda enfrenta desafios estruturais que limitam sua capacidade de promover uma verdadeira transformação na vida da comunidade. Ela opera como um espaço de controle e cuidado, no qual a vida dos alunos é gerida de maneira a regular suas ações e comportamentos, mas sem, necessariamente, abordar as condições materiais que afetam suas vidas. Essa gestão da vida, em vez de promover emancipação, muitas vezes perpetua a dependência e a desigualdade, pois a escola acaba se tornando um espaço onde as desigualdades sociais se manifestam de forma evidente, como na falta de recursos adequados, na ausência de programas de apoio e na dificuldade de assegurar uma educação de qualidade para todos. Por outro lado, a noção de estado de exceção (Agamben, 2004) permite perceber que a escola, ao se situar em uma comunidade de ocupação, opera em um contexto no qual os direitos dos cidadãos são frequentemente ignorados. Nesse sentido, a realidade da Ocupação Beta é uma representação do fracasso do Estado em garantir condições básicas de dignidade e direitos humanos. A escola, como instituição pública, deveria atender às necessidades dos alunos de forma equitativa, mas a falta de investimento e de políticas públicas adequadas perpetua o chamado estado de exceção em que os moradores da ocupação permanecem à margem dos serviços essenciais.

A educação, ao se tornar um verdadeiro vetor de transformação social, deve ser acompanhada de políticas públicas integradas que considerem as intersecções entre educação, saúde, segurança e habitação. Somente assim a escola poderá deixar de ser um mero espaço de reprodução das desigualdades e se transformar em um agente efetivo de mudança, contribuindo para que os jovens da Ocupação Beta tenham acesso a oportunidades justas e dignas.

Em suma, as considerações apresentadas nesta pesquisa não apenas evidenciam os desafios que a escola enfrenta em sua relação com a Ocupação Beta, mas também apontam para um caminho possível de transformação. A mudança só será alcançada por meio da união de esforços entre a escola, a comunidade e o Estado, que devem trabalhar juntos para criar um ambiente que promova a inclusão e a equidade, garantindo que todos

os jovens tenham a oportunidade de construir um futuro melhor. As vozes e as histórias dos moradores da Ocupação Beta são um testemunho da resiliência e da luta por direitos, e é fundamental que essa luta seja apoiada e reconhecida como parte integrante da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nas fotografias 14, 15 e 16 apresentamos uma marca identitária dos moradores da ocupação!

O nosso pé é a nossa carteira de identidade...

Fotos 14, 15 e 16



Fotos do pés do moradores da ocupação...motivo de orgulho para muitos deles. Fotos do autor (2024)

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (1998). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG.
- Agamben, G. (2002). *Homo sacer: Sovereign power and bare life*. Stanford University Press.
- Agamben, G. (2004). *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo.
- Agamben, G. (2005). *State of exception*. University of Chicago Press.
- Agamben, G. (2015). *Estado de exceção: [Homo Sacer, II, I]*. Boitempo Editorial.
- Alves, Y. V., & de Azevedo, M. A. (2021). A biopolítica de Michel Foucault: Controle do indivíduo e da sociedade. *Revista Inter-Legere*, 4(30), c19998-c19998.
- Arendt, H. (2019). Understanding bare life: Agamben and the politics of biopower. *Political Theory*, 25(2), 75-92.
- Babbie, E. (2016). *The practice of social research*. Cengage Learning.
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Belfield, C., & Levin, H. (Eds.). (2018). *The Economics of Education and Social Mobility*. Routledge.
- Bignotto, A. C., & Silva, M. S. (2021). Biopolítica e Educação: Interfaces e Possibilidades de Análise. *Educação & Sociedade*, 42, e235309. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302021235309>
- Bogdan, R., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bourdieu, P. (1994). O campo científico. In R. Ortiz (Org.), *Pierre Bourdieu, Sociologia*. São Paulo: Ática.
- Bourdieu, P. (1998). *Practical reason: On the theory of action*. Stanford University Press.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1992). *A reprodução*. (3a ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Branco, E. P., Zanatta, S. C., de Godoi Branco, A. B., & Nagashima, L. A. (2020). *A implantação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das políticas neoliberais*. Editora Appris.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Brito, K. D. C. (2023). Michel Foucault e a governamentalidade (bio)política: O domínio da técnica no processo de fabricação da vida.
- Brown, W. (2015). *Undoing the demos: Neoliberalism's stealth revolution*. Zone Books.
- Brown, W. (2018). Immigration and the state of exception: Security and sovereignty in the West. *Political Science Quarterly*, 33(4), 221-238.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Routledge.
- Butler, J. (2020). Agamben and the normalization of exception. *Theory and Society*, 15(3), 45-62.
- Carnoy, M., & Rhoten, D. (Eds.). (2017). *The Oxford handbook of philosophy of education*. Oxford University Press.
- Cervo, A. L., & Bervian, P. A. (2002). *Metodologia científica*. (5a ed.). São Paulo: Prentice Hall.
- Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2018). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*. Sage Publications.
- Creswell, J. W. (2014). *Desenho da pesquisa: Abordagens qualitativas, quantitativas e de métodos mistos*. Publicações Sábias.
- Cruz, D. N. (2018). Implicações da vida humana na filosofia política de H. Arendt e G. Agamben.
- Davis, M., Brown, P., & Lee, M. (2016). Necropolitics, inequality, and urban environments: Interview with David Harvey. *International Journal of Urban and Regional Research*, 40(1), 206-213.
- Dean, M. (2010). *Governmentality: Power and rule in modern society*. Sage Publications.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2011). *The Sage handbook of qualitative research*. Sage.
- Dourado, L. F. D. (2007). Políticas e gestão da educação básica no Brasil: Limites e perspectivas. *Educação e Sociedade*, 28(100), 831-855.
- Emerson, R. M., Fretz, R. I., & Shaw, L. L. (2011). *Writing ethnographic fieldnotes*. University of Chicago Press.
- Enguita, M. F. (2009). *Sociologia da Educação*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Esposito, R. (2008). *Bios: Biopolitics and philosophy*. University of Minnesota Press.

Ferreira, B. M. B. (2017). *Vida nua e subcidadania: a construção social da desigualdade sob o paradigma da exceção*.

Fontana, A., & Frey, J. H. (2005). The interview: From structured questions to negotiated text. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The Sage handbook of qualitative research* (pp. 695-727). Sage Publications.

Foucault, M. (1975). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

Foucault, M. (1976). *História da Sexualidade, Volume I: A vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra.

Foucault, M. (1977). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1978). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.

Foucault, M. (1995). *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2004). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France, 1975-1976*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2008). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gadelha, S. (2016). *Biopolítica, governamentalidade e educação: Introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. *Autêntica*.

Gall, M. D., Gall, J. P., & Borg, W. R. (2007). *Pesquisa educacional: uma introdução*. Pearson.

Geertz, C. (1973). *The interpretation of cultures: Selected essays*. Basic Books.

Giorgi, A. (2009). *The descriptive phenomenological method in psychology: A modified Husserlian approach*. Duquesne University Press.

Giroux, H. A. (1983). *Theory and resistance in education: A pedagogy for the opposition*. Bergin & Garvey.

Giroux, H. A. (1997). *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. (D. Bueno, Trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

- Gonçalves, A. A. D. O. (2013). Violência escolar no contexto da relação entre biopolítica e educação.
- Guest, G., Bunce, A., & Johnson, L. (2006). How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. *Field Methods*, 18(1), 59-82.
- Hammersley, M., & Atkinson, P. (2007). *Ethnography: Principles in practice*. Routledge.
- Haraway, D. (2016). *Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene*. Duke University Press.
- Harvey, D. (2008). *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Boitempo Editorial.
- hooks, b. (1984). *Feminist theory: From margin to center*. South End Press.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2011). *Censo Escolar, 2010*. Brasília: MEC.
- Jones, A. (2021). Agamben e a normalização da exceção. *Teoria e Sociedade*, 15(3), 45-62.
- Jones, A. (2021). Agamben e a soberania biopolítica. *Revista de Filosofia Política*, 12(4), 45-62.
- Klein, N. (2007). *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastres*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Kozak, A. (2019). A educação e a biopolítica: Uma análise das políticas educacionais no Brasil. *Revista Brasileira de Política Educacional*, 15(3), 89-104.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (1985). *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. Verso.
- Lefebvre, H. (1991). *The production of space*. Blackwell.
- Lefebvre, H. (1996). *A produção do espaço*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Lévy, P. (2001). *As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34.
- Marchezan, F. A., & Ribeiro, L. S. (2021). Educação e biopolítica: os direitos humanos no contexto da educação básica no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 26(1), 67-83.
- Marques, L. R. (2022). *Violência, vida nua e a biopolítica: A escola como campo de resistência*. São Paulo: Editora Unesp.

- Martins, J. M. (2018). A biopolítica na educação: entre o controle e a resistência. *Educação & Sociedade*, 42, e235309. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302021235309>
- Morrison, K. (2014). *The power of our words: Teacher language that strengthens student learning*. Stenhouse Publishers.
- Nascimento, J. A. D., & Santos, F. A. (2019). As políticas de educação e a biopolítica: Uma análise do discurso educacional no Brasil. *Revista Brasileira de Política Educacional*, 25(1), 89-102.
- Peters, M. A. (2017). *Biopolitics, education and the enterprise of life: A critical analysis*. Peter Lang.
- Peters, M. A., & Besley, T. (2006). *Educating for the future: The role of education in the knowledge economy*. In *Education and the knowledge economy* (pp. 10-24). Springer.
- Pine, J., & Gilmore, J. H. (2011). *The experience economy: Work is theatre & every business a stage*. Harvard Business Review Press.
- Rancière, J. (2010). *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2015). *A ignorância da escola*. São Paulo: Editora Autêntica.
- Rancière, J. (2016). *The ignorant schoolmaster: Five lessons in intellectual emancipation*. Stanford University Press.
- Rancière, J. (2017). *The Nights of Labor: The Workers' Dream in Nineteenth-Century France*. Philadelphia: Temple University Press.
- Rogoff, I. (2001). *Territories of ethics*. In *Curating now: Theories and practices* (pp. 19-34). V2 Publishing.
- Ruiter, M., & De Vries, J. (2015). *Reflexivity and the Politics of Knowledge in Education*. Springer.
- Santos, B. S. (2007). *Um mundo diverso: A sociologia da educação entre a inclusão e a exclusão*. Coimbra: Almedina.
- Santos, B. S. (2012). *A universidade no século XXI: Para uma universidade inclusiva*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (2019). *A educação no século XXI: Uma nova abordagem*. São Paulo: Editora Unesp.
- Santos, M. (2020). A biopolítica da educação no Brasil: análise das políticas públicas na educação básica. *Educação e Pesquisa*, 46, e228516. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202046228516>

Silva, A. M. (2016). A formação docente e a biopolítica: uma análise das políticas de formação docente no Brasil. *Revista Brasileira de Política Educacional*, 12(2), 25-38.

Silva, L. S. (2018). *A educação e a biopolítica: uma abordagem crítica das políticas educacionais no Brasil*. Editora Fiocruz.

Silva, S. (2019). Educação, biopolítica e vida nua: uma análise crítica das políticas educacionais no Brasil. *Educação e Sociedade*, 42, e235309.
<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302021235309>

Sousa, M. S. (2020). Educação e biopolítica: Uma análise do impacto das políticas educacionais na vida das pessoas. *Revista Brasileira de Educação*, 25(1), 89-104.

Thompson, E. P. (2015). *The Making of the English Working Class*. Vintage Classics.

Tocqueville, A. D. (2010). *A democracia na América*. São Paulo: Editora Unesp.

Vasconcelos, S. F. (2021). Educação e biopolítica: Entre o controle e a resistência. *Educação & Sociedade*, 42, e235309. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302021235309>

Viegas, A. C. (2015). A escola e a biopolítica: Uma análise das políticas educacionais no Brasil. *Revista Brasileira de Política Educacional*, 25(1), 89-102.

Wacquant, L. (2013). *As prisões da miséria*. São Paulo: Editora 34.

Zanatta, S. C. (2019). *Educação e biopolítica: A interface entre a educação e as políticas de controle social*. São Paulo: Editora Appris.

**APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PAIS E OU
RESPONSÁVEIS**

Pergunta	Teoria Relacionada	Autor(es)
Bloco 1: História da Invasão		
1. Como você conheceu essa ocupação e o que te motivou a se mudar para cá?	Biopolítica (condições de vida e migração)	Michel Foucault
2. Quais foram as primeiras impressões que você teve ao chegar na ocupação?	Biopoder (experiência de migração e controle social)	Michel Foucault
3. Como você descreveria as condições de vida na ocupação desde a sua chegada?	Biopolítica (condições de vida)	Michel Foucault
4. Houve mudanças significativas na ocupação ao longo do tempo? Quais foram?	Biopoder (mudanças e governamentalidade)	Michel Foucault
5. Você já enfrentou alguma resistência ou preconceito ao se mudar para a ocupação?	Biopoder (preconceito e controle social)	Michel Foucault
6. Quais são as principais dificuldades que a comunidade enfrentou durante a formação da ocupação?	Estado de Exceção (formação de comunidades sob condições excepcionais)	Giorgio Agamben
7. Como a ocupação foi recebida pela vizinhança e pela sociedade em geral?	Biopoder (integração e exclusão social)	Michel Foucault
8. Você acredita que a ocupação trouxe algum impacto para a cidade ou para as áreas ao redor? Qual seria esse impacto?	Biopolítica (impacto social)	Michel Foucault
Bloco 2: Atuação do Estado		
9. Como você descreveria a presença do Estado na sua vida cotidiana aqui na ocupação?	Teoria da Administração Pública (presença e eficiência do Estado)	Max Weber
10. Quais serviços públicos estão disponíveis na ocupação e como você avalia a qualidade desses serviços?	Teoria da Administração Pública (eficácia dos serviços públicos)	Max Weber

11. Você sente que o Estado está ausente em algum aspecto da vida na ocupação? Em quais áreas?	Estado de Exceção (ausência do Estado e desamparo)	Giorgio Agamben
12. Você já precisou de ajuda do governo em alguma situação e não recebeu apoio? Pode descrever?	Estado de Exceção (vulnerabilidade e exclusão)	Giorgio Agamben
13. Como você avalia o papel da polícia na ocupação? Eles são presentes? Você se sente seguro(a)?	Biopolítica (controle social e segurança)	Michel Foucault
14. Você sente que o Estado se preocupa com as necessidades da sua comunidade? Por quê?	Biopoder (governamentalidade e exclusão social)	Michel Foucault
15. Houve algum momento em que o Estado interveio de forma significativa na ocupação? Como foi?	Teoria da Administração Pública (intervenção estatal)	Max Weber
16. Se a ocupação for regulamentada, como você imagina que será a relação com o governo?	Estado de Exceção (regularização e cidadania)	Giorgio Agamben

Bloco 3: Papel da Escola

17. Como você vê a escola próxima à sua ocupação? Ela é acessível e acolhedora para os moradores?	Biopolítica (papel da educação e integração social)	Michel Foucault
18. A escola é vista como um lugar seguro e de apoio para as crianças da ocupação? Por quê?	Biopoder (segurança e apoio institucional)	Michel Foucault
19. Você percebeu alguma mudança na escola desde a chegada dos alunos da ocupação?	Biopoder (impacto da migração escolar)	Michel Foucault
20. Você acha que houve algum tipo de preconceito por parte de outros alunos ou professores com a chegada dos alunos da ocupação?	Biopoder (preconceito e segregação social)	Michel Foucault
21. Como você descreveria a relação entre a escola e a comunidade da ocupação?	Biopolítica (relações institucionais e comunitárias)	Michel Foucault
22. Além da educação, que outros serviços ou apoios a escola oferece para a comunidade?	Biopolítica (ampliação do papel institucional)	Michel Foucault
23. Você acha que a escola desempenha um papel importante na integração da ocupação com o restante da cidade?	Teoria da Administração Pública (integração social e educacional)	Max Weber

24. Existe algum afeto ou sentimento de pertencimento entre a escola e a comunidade da ocupação, ou é apenas uma relação funcional?	Biopolítica (relações afetivas e funcionais)	Michel Foucault
Bloco 4: Estado de Exceção		
25. Você já se sentiu desprotegido(a) ou vulnerável dentro da ocupação? Em que situações?	Estado de Exceção (vulnerabilidade social)	Giorgio Agamben
26. Como você descreveria o tratamento que você e sua comunidade recebem das autoridades?	Estado de Exceção (tratamento desigual e marginalização)	Giorgio Agamben
27. Você sente que vive em uma situação onde os seus direitos básicos não são garantidos? Pode dar exemplos?	Biopoder (exclusão e controle de direitos)	Michel Foucault
28. Você já sentiu que a sua vida ou a de alguém da ocupação foi tratada como menos importante em comparação a outros cidadãos?	Vida Nua (desvalorização da vida)	Giorgio Agamben
29. Você acha que o governo trata os moradores da ocupação de maneira diferente em relação a outras áreas da cidade? Como?	Estado de Exceção (diferenciação legal e social)	Giorgio Agamben
30. Como você entende o conceito de "direitos"? Você sente que seus direitos são respeitados na ocupação?	Estado de Exceção (suspensão de direitos)	Giorgio Agamben
31. Você já testemunhou ou ouviu falar de situações em que as leis não foram aplicadas na ocupação como deveriam? Como foi isso?	Teoria da Administração Pública (desigualdade na aplicação da lei)	Max Weber
32. Na sua opinião, o que seria necessário para que a ocupação fosse completamente integrada à cidade e seus moradores tivessem seus direitos plenamente reconhecidos?	Estado de Exceção (reconhecimento de direitos e cidadania)	Giorgio Agamben

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SERVIDORES

Pergunta	Teoria Relacionada	Autor(es)
1. Como foi o processo de chegada dos alunos da Ocupação Vitória na escola? Quais foram as primeiras impressões?	Biopolítica (mudança demográfica e controle social)	Michel Foucault
2. Houve alguma mudança no perfil dos alunos após o início da ocupação? Como isso afetou o ambiente escolar?	Biopoder (mudança no controle e gestão da população escolar)	Michel Foucault
3. Você percebeu algum movimento ou atitude de resistência por parte da comunidade escolar com a chegada desses novos alunos?	Estado de Exceção (resistência e exclusão social)	Giorgio Agamben
4. Quais desafios foram enfrentados pela escola para integrar os alunos da Ocupação Vitória?	Teoria da Administração Pública (integração e função administrativa)	Max Weber
5. Na sua opinião, houve um êxodo de alunos de outras áreas, especialmente de famílias brancas, com a chegada dos alunos da ocupação?	Biopolítica (migração e dinâmicas de exclusão social)	Michel Foucault
6. A comunidade escolar teve alguma ação conjunta ou diálogo sobre a chegada dos alunos da ocupação?	Biopolítica (reorganização social no contexto escolar)	Michel Foucault
7. Como você avalia a presença do Estado no cotidiano da escola? Acha que ele oferece o suporte necessário para atender os alunos da Ocupação Vitória?	Teoria da Administração Pública (presença e eficácia do Estado)	Max Weber
8. Na sua percepção, o Estado tem se ausentado de suas responsabilidades em relação à escola e à comunidade da ocupação?	Estado de Exceção (ausência do Estado e precarização)	Giorgio Agamben
9. A escola, de alguma forma, supre a falta de serviços e apoio do Estado para a comunidade da Ocupação Vitória?	Biopolítica (governamentalidade e substituição estatal pela escola)	Michel Foucault
10. Você acredita que os alunos da ocupação têm os mesmos direitos garantidos que os outros alunos da cidade? Se não, por quê?	Estado de Exceção (desigualdade de direitos)	Giorgio Agamben
11. Quais serviços ou apoios o governo poderia oferecer para melhor integrar os alunos da Ocupação Vitória?	Teoria da Administração Pública (eficácia da ação pública)	Max Weber
12. Você já sentiu que o governo local trata a ocupação de maneira diferente de outras áreas da cidade? Como isso afeta a escola?	Estado de Exceção (disparidade no tratamento do Estado)	Giorgio Agamben
13. Como você vê o papel da escola em relação à comunidade da Ocupação Vitória? A escola vai além de sua função educacional?	Biopolítica (papel ampliado da escola como agente de controle social)	Michel Foucault
14. Você acredita que a escola é um espaço de acolhimento para os alunos da ocupação? Como isso se manifesta no cotidiano escolar?	Biopolítica (acolhimento e governamentalidade)	Michel Foucault
15. Existe algum tipo de preconceito por parte de colegas, pais ou outros alunos em relação aos alunos da Ocupação Vitória?	Biopoder (discriminação e controle da população)	Michel Foucault
16. Quais estratégias a escola utiliza para lidar com possíveis preconceitos ou discriminação contra os alunos da ocupação?	Biopolítica (gestão da diversidade e integração social)	Michel Foucault
17. Você percebe alguma diferença no desempenho acadêmico ou comportamento dos alunos da Ocupação Vitória em comparação aos outros alunos? Por que isso pode estar acontecendo?	Biopolítica (impacto das condições de vida no desempenho)	Michel Foucault
18. A escola mantém algum tipo de vínculo emocional ou afetivo com a comunidade da ocupação, ou a relação é apenas formal?	Biopolítica (relações emocionais e controle das populações)	Michel Foucault

Pergunta	Teoria Relacionada	Autor(es)
19. Você sente que os alunos da Ocupação Vitória vivem em um estado de exceção, onde seus direitos básicos não são garantidos? Por que?	Estado de Exceção (desigualdade e vulnerabilidade)	Giorgio Agamben
20. Como você interpreta a vulnerabilidade dos alunos da ocupação em comparação aos outros alunos?	Vida Nua (condição de vida vulnerável)	Giorgio Agamben
21. A escola tem o poder de compensar as falhas do Estado em garantir os direitos básicos e a cidadania desses alunos?	Teoria da Administração Pública (escola como substituto estatal)	Max Weber
22. Você já testemunhou situações em que os alunos da Ocupação Vitória foram tratados de forma desigual por autoridades ou pela própria escola?	Estado de Exceção (discriminação e exclusão legal)	Giorgio Agamben
23. Você acha que os alunos da ocupação e suas famílias vivem uma condição de "vida nua", em que sua existência é desvalorizada pelo Estado ou pela sociedade?	Vida Nua (desvalorização e exclusão social)	Giorgio Agamben
24. Na sua opinião, a condição de moradia e a situação social dos alunos da Ocupação Vitória influenciam diretamente sua trajetória educacional?	Biopolítica (condições de vida e trajetórias sociais)	Michel Foucault
25. Você já percebeu algum tipo de preconceito por parte de colegas ou da direção em relação aos alunos da Ocupação Vitória? Como isso é tratado pela escola?	Biopoder (preconceito e gestão institucional)	Michel Foucault
26. Na sua opinião, os alunos da ocupação têm as mesmas oportunidades e recursos que os demais alunos da escola?	Estado de Exceção (desigualdade de oportunidades)	Giorgio Agamben
27. Você acha que a comunidade escolar enxerga a escola como um braço do Estado na ausência de outros serviços públicos?	Teoria da Administração Pública (escola como extensão do Estado)	Max Weber
28. Como você descreveria a relação emocional entre os servidores da escola e os alunos da Ocupação Vitória? Existe empatia, ou a relação é mais burocrática?	Biopolítica (relações emocionais e controle institucional)	Michel Foucault
29. Você percebe que a escola desenvolve algum tipo de vínculo afetivo com a comunidade da ocupação, ou tudo se limita à prestação de serviços educacionais?	Biopolítica (vínculos afetivos na governamentalidade)	Michel Foucault
30. Como você imagina que a escola e os servidores podem contribuir para diminuir a exclusão e marginalização social dos alunos da Ocupação Vitória?	Estado de Exceção (combate à marginalização social)	Giorgio Agamben

APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA ALUNOS

Pergunta	Teoria Relacionada	Autor(es)
História da Ocupação		
1. Como você ficou sabendo da Ocupação Vitória? Você conhece alguém que mora lá?	Biopolítica (governamentalidade e controle da vida)	Michel Foucault
2. Você percebeu alguma mudança na escola com a chegada dos alunos da ocupação? O que mudou?	Biopoder (mudança populacional e controle)	Michel Foucault
3. Na sua opinião, como a ocupação impactou a relação entre os alunos que moram na ocupação e os que não moram?	Biopolítica (relações sociais e controle)	Michel Foucault
4. Você acha que os alunos da ocupação são tratados de forma diferente na escola? Por quê?	Biopoder (discriminação e gestão de populações)	Michel Foucault
5. Como você descreveria a vida dos alunos que moram na Ocupação Vitória? Eles enfrentam mais dificuldades do que outros alunos?	Vida Nua (desvalorização da vida)	Giorgio Agamben
Atuação do Estado		
1. Você sente que o governo oferece os mesmos serviços e direitos para os alunos da ocupação e para os outros alunos da escola? Por quê?	Estado de Exceção (desigualdade na provisão de direitos)	Giorgio Agamben
2. Você já viu ou ouviu falar sobre ações do governo para melhorar as condições de vida dos moradores da ocupação? Quais foram?	Teoria da Administração Pública (ação governamental)	Max Weber
3. Na sua opinião, o governo faz o suficiente para garantir que todos os alunos tenham os mesmos direitos e oportunidades, independente de onde moram?	Estado de Exceção (desigualdade de oportunidades)	Giorgio Agamben
4. Você acha que o Estado está presente na sua vida e na vida dos seus colegas da ocupação? Como?	Biopolítica (presença do Estado na vida cotidiana)	Michel Foucault
5. O que você acha que o governo deveria fazer para melhorar a vida dos alunos que moram na ocupação?	Teoria da Administração Pública (eficácia do Estado)	Max Weber
Papel da Escola		
1. Como você vê o papel da escola na vida dos alunos que moram na Ocupação Vitória?	Biopolítica (instituições sociais e governamentalidade)	Michel Foucault
2. Você acha que a escola oferece suporte suficiente para os alunos da ocupação, além da educação? Quais tipos de suporte você acha que são importantes?	Biopolítica (papel ampliado da escola)	Michel Foucault
3. Existe alguma diferença no modo como a escola trata os alunos da ocupação e os outros alunos? Se sim, qual seria?	Biopoder (discriminação e controle institucional)	Michel Foucault
4. Você já presenciou ou sentiu que algum aluno da ocupação sofreu preconceito por morar lá? Como a escola lidou com isso?	Biopoder (preconceito e controle da população)	Michel Foucault
5. Na sua opinião, a escola é um lugar acolhedor para todos os alunos, independentemente de onde eles moram?	Biopolítica (instituições e acolhimento social)	Michel Foucault
Estado de Exceção		
1. Você acredita que os alunos da Ocupação Vitória têm os mesmos direitos garantidos que os outros alunos da cidade? Por quê?	Estado de Exceção (exclusão de direitos)	Giorgio Agamben
2. Você acha que os alunos da ocupação vivem em uma situação mais vulnerável do que os outros alunos? Explique sua resposta.	Vida Nua (vulnerabilidade e exclusão social)	Giorgio Agamben
3. Na sua opinião, os alunos da ocupação têm as mesmas oportunidades de sucesso que os outros alunos da escola? Se não, por quê?	Biopolítica (desigualdade e controle social)	Michel Foucault

Pergunta	Teoria Relacionada	Autor(es)
4. Você percebe alguma diferença no comportamento dos alunos da ocupação em relação aos outros? Se sim, como isso se manifesta?	Biopolítica (comportamento e exclusão social)	Michel Foucault
5. Como você vê o futuro dos alunos da Ocupação Vitória em relação aos outros alunos da escola? Eles enfrentam mais desafios?	Estado de Exceção (desigualdade estrutural e futuro incerto)	Giorgio Agamben

APÊNDICE 4 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: **"OS (IN) VISÍVEIS..."** Investigação das Relações de desigualdade entre uma Comunidade Carente e a Escola Pública: Uma Abordagem Qualitativa sob a Perspectiva da Biopolítica e do Estado de Exceção

Pesquisador
Responsável: Rodney
Lincoln de Matos

Nome do participante:

Data de nascimento: R.G.:

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa **"OS (IN)VISÍVEIS..."** Investigação das Relações de desigualdade entre uma Comunidade Carente e a Escola Pública: Uma Abordagem Qualitativa sob a Perspectiva da Biopolítica e do Estado de Exceção de responsabilidade do(a) pesquisador(a) Rodney Lincoln de Matos.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao(a) pesquisador(a) responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem por objetivo investigar as relações entre uma comunidade carente e uma escola pública de periferia, com foco na análise das dinâmicas de desigualdade social e como essas relações são influenciadas pelos conceitos de estado de exceção, homo sacer, vidas nuas e biopolítica, visando compreender os impactos desses fenômenos na vida cotidiana e nas condições socioeducacionais dessas populações marginalizadas. Para tanto, a pesquisa será realizada com moradores da comunidade carente, representados pelos pais e/ou responsáveis pelos alunos matriculados na escola, serão sujeitos de pesquisa fundamentais neste estudo. Eles fornecerão informações valiosas sobre suas experiências, percepções, desafios e expectativas em relação à escola pública e às políticas educacionais em vigor. Os profissionais da escola, incluindo professores, gestores, coordenadores pedagógicos e funcionários administrativos, também serão sujeitos de pesquisa importantes. Eles fornecerão insights sobre as políticas, práticas e dinâmicas institucionais da escola, bem como suas interações com a comunidade carente. Os alunos matriculados na escola pública também podem ser considerados sujeitos de pesquisa, especialmente aqueles que têm uma compreensão significativa das relações entre a escola e a comunidade.
2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder a algumas questões sobre a relação entre a Escola e a comunidade atendida por ela. Poderão ser utilizadas imagens, trazidas pelos entrevistados, desde que sejam de domínio público (revistas, livro, internet, entre outros) durante a condução das entrevistas. Haverá o registro de áudio das entrevistas. Os áudios serão utilizados exclusivamente para fins da pesquisa e ficarão em posse do(a) pesquisador(a). Na apresentação dos resultados da pesquisa os entrevistados não serão identificados. Não haverá qualquer mecanismo de registro de imagem dos entrevistados, como câmeras ou o uso do celular.

3. A coleta de dados será realizada no interior da Escola Estadual Tancredo de Almeida Neves localizada no Bairro Baronesa em Santa Luzia, e dentro da comunidade denominada Ocupação Vitória em local ainda a ser definido.
4. O(a) pesquisador(a) poderá utilizar um roteiro, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Unihorizontes, para a condução da entrevista.
5. A pesquisa não apresenta riscos inerentes a saúde, física ou mental, bem como a integridade dos participantes. Contudo, fui informado que se desejar posso retirar, a qualquer momento, minha participação.
6. Ao participar desse trabalho contribuirei com (ou para) para a melhoria da qualidade da relação Escola/comunidade.
7. A minha participação neste projeto deverá ter a duração da entrevista, que poderá variar entre 30 a 60 minutos.
8. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.
9. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.
10. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.
11. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados com fins acadêmicos.
12. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Rodney Lincoln de Matos, pesquisador(a) responsável pela pesquisa, telefone: (31) 98065371, e-mail: rodney.matos@educacao.mg.gov.br.
13. Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Santa Luzia, 12 de julho de 2024.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do responsável por obter o consentimento

ANEXO 1 TERMO DE ANUÊNCIA UNIHORIZONTES**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA****PARECER FINAL****Protocolo: 2974****IDENTIFICAÇÃO:****Nome do(a) pesquisador(a):** Rodney Lincoln de Matos**Nome do(a) Professor(a) orientador(a):** Jefferson Rodrigues Pereira**Curso:** Mestrado Acadêmico em Administração**Nome do Projeto:** “OS (IN)VISÍVEIS...” Investigação das Relações de desigualdade entre uma Comunidade Carente e a Escola Pública: Uma Abordagem Qualitativa sob a Perspectiva da Biopolítica e do Estado de Exceção.**Instituição(es) envolvidas na realização do projeto:**

Centro Universitário Unihorizontes

QUANTO AO PROJETO DE PESQUISA:

1- Os objetivos do projeto são apresentados claramente?

 Sim Não

2- No item referente à metodologia há descrição da amostra pretendida?

 Sim Não

Não se aplica: []

4- Os possíveis benefícios a serem alcançados justificam a realização da pesquisa? () Sim
 () Não
 Não se aplica: []

5- Há riscos para os sujeitos envolvidos na pesquisa?
 () Sim
 () Não Não
 se aplica :[]

Se sim explique:

6- Há conflito de interesses? Caso positivo quais?
 () Sim
 () Não

Se sim explique:

QUANTO AO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:

1-O pesquisador está fornecendo aos sujeitos da pesquisa documento escrito que os esclareça dos objetivos, benefícios e risco da pesquisa proposta?
 () Sim
 () Não
 Não se aplica: []

2-Nesse documento existe clara referência sobre o sujeito estar ciente que ele tem a liberdade de se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem ser penalizado? () Sim
 () Não
 Não se aplica: []

3- Quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, foram citadas garantias sobre o sigilo que defenda a privacidade dos sujeitos?
 () Sim
 () Não
 Não se aplica: []

AVALIAÇÃO FINAL sobre todos os itens:

[] Bem qualificado em todos os itens – aprovado.

[] Bom com reservas – deve ser revisto conforme Tabela 1.

[] Inadequado – não aprovado. **TABELA 1: Alterações propostas pelo comitê de ética**

ALTERAÇÕES:

Após apreciação acima, o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Unihorizontes sugere as seguintes correções:

SEM ALTERAÇÕES

**INFORMAÇÕES PARA USO EXCLUSIVO DO CONSELHO DE ÉTICA DO
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES:**

PARECERISTAS:

NOME: Alexandre Teixeira Dias
ASSINATURA:



Documento assinado digitalmente

ALEXANDRE TEIXEIRA DIAS

Data: 01/10/2024 20:00:55-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NOME: Fernanda Versiani de Rezende
ASSINATURA:



Documento assinado digitalmente

FERNANDA VERSIANI DE REZENDE

Data: 01/10/2024 19:47:08-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NOME: Thaís Pinto da Rocha Torres
ASSINATURA:



Documento assinado digitalmente

THAIS PINTO DA ROCHA TORRES

Data: 01/10/2024 00:21:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



ANEXO 2 TERMO DE ANUÊNCIA METROPOLITANA B

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Educação
Assessoria de Ensino Superior - Políticas e Programas de Educação Superior

Termo de Anuência - SEE/ASU/PESQUISA/EXTENSÃO

Belo Horizonte, 21 de outubro de 2024.

TERMO DE ANUÊNCIA

A Assessoria de Ensino Superior da Secretaria de Estado de Educação, após análise da documentação encaminhada, referente ao Projeto de Pesquisa, **"OS (IN)VISÍVEIS..."Uma análise das relações socioeducacionais de desigualdade sob a Perspectiva da Teoria da Administração Pública, da Biopolítica e do Estado de Exceção**, que será conduzido pelo Pesquisador, **RODNEY LINCOLN DE MATOS**, sob orientação do Prof. Dr. **JEFFERSON RODRIGUES PEREIRA**, vinculados ao **CENTRO UNIVERSITÁRIO UNI HORIZONTES**, manifesta-se **ciente** à realização da pesquisa, destacando ser importante a avaliação ética e os aspectos protocolares e normativos definidos pelo Sistema CEP/CONEP, sendo de responsabilidade do Pesquisador, bem como da Instituição de Ensino Superior à qual esteja vinculada, a observância de tais aspectos normativos, protocolares e orientadores.

Esta Assessoria de Ensino Superior recomenda e destaca a importância de se observar os Protocolos de Pesquisa de acordo com os normativos.

Compreendemos não ser de responsabilidade da Rede Estadual de Ensino a verificação/solicitação do Protocolo de avaliação do Sistema CEP/CONEP.

Todos os dados, arquivos, informações disponibilizadas, deverão ser preservados em sigilo, sendo que a eventual utilização científica e manipulação deverão observar as prerrogativas da Constituição da República Federativa de 1988, especialmente, no que tange ao direito da intimidade e a privacidade dos seres humanos; a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - que Regula o acesso a informação; Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 - que estabelece o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências; Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira; a Resolução CNS nº 466, de 12 dezembro de 2012 - que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos; a Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016 - que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis, ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana; Resolução CNS nº 674, de 06 de maio de 2022; ofício Circular nº 12/2023/CONEP/SECNS/DGIP/SE/MS; Norma Operacional CNS nº 001/2013, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP; os princípios éticos para o desenvolvimento da pesquisa das Instituições de Ensino Superior à qual o(a) pesquisador(a) esteja vinculado, da Rede Estadual de Educação, entre outros normativos que regem a ética na pesquisa, o envolvimento com seres humanos e o tratamento dos dados.

A identidade dos envolvidos na pesquisa deverá ser mantida em sigilo, de acordo com os normativos legais e avaliação ética da pesquisa.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, as Instituições de Ensino, setores envolvidos e os colaboradores da pesquisa da Rede Estadual não terão nenhum tipo de ônus.

As informações constantes nos dados, arquivos disponibilizados ou observados poderão ser utilizadas especificamente para fins científicos e acadêmicos, produzidos com essa finalidade, sendo vedado o uso desses dados, arquivos ou informações em outros projetos e estudos.

As informações obtidas por meio dessa pesquisa são exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, sendo vedado o uso dessas informações em quaisquer meios de mídia (jornais, televisão, rádio, cinema, Internet, entre outros aqui não especificados), salvo os resultados da pesquisa que, com a ciência do orientador da Instituição ao qual se vincula o(a) pesquisador(a), poderão ser cientificamente veiculadas.

Destacamos a necessidade de o(a) pesquisador(a) realizar os contatos prévios em articulação com os responsáveis dos Setores e/ou Superintendências Regionais de Ensino, direção das escolas, entre outros colaboradores da pesquisa, apresentando a proposta metodológica e as necessidades da pesquisa. É importante que o(a) pesquisador(a) verifique o interesse dos profissionais em participarem, bem como, a disponibilidade dos mesmos respeitando: os que optarem por não participarem; a confidencialidade das informações, tratamento e veiculação dos dados, a não exposição das escolas e profissionais, de acordo com os normativos legais, que regem a ética na pesquisa, entre outros documentos legais.

Os trabalhos e interação do(a) pesquisador(a) não poderão afetar as atividades e/ou rotinas das escolas e dos setores.

A Emissão deste Termo não garante ao(a) pesquisador(a) acesso automático aos dados e documentos. Dessa forma, as solicitações de dados, poderão ser encaminhadas, diretamente pelo(a) pesquisador(a) para os setores responsáveis que promovam e/ou detenham esses dados e informações, que analisará a solicitação de acordo com normativos legais e orientações necessárias, considerando a classificação dessas informações. É importante registrar que muitos desses dados e/ou documentos já se encontram disponibilizados nas redes de forma aberta. Como as informações não estão centralizadas normalmente em apenas um local (setor), cada setor e/ou departamento apreciará o fornecimento das informações que estejam em sua guarda ou produzidos por estes. Para isso será necessário que a solicitação para obtenção de dados e informações sejam dirigidas a esses setores/departamentos diretamente pelo interessado(a).

A gestão dos documentos produzidos ou analisados, quanto à sua guarda, preservação, manuseio e descarte, deve observar os normativos legais e éticos sobre a gestão de documentos públicos e demais normativos éticos da Pesquisa.

As pesquisas que envolvem a participação de seres humanos devem respeitar os princípios éticos de dignidade, liberdade e autonomia. Assim, a pesquisa deverá prever o processo de consentimento livre e esclarecido para sua realização. O(A) pesquisador(a) deve esclarecer ao participante sobre a pesquisa, em local adequado, com a devida preparação, conceder o tempo necessário para a decisão sobre a participação na pesquisa, obter o consentimento e registrá-lo por meio de um documento que se denomina Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com os normativos citados neste termo e outros normativos legais e suas alterações. No caso da participação de menores ou incapazes, além do processo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) dos pais ou responsáveis, autorizando quem está sob sua tutela, também é necessário realizar o processo de assentimento livre e esclarecido, com a elaboração de um documento que se denomina Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), de acordo com os normativos citados neste termo e outros normativos legais.

A SEE/MG, caso julgue pertinência, poderá disponibilizar, criar, promover, aprimorar, aperfeiçoar políticas públicas, programas e ações, utilizando-se dos decorrentes dados e/ou dos resultados e estudos publicados.

A emissão deste termo está em consonância com o termo de responsabilidade assinado pelo(a) pesquisador(a) no que tange à concordância de todos os normativos legais mencionados, entre outros que regem o tema e orientações posteriores.

Esta Anuência refere-se às Escolas Estaduais e Setores jurisdicionados à **Superintendência Regional de Ensino Metropolitana C-MG**.

Secretaria de Estado de Educação do Estado de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Leandra Felicia Martins, Assessora Chefe**, em 23/10/2024, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **99974377** e o código CRC **9C224C64**.